

CADERNOS DE MEDIAÇÃO CULTURAL

Caminhos de Pertencimento

ARQUIVO VIVO • 2018–2020

PROGRAMA CCBB EDUCATIVO – ARTE & EDUCAÇÃO

Caminhos de Pertencimento

ARQUIVO VIVO • 2018–2020

Cadernos de mediação cultural

por Francisca Caporali e Samantha Moreira

O JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que realiza e fomenta pesquisas, projetos e experimentações no campo das artes, em diálogo estreito com a educação, a arquitetura e o design. Desenvolve atividades em sua sede, situada no bairro Jardim Canadá, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), assim como em outras localidades e instituições parceiras. Atualmente, além de se dedicar a dinâmicas locais do bairro, o JA.CA realiza o Programa CCB B Educativo – Arte & Educação nas quatro unidades do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

Fomentado por incentivo federal, a partir de edital do Banco do Brasil, o programa conta desde 2018 com gestão e atuação concomitante em quatro importantes cidades brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Desenvolvido junto ao CCBB, o projeto nos permitiu explorar um novo contexto de trabalho no campo da mediação cultural, dialogando diretamente com todos os segmentos da programação do CCBB (Artes Visuais, Teatro, Cinema, Música e Ideias), incluindo ações de fomento a pesquisa, laboratório e formação de uma equipe com mais de 100 pessoas.

Permanentemente dedicado à ampliação do pensamento e das estratégias sobre mediação em instituições culturais, assim como ao desenvolvimento de múltiplos formatos de ações educativas e de comunicação, o Programa CCB B Educativo – Arte & Educação traz como importante característica a abrangência de diferentes públicos, oferecendo à própria equipe um processo de formação continuada e a longo prazo.

Ao longo de sua existência, o programa tem experimentado variados arranjos que permitem um amplo campo de experiências às equipes locais, baseando-se na partilha de conhecimentos e em vivências associadas às exposições itinerantes. Com um projeto de comunicação unificado e atuante, inclui ainda atividades públicas desenvolvidas em articulação ao cotidiano das ações realizadas, privilegiando um contato aproximado entre diferentes agentes culturais e educativos no CCBB.

O JA.CA tem sede em Belo Horizonte, reunindo a coordenação nacional, composta por coordenação geral, pedagógica e de gestão, articulada a equipes de produção, administração e comunicação. Além disso, cada cidade que recebe as atividades do programa conta com coordenação local, coordenação pedagógica, coordenação de produção, atendimento, educadores e estagiários, com atuação alinhada a um conceito unificado.

Trazendo relatos escritos por educadores, estagiários, colaboradores e integrantes da equipe de comunicação do programa, a coleção **Cadernos de Mediação Cultural** tem como objetivo compartilhar diferentes aspectos dessa densa experiência. Organizados em quatro volumes, oferecemos ao público registros e reflexões a partir das atividades realizadas pelo programa ao longo de seus dois primeiros anos de atuação.



Dentre as múltiplas propostas formativas e espaços de reflexão e diálogo do Programa CCB B Educativo – Arte & Educação, foram desenvolvidas estratégias e tecnologias educativas para lidar com os diversos aspectos do acesso e da diversidade a partir das potências da arte e da educação como manifestações culturais, por meio da criação de grupos de pesquisa-ação com ciclos anuais, chamados Grupos de Trabalho. **Infâncias, Práticas Artísticas e Pedagógicas, Outros Saberes e Acessibilidade** são os temas que guiam essas pesquisas, assim como orientam a organização da coleção Cadernos de Mediação Cultural.

No Grupo de Trabalho **Acessibilidade**, são pesquisadas e desenvolvidas propostas e referências em torno da participação e dos públicos a partir de reflexões sobre variadas questões de acesso e envolvimento. Sua contribuição para o programa reside no estudo da experiência do visitante que toma parte na programação dos CCB Bs, buscando minimizar barreiras físicas, atitudinais ou de linguagem.

Boa leitura!

www.jaca.center

Vivências compartilhadas

por Daniel Toledo



São certamente muitos os caminhos possíveis para a construção de memórias e reflexões a partir das múltiplas experiências a que temos acesso ao longo da vida – e isso inclui as experiências culturais. Enquanto grande parte dessas memórias silenciosamente reverbera em nossos pensamentos, sentimentos e práticas cotidianas, algumas têm a sorte de se converter em palavras escritas, oferecendo ao mundo e aos demais certo prolongamento de si, assim como a afirmação de perspectivas até então desconhecidas por nosso corpo coletivo. É a partir dessa multiplicidade de pontos de vista, a qual vigorosamente se apresenta, agora, como possibilidade histórica, que podemos ampliar nossas noções de arte, cultura e patrimônio, renovando o que se poderia entender como “arquivo cultural”.

No decorrer dos últimos doze anos, tenho me dedicado profissionalmente a atividades de pesquisa, reportagem e crítica em artes visuais e artes cênicas. E tenho experimentado, desde então, diferentes maneiras de gerar memória e reflexão sobre variadas experiências culturais. Seja na universidade, no caderno cultural de um jornal diário, em programas de residência em performance e artes visuais ou ainda em festivais de teatro, sempre me pareceu muito rica a possibilidade de entrar em contato com outras vozes e perspectivas.

Ao construirmos tais memórias escritas, podemos certamente nos dedicar a obras e acontecimentos que não necessariamente presenciamos, mas acessamos por meio de registros, entrevistas e leituras. Podemos também criar memórias ainda antes que uma obra se apresente ao público, a partir de interlocuções com as

intenções e as narrativas de cada artista. Ou ainda gerar memórias após vivermos concretamente cada experiência cultural, abrindo-nos à possibilidade, então, de acrescentar a essas memórias possíveis reflexões sobre seus processos e contextos de existência. Mas o que costumamos entender como uma experiência cultural?

Em atividade desde março de 2018, o Programa CCBb Educativo – Arte & Educação envolve um amplo e diversificado leque de ações essencialmente fundadas na presença e no convívio, reunindo atividades culturais e de formação voltadas a crianças e famílias, a estudantes e professores, e a artistas e pesquisadores, assim como aos demais frequentadores das quatro unidades do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), localizadas em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

No decorrer do seu primeiro ano de existência, alguns textos já haviam sido produzidos e publicados pela equipe de comunicação, geralmente elaborados a partir de registros em vídeo (no caso das atividades filmadas), ou ainda resultantes da eventual presença de integrantes dessa mesma equipe em alguma ação. A missão, de ali em diante, era criar uma dinâmica permanente de registros críticos e descritivos sobre uma parte mais significativa da programação realizada em quatro cidades diferentes.

Arquivo Vivo

Elaborada nos primeiros meses de 2019, nossa proposta inicial envolveu diferentes frentes de trabalho. A primeira delas intencionalmente recuperou memórias de atividades previamente realizadas, promovendo entrevistas com convidadas e convidados que houvessem participado do primeiro ano do programa. Mais adiante decidimos, junto às coordenações artística e pedagógica, apostar na participação ativa de educadoras e educadores na produção das memórias “oficiais” do programa.

Partimos, então, à elaboração de uma dinâmica de registros que trouxesse ao protagonismo as múltiplas vozes presentes na estrutura do programa. A partir de um roteiro de formação inspirado em oficinas de dramaturgia, pedimos que cada educador se voltasse à própria trajetória, à própria relação com a escrita e também às principais memórias relacionadas à própria atuação, até aquele momento. Entendidos, a partir de então, como educadores-pesquisadores, todas e todos foram convidados a participar da construção das memórias do programa.

Em linhas gerais, a proposta editorial previa a escrita de dois relatos de atividades a cada mês, multiplicados pelas quatro cidades. Com periodicidade mensal, os encontros do curso **Múltiplo Ancestral** deveriam ser privilegiados, enquanto o segundo texto poderia abranger qualquer outra atividade: desde ações como o **Laboratório de Crítica** e o **Processos Compartilhados**, que pressupunham a presença de algum convidado externo, até o **Lugar de Criação** e as **Visitas Agendadas**, nas quais a própria equipe de mediação era responsável pela elaboração e condução dos encontros. Por terem registros em vídeo, as atividades **Transversalidades** e **Com a Palavra** continuariam sendo relatadas pela equipe de comunicação.

Desde o início entendemos que cada educadora e cada educador teria um estilo diferente de abordagem e escrita, e buscamos valorizar essa característica durante a edição dos relatos. Enquanto alguns produziam textos mais jornalísticos, outros se permitiam contaminar a escrita com elementos artísticos ou ainda ensaísticos. O importante, no fim das contas, era que os os escritos relatassem as propostas geradoras de cada atividade selecionada e também o que efetivamente acontecesse, tendo em mente o público que não podia estar presente.

Além disso, incentivamos que autoras e autores oferecessem reflexões pessoais sobre os conteúdos e as metodologias de cada atividade e identificassem possíveis contribuições das atividades para futuras práticas de arte e educação. Após serem elaborados pelas educadoras e educadores, os textos eram editados e publicados em nosso site. A esse novo tratamento das memórias do programa, chamamos **Arquivo Vivo**.

Memórias de arte e educação

Estamos em meados de 2020 e testemunhamos com surpresa um mundo bastante diferente do que conhecíamos antes. Temporariamente, já não há visitas escolares às galerias nem cursos ou palestras presenciais nos centros culturais. Boa parte das experiências culturais ganham novas faces e dimensões, e a memória se torna o único caminho para acessar vivências coletivas que antes nos pareciam tão corriqueiras.

Felizmente, no caso do Programa CCBb Educativo – Arte & Educação, a construção dessa memória se deu a tempo. Após um ano de intenso trabalho editorial, alcançamos a marca de 150 textos publicados por mais de duas dezenas de autoras e autores, entre integrantes das equipes de comunicação e mediação. De maneira processual e bastante orgânica, nosso vívido arquivo amplificou vozes e borrou distâncias, trazendo a um mesmo território – virtual – experiências narradas por múltiplas vozes, e vividas em diferentes pontos do tempo e do espaço.

Também se aproximaram, com a ativação do arquivo, as relações entre as equipes e os temas abordados nos Grupos de Trabalho que organizam suas atividades dentro do programa: **Infâncias**, **Práticas Artísticas e Pedagógicas**, **Outros Saberes** e **Acessibilidade**. A partir do acúmulo de diferentes perspectivas e experiências relacionadas a cada um dos temas, vislumbramos, agora, a organização temática do amplo material produzido.

Geralmente relegado a um lugar secundário dentro das programações institucionais e também na cobertura midiática, o campo ampliado da arte-educação mostrou-se capaz de articular, ao longo de dois anos, práticas e discussões de grande relevância para debates sobre infância, escola, família, arte, sociedade e identidade brasileira. Fincando suas bases no estímulo à pesquisa, à escrita e à leitura, o **Arquivo Vivo** converteu-se, dentro da estrutura do Programa CCBb Educativo – Arte & Educação, em um frutífero espaço de produção de pensamento e partilha de experiências, afirmando em múltiplas palavras e pontos de vista as dimensões políticas e poéticas dos atos de conviver, ensinar e aprender.

Sumário

Esta é uma publicação interativa.
Para acessar os textos, basta clicar sobre os títulos relacionados na lista abaixo.

CULTURA SURDA & LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

- 14

Linguagem corporal na comunicação e cultura surda

Transversalidades c/ Tales Douglas
- 16

Sobre a Língua Brasileira de Sinais

Transversalidades c/ Ana Carla Cássia de Oliveira
- 18

Cultura surda

Transversalidades c/ Fábio de Sá
- 20

Pelos direitos à língua e à identidade

Atividade Especial c/ Johnnathan Albert
- 22

A poesia performática da Língua Brasileira de Sinais

Múltiplo Ancestral c/ Catharine Moreira
- 24

Festa-performance-Brasil-abraço

Múltiplo Ancestral c/ Lucas Lima
- 26

Com os sinais

Com a Palavra Renata Rezende

INSTITUIÇÕES & PERTENCIMENTO

- 30

Estratégias e táticas de inclusão

Processos Compartilhados c/ Bárbara Barbosa
- 32

O corpo multissensorial

Transversalidades c/ Virgínia Kastrup
- 34

Acessibilidade em museus e centros culturais

Transversalidades c/ Sabrina Ribeiro
- 36

Os múltiplos caminhos da acessibilidade

Transversalidades c/ Graciela Pozzobon
- 38

A linguística de corpos diversos

Atividade Especial c/ Corpo em Movimento
- 40

Somos o que somos

Transversalidades c/ João Simões
- 42

Ficções visionárias

Transversalidades c/ Beatriz Lemos
- 44

A dimensão pública da educação

Transversalidades c/ Jaqueline Ventura
- 46

Educação de jovens e adultos

Atividade Especial c/ Maria Madalena Torres

A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO

- 50

Afetoterapia

Transversalidades c/ Adriana Fernandes
- 52

Desmistificar é preciso

Atividade Especial c/ Tiago Judas
- 54

Um novo olhar para o autismo

Transversalidades c/ Izabel Tafuri
- 56

Primavera das memórias

Atividade Especial c/ URS Bia Bedran
- 58

Mulheres presentes!

Atividade Especial c/ Neiva Fernandes
- 60

Mães amplificadas

Atividade Especial c/ Milica, Letícia Caetano e Celina Rodrigues
- 62

Cuidar e cuidar-se

Lugar de Criação c/ Casa Aura e Cláudia Andrade
- 66

Para acessar, chegar não basta

por Cauê Donato, Pompea Tavares, Tatiana Arantes e Valquíria Prates
- 68

“Me explica rapidinho?”

por Valquíria Prates, em colaboração com Cauê Donato, Tatiana Duarte e Pompea Tavares
- 74

Autoras e autores
- 78

Ficha técnica e agradecimentos

 Ao longo da leitura, clique neste ícone para retornar ao sumário

Palavras-chave

A
#acessibilidade 26
#acesso 66
#ancestralidade 60
#arteterapia 52
#audiodescrição 36
#autismo 50, 54
#autocuidado 58, 62

B
#biografia 42, 60

C
#cinema 20, 36, 46
#cognição 32
#colagem 62
#crianças 50, 54, 56
#cultura surda 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 30, 34

D
#dança 24, 38
#deficiência visual 30, 32
#descolonização 40
#direitos humanos 40
#diversidade 40, 66
E
#educação museal 34, 68
#educação para adultos 44, 46
#educação social 38, 50, 56
#escrita 42
#expressão corporal 14, 16, 18, 22, 24
#expressão facial 18

F
#formação docente 44
#fotografia 20
#futuro 42

Esta é uma publicação interativa.
Para acessar os textos, basta clicar sobre os números de página relacionados na lista abaixo.

I
#instituições culturais 68

L
#legendas 36

M
#maternidade 60
#mediação cultural 32, 34, 66, 68
#memória 56
#mímica 16
#mulheres 58, 62

O
#objetos relacionais 38

P
#pedagogia 46
#performance 22
#pintura 14, 52
#políticas públicas 44
#psicologia 54

S
#saúde 52, 62
#solidariedade 30

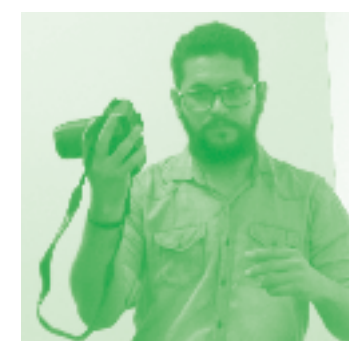
T
#tempo 58
#Tim Burton 26



#acessibilidade
#cinema
#cultura surda
#dança
#expressão corporal
#expressão facial
#fotografia
#mímica
#performance
#pintura
#Tim Burton



Cultura surda & Língua Brasileira de Sinais



Linguagem corporal na comunicação e cultura surda

por Hélió Alves de Melo Neto

TRANSVERSALIDADES C/ TALES DOUGLAS & ATIVIDADE ESPECIAL C/ MARCOS ANTHONY • 25 DE SETEMBRO DE 2019

Conhecido como Setembro Azul, o mês especial da comunidade surda visa exaltá-la por sua luta, resistência e valor, assim como homenagear as vítimas surdas de tragédias como o Congresso de Milão, em 1880, e a 2ª Guerra Mundial. Tradicionalmente, o mês de setembro é marcado por diversos eventos da comunidade surda, voltados tanto para a conscientização sobre a acessibilidade como para a comemoração das conquistas obtidas ao longo de muitos anos. A esse respeito, além de honrar a comunidade surda, o mês também corresponde a um momento de comemorar as línguas de sinais do mundo e os intérpretes de língua de sinais.

Convidado a ministrar o encontro do curso **Transversalidades** em 25 de setembro de 2019, o professor surdo Tales Douglas nos propôs uma reflexão a partir do tema “Linguagem corporal na comunicação e cultura surda”. Realizada na véspera do Dia Nacional dos Surdos, a ação atendeu a participantes surdos, assim como a professores e outros educadores ouvintes.

O tema escolhido pelo convidado nos permitiu abordar uma série de conhecimentos técnicos e teóricos relacionados ao corpo e às suas possibilidades de comunicação, expressão e linguagem – ferramentas fundamentais que permitem a comunicação entre surdos e ouvintes. Desse modo, um dos objetivos da atividade foi compartilhar construções históricas e culturais que nos ajudam a compreender a importância do corpo no ato comunicacional.

Na cultura surda, a linguagem corporal é uma característica preciosa, pois permite a comunicação de muitas formas, tais como os gestos, as mímicas e o desenho, entre outras. É por meio dessa cultura que os surdos podem entender melhor o mundo, considerando que ela favorece a definição da identidade surda.

Recorrendo, em sua apresentação, a palavras da educadora brasileira Karin Strobel, Tales apresentou o conceito da seguinte maneira: “A cultura surda é entendida como o modo de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas”.



Da teoria à prática

Após apresentar conteúdos sobre cultura surda, línguas de sinais, a relação entre surdos e ouvintes e os elementos da linguagem corporal, Tales tirou algumas dúvidas do público e nos preparou para a parte final da atividade. Naquele momento, o professor convidou o público para uma dinâmica que envolvia a adivinhação de conhecidos personagens da televisão. Em linhas gerais, a proposta era que cada participante, ao ver a imagem de um personagem projetada no data-show, imitasse o jeito desse personagem para seu companheiro do jogo. Ao outro participante, cabia adivinhar o nome do personagem “imitado”.

A atividade reafirmou sua importância ao permitir que ouvintes experimentassem o contato com surdos, tendo como possibilidade a comunicação a partir de outras modalidades da língua, mais visuais e gestuais. Por meio dessa dinâmica, que fez o público se divertir bastante, os participantes ouvintes puderam, refletir sobre as próprias limitações e possibilidades de comunicação.

“A cultura surda é entendida como o modo de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas”.

Oficina de pintura

Além do curso oferecido por Tales Douglas, a programação do CCBB BH para o Setembro Azul também incluiu a atividade acessível “Oficina de Pintura com Marcos Anthony”. Realizada em uma tarde de sábado, na mesma semana em que o curso **Transversalidades**, a ação atendeu o público espontâneo e abordou várias técnicas que fazem parte da experiência de Marcos como artista deficiente auditivo.

Em linhas gerais, o objetivo da atividade era promover uma reflexão acerca das pinturas do artista Paul Klee, presentes na mostra “Equilíbrio Instável”, em cartaz no CCBB BH. Marcos partiu do princípio de que as pinceladas podem transmitir características comportamentais de quem as executa, e os participantes foram convidados a produzir pinturas a partir de releituras das obras do artista suíço.

Dois surdos participaram da oficina, e os demais participantes eram ouvintes. Um dos surdos pintou e desenhou no mesmo papel, representando movimentos com cores de giz pastel, inspirado em uma das técnicas usadas por Paul Klee. O outro participante surdo criou mais uma representação usando desenho e pintura no mesmo papel, trazendo duas mãos sinalizando e, ao lado delas, uma tesoura, sugerindo a intenção de cortá-las. As tintas que apareciam no papel representavam sangue, e os números remetiam ao ano de 1880, época em que ocorreu o antes mencionado Congresso de Milão.



Organizado como uma conferência internacional de educadores de surdos, o congresso aconteceu em setembro daquele ano. Ao final do encontro, foi aprovada uma resolução sobre o uso preferencial da língua oral nas escolas. Aos surdos, naquele momento, não seria permitido usar a língua de sinais, e suas mãos, ao sinalizarem, eram comumente machucadas pelos professores ou ainda amarradas com cordas.

Tales Douglas é mestrando em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá e graduado em Letras e em Teatro e Montagem Teatral pela PUC Minas. Atualmente, é coordenador de Educação e Política na Organização Nacional da Diversidade Surda (Onas) e professor de Libras da Faculdade de Letras da UFMG.

Marcos Anthony nasceu em Timóteo (MG), no Vale do Aço. É um dos primeiros arquitetos surdos de Minas Gerais e do Brasil, e o primeiro pintor surdo brasileiro a fazer uma exposição individual em nível internacional. Estudou em escola regular, desenvolvendo rapidamente a oralização. Viveu em Timóteo até os 18 anos quando mudou-se sozinho para Belo Horizonte.

TRANSVERSALIDADES C/ TALES DOUGLAS
youtu.be/C-gNqD5cw-w
#cultura surda #expressão corporal #pintura

Sobre a Língua Brasileira de Sinais

por Guilherme Augusto

TRANSVERSALIDADES C/ ANA CARLA CÁSSIA DE OLIVEIRA • 01 DE DEZEMBRO DE 2018



Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) deixou de ser considerada uma linguagem e foi reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil a partir da sanção da Lei nº 10.436, quando suas estruturas e regras foram regulamentadas. Treze anos mais tarde, em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão – ou Estatuto da Pessoa com Deficiência – fez da acessibilidade um pré-requisito das áreas de educação, saúde, lazer e cultura.

Tendo isso em mente, como é possível enfrentar os desafios educacionais e sociais que os mais de 9,7 milhões de deficientes auditivos enfrentam diariamente no Brasil? A educadora Ana Carla Cassia de Oliveira propõe essa reflexão durante sua participação no curso **Transversalidades**, ao longo do qual foram discutidos aspectos básicos da cultura surda e estratégias de ensino para alunos que possuem deficiência auditiva.



“O trabalho com adultos, por exemplo, se dá de uma maneira diferente do que com adolescentes e crianças. O adulto já tem a consciência de que é necessário haver uma troca entre os interlocutores. Na hora de ensinar Libras para crianças e adolescentes, as coisas mudam porque, para além de ensinar as regras da própria gramática da língua, eles precisam aprender que é imprescindível se expressar”, conta, em sua passagem pelo CCBB RJ.

Nascida ouvinte, Ana Carla conta que começou a perder a audição aos três anos de idade e, mais tarde, ao fazer um tratamento de oralização com uma fonoaudióloga, foi diagnosticada como surda. Apesar disso, seu primeiro contato com a Libras aconteceu somente aos 16 anos, por meio de uma colega de escola portadora da deficiência auditiva.



Ao longo do processo de aprendizagem, ela compreendeu que não só os gestos, mas também outras expressões corporais são fundamentais para a comunicação em Libras. Da mesma maneira que os ouvintes, os surdos que utilizam a língua de sinais enfatizam a performance corporal, acrescentando expressões para que haja maior compreensão do interlocutor.

“Na hora de ensinar Libras para crianças e adolescentes, as coisas mudam porque, para além de ensinar as regras da própria gramática da língua, eles precisam aprender que é imprescindível se expressar”

O corpo fala

A visualidade se torna, portanto, fundamental para a compreensão do discurso em Libras, e o desafio é fazer com que os alunos iniciantes apreendam essa necessidade. Ana Carla destaca que, em geral, os homens têm maior dificuldade de entender a lógica por trás disso e adquirir fluência, na medida em que comumente têm medo de serem ridicularizados pela expressividade. Para ela, nestes casos, a função do educador em Libras é acolher o aluno e promover dinâmicas para que o corpo não se transforme em mais uma barreira para a comunicação dos surdos.

Desmistificar o uso da Libras também é uma das funções dos agentes que se propõem a ensinar a língua, tanto em nível escolar quanto social. Pensando nisso, a educadora promoveu junto aos participantes do curso uma dinâmica que consistia em tentar comunicar, por meio de gestos corporais, determinadas palavras previamente escolhidas. Muitos deles tentaram fazer movimentos com as mãos, mas, ao não obterem sucesso, utilizaram técnicas de mímica.

Apesar de ser bastante comum entre os não praticantes de Libras, Ana Carla refere-se à mímica a partir de uma diferença essencial em relação à língua de sinais. Enquanto a língua de sinais é comparada às línguas orais que surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e, devido a sua estrutura, permitem a expressão de qualquer conceito – seja descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato, a mímica é entendida como uma expressão do pensamento por gestos livres e movimentos fisionômicos, imitando o que se quer fazer compreender.

“A mímica impede uma comunicação efetiva e inteligível. Quando tentamos dizer algo por meio de gestos aleatórios, estamos aquém de uma estrutura compreensível e, por conta disso, a compreensão fica comprometida. A língua de sinais, por sua vez, codifica uma série de gestos e expressões e os torna claros para aqueles que sabem Libras”, pontua.

Ana Carla Cassia de Oliveira é uma educadora surda, professora de Libras há quatro anos e formada em Pedagogia pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) e pós-graduada em Letras, Libras, Tradução e Interpretação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

TRANSVERSALIDADES C/
ANA CARLA CÁSSIA DE OLIVEIRA
youtu.be/uegUoIJmsi4

#cultura surda #expressão corporal #mímica

Cultura surda

por Alexandra Duarte

TRANSVERSALIDADES C/ FÁBIO DE SÁ • 29 DE SETEMBRO DE 2018

Para o curso **Transversalidades** de setembro de 2018, o CCBB SP recebeu o professor Fábio de Sá, que abordou o ensino de Libras para crianças surdas. Quais os desafios e métodos mais eficientes? O quanto a socialização em uma comunidade surda ajuda no desenvolvimento de uma criança? Ao longo da conversa, Fábio apresentou um breve retrato da cultura surda, assim como alguns desafios para que de fato nos tornemos uma sociedade mais inclusiva.

Ao longo da apresentação, o professor destacou como marco o Congresso de Milão de 1880. Elaboradas há mais de duzentos anos, suas resoluções ainda reverberam e prejudicam a comunidade surda. Por isso são tão fundamentais ações como o Setembro Azul, um mês inteiro de luta no qual a comunidade de surdos se reúne para divulgar e fortalecer a própria cultura.

O que é cultura surda?

Para o senso comum, a ideia de inclusão é geralmente associada à presença de um tradutor para língua de sinais em espaços culturais, assim como à possibilidade de estudar Libras na faculdade e ser capaz de compreender esta língua. Fábio afirma que, antes de defender ou seguir os passos acima, precisamos, enquanto sociedade, aprender a cultura surda.

Por exemplo: os surdos não usam telefone, mas se comunicam por chamadas de vídeo. A imagem e tudo o que é visual têm extrema importância para quem é surdo. A visão é um sentido muito desenvolvido, e é a forma principal de apreensão do mundo. Identificar e reconhecer isso é o primeiro passo para lidar com crianças que nascem surdas, por exemplo. Na vida com crianças e adultos surdos, o contato visual é fundamental, e mantê-lo o todo o tempo, enquanto nos comunicamos com um surdo, é primordial, além de ser um sinal de respeito. Na cultura surda, o desvio do olhar demonstra desinteresse, uma vez que a comunicação é um momento de atenção e intensa troca.

A língua de sinais é um idioma com regras e gramática próprias, reconhecidas por lei. Os cursos de Libras exploram essa gramática, que ainda inclui uma série de expressões faciais e formas de envolver todo o corpo no momento da comunicação. Isto é tão fundamental à compreensão quanto sinais de acentuação e vírgulas na escrita de um texto. Ao abordar a cultura surda, Fábio pondera: “Como vamos trabalhar a inclusão de forma real? Como trabalhar e aprender a língua de sinais e a gramática para além dos manuais de cursos?”. Para ele, a resposta é relativamente

simples: convivendo com a comunidade surda. O surdo pode ser amigo do ouvinte, mas o ouvinte precisa ter respeito, entender seu mundo e agir com empatia.

A identidade surda

O universo dos surdos é distinto daquele dos ouvintes, e as sociedades em que vivemos priorizam significativamente a oralidade. A maioria das crianças que nascem surdas se sente isolada dentro da própria família, e a construção da identidade surda é um ponto delicado no desenvolvimento dessas crianças. É comum, por exemplo, que se sintam sozinhas e excluídas porque os ouvintes geralmente não dão a mesma importância ao contato visual durante a comunicação. Socialmente, não somos educados para uma efetiva comunicação olho no olho.

Por exemplo: uma criança ouvinte pode até não notar expressões faciais e gestos de impaciência vindos de seus pais, mas a surda seguramente perceberá. Por outro lado, se ninguém se comunica com ela por Libras, ela tende a se distanciar da família e preferir o contato com a comunidade surda. Para Fábio de Sá, a maior dificuldade é o fato de familiares e outras pessoas próximas não terem esta percepção e, conseqüentemente, a empatia necessária.

Crescer sem um referencial é um dos grandes traumas que uma criança surda pode carregar para a vida adulta, o que contribui para recorrentes problemas de baixa autoestima. A falta de alguém que se comunique bem com ela, assim como de um adulto referencial (que seja como ela poderia ser), frequentemente gera problemas de identidade muito sérios.

Seja entre surdos ou ouvintes, a comunicação se dá por várias expressões. Entre os surdos, no entanto, o corpo fala ainda mais, e envolver todo o corpo na comunicação é fundamental. Olhares, expressões faciais e gestos bem marcados são formas imprescindíveis de comunicação. Na gramática de Libras, estas expressões são os sinais que demonstram intensidade, desejo e vontade, entre outros sentimentos. Por exemplo: um sinal interligado a uma expressão facial pode diferenciar uma pergunta de uma afirmação.

A cultura surda e o ensino

Para um bebê surdo, a primeira língua é a língua de sinais, e ela deve ser ensinada desde cedo. É ela que dará auxílio para a aquisição de uma segunda língua, o português. Mas isso não significa que as crianças, depois de terem aprendido o português, vão se sentir plenamente incluídas em uma escola tradicional.

A literatura surda, a contação de histórias e até o humor dos surdos são diferenciados, por tudo o que já foi dito sobre cultura e identidade surda. Para profissionais da área de Libras, é fundamental o contato com esse material e a introdução de metodologias específicas em escolas, especialmente as que tenham alunos surdos.



“Como vamos trabalhar a inclusão de forma real? Como trabalhar e aprender a língua de sinais e a gramática para além dos manuais de cursos?”

A esse respeito, Fábio de Sá reitera que o surdo tem a potência de se comunicar e perceber tudo a partir do olhar. Se um ouvinte muda minimamente a expressão do rosto, se está triste ou agitado, o surdo logo percebe. Para a comunidade surda, as expressões visuais de boca, olho e rosto constituem um sistema de comunicação bastante discreto, rápido e eficiente, e a intensidade da expressão e mesmo dos sinais sempre significam muito.

Portanto, a diferença a ser reparada na educação do surdo não corresponde ao conteúdo do aprendizado mas a forma de ensinar. Fábio destaca, por exemplo, que a contação de histórias é a mais importante ferramenta no aprendizado do surdo.

O convidado reforça ainda que o ensino não envolve somente a Língua Brasileira de Sinais, mas também o espaço físico da sala de aula e sua espacialidade. A questão da localização espacial, afinal, facilita a visualização, assim como lida com um tempo diferente, que envolve pensar na encenação no corpo e nas expressões. Exige-se dos professores empatia para compreender que os aspectos acima citados garantem a eficácia da comunicação.

Segundo Fábio de Sá, também a literatura surda precisa ainda ser incentivada. É urgente, em sua visão, que a comunidade ouvinte, ao lidar com o surdo, entenda que um livro em português não necessariamente inclui a comunidade surda. Percebendo uma lacuna de empresas especializadas em literatura surda, Fábio de Sá indica a Editora Arara Azul como referência de material didático e literatura de qualidade, alertando que a produção desses materiais deve ser mais estimulada, inclusive a partir de professores que motivem crianças a produzir textos e história voltadas para surdos.

TRANSVERSALIDADES C/ FÁBIO SÁ
youtu.be/Hkc9jysFUPk

#cultura surda #expressão corporal
#expressão facial

Pelos direitos à língua e à identidade

por Luana Cavalcante

ATIVIDADE ESPECIAL C/ JOHNNATHAN ALBERT • 28 DE SETEMBRO DE 2019



“Libras é merda?”: esse é o provocativo título do filme dirigido por Johnnatan Albert, fotógrafo surdo que retrata em sua obra as dificuldades de comunicação enfrentadas por pessoas surdas no cotidiano. O filme foi apresentado durante a Oficina de Fotografia ministrada por Johnnatan no CCBB DF, em consideração ao Dia Nacional do Surdo e da Luta Pela Inclusão, lembrado no dia 26 de setembro.

Inicialmente, o fotógrafo apresentou ao público algumas questões e momentos históricos muito importantes para a comunidade surda, a exemplo do Congresso de Milão, marcado pela proibição do uso das Línguas de Sinais na educação dos surdos, fazendo com que eles fossem obrigados, muitas vezes por meio de práticas abusivas, a se adaptar às línguas orais. Se naquele contexto o congresso se apresentou como silenciador, hoje em dia Johnnatan e outros surdos usam inclusive ferramentas de audiovisual, para atravessar esse silêncio e retomar a si o direito à própria língua e à identidade surda.

Ainda a esse respeito, a oficina contou com uma contextualização sobre o Setembro Azul, mês em que se celebra a visibilidade da comunidade surda, e também sobre a razão pelo qual a cor azul foi selecionada para representar esse mês. Conforme nos explicou Johnnatan, a escolha teve origem durante a 2ª Guerra Mundial, quando, para marcar suposta inferioridade, os integrantes do exército nazista identificavam as pessoas com deficiência usando

uma faixa azul amarrada ao braço – e os surdos também eram obrigados a usá-las. Com o fim da guerra e o passar dos anos, a cor passou a simbolizar a opressão enfrentada pelos surdos, mas também o orgulho em relação à sua identidade.

A resignificação do azul, no entanto, foi oficializada somente na Cerimônia da Fita Azul, em 1999, em que foram homenageados alguns surdos historicamente vitimados pela opressão. Durante essa cerimônia, o autor, ativista e pesquisador Paddy Ladd usou uma fita azul no braço pela primeira vez como símbolo do movimento. A partir de então, a cor azul turquesa passou a ser usada por ser viva e vibrante, representando a riqueza cultural da comunidade surda. O Dia Nacional do Surdo foi escolhido por ser a data de fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a primeira escola para surdos do Brasil.



Iniciação à fotografia

No segundo momento do encontro, Johnnatan apresentou algumas noções básicas de fotografia, abordando termos como: câmara escura, ISO, fotometria, tipos de câmeras e lentes, diafragma, obturador, regra dos terços etc. O fotógrafo mostrou um olhar muito atento a todos os detalhes, assim como bastante aberto a trocas com o público presente. Após a apresentação inicial, trouxe ainda algumas dicas valiosas relacionadas à possibilidade de experimentar novos ângulos, oferecendo muitos exemplos a partir de uma didática marcada pela naturalidade.

Mais adiante, apresentou o seu trabalho com fotografias de família, destacando que esse tipo de produção exige quase a invisibilidade do fotógrafo, de modo que os momentos mais espontâneos sejam capturados. Em sua visão, no entanto, essa invisibilidade deve ser extremamente sensível aos momentos em que as relações afetivas se manifestam dentro das famílias, aproveitando de modo propositivo o tempo que se passa junto aos fotografados.

O ponto alto da oficina, contudo, teve início quando Johnnatan nos mostrou o supracitado filme “Libras é merda?”, de sua autoria. Em linhas gerais, o filme traz a perspectiva de uma pessoa ouvinte em um contexto no qual, de repente, se vê na condição de não poder falar português. Em vez disso, somente é permitido sinalizar em Libras, mas ela não conhece a língua, o que a conduz a situação de impotência, chegando a ser presa por falar português.

Ao inverter as situações geralmente vividas por pessoas surdas, Johnnatan nos leva a refletir sobre as barreiras linguísticas diariamente enfrentadas por muitas pessoas e também sobre como os ouvintes poderiam facilmente quebrá-las se, por exemplo, a lei que oficializa a língua no Brasil fosse seguida corretamente.

Ainda existem, decerto, muitas barreiras impostas cotidianamente aos surdos e a pessoas com deficiência. Diante disso, a luta não deve se restringir somente ao mês de setembro: cabe a todas as pessoas se responsabilizarem a favor dessa luta. Decididamente, Libras não é merda, mas, sim, um direito de todo brasileiro. Ao utilizar o cinema para comunicar a sua luta, Johnnatan Albert conecta diferentes mundos, fortalecendo-os a partir da resistência.

Johnnatan Albert é um fotógrafo surdo e mora em Brasília. É formado em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário UDF. Trabalha com fotografia. Fez o curso de cinema para surdos no contexto do projeto Surdo Cine e dirigiu o curta-metragem “Libras é Merda?” sobre as dificuldades de comunicação enfrentadas por pessoas surdas no cotidiano.

#fotografia #cinema #cultura surda

A poesia performática da Língua Brasileira de Sinais

por Fauston Della Flora

MÚLTIPLO ANCESTRAL C/ CATHARINE MOREIRA • 27 DE SETEMBRO DE 2019

Como é viver em uma sociedade alicerçada em barreiras comunicativas, na qual a multiplicidade de idiomas foi e ainda é majoritariamente deslegitimada pela imposição de uma língua gerada por um processo colonizador? Foi a partir desse questionamento que o encontro **Múltiplo Ancestral** realizado em setembro de 2019, no CCBB SP, possibilitou o diálogo entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte da cidade de São Paulo, para repensar práticas, estimular a empatia e produzir materialidades artísticas.

Designado como Setembro Azul, o mês de setembro é tradicionalmente dedicado à visibilidade da comunidade surda brasileira. Ao longo do mês, são realizadas diversas atividades voltadas à conscientização acerca das conquistas e barreiras enfrentadas pela comunidade surda ao longo da nossa história. Nesse contexto, a atividade programada teve como ponto de partida a criação de um espaço de produção artística voltada à temática do Setembro Azul. A atividade em questão consistiu na prática do Slam, ou batalha de poesias, com a especificidade de pressupor a criação e apresentação de poesias em português e Libras.

A atividade foi ministrada pela atriz e dançarina Catherine Moreira, que vem atuando nos últimos anos, tanto na capital paulista quanto em outras cidades, junto à luta pelo alcance de direitos negligenciados à comunidade surda. O encontro contou ainda com a colaboração de duas intérpretes para garantir o direito à comunicação mútua entre pessoas surdas e ouvintes.

Corpos em ação

Realizada no térreo do prédio do CCBB SP, a atividade ocupou toda a rotunda da área central, temporariamente convertida em palco para as experimentações artísticas dos participantes. A ocupação desse espaço de maneira não convencional mostrou-se um fator importante no que se refere ao convite e à abertura à participação do público espontâneo, que se deparou com a atividade em diferentes momentos de seu andamento e, ainda que por alguns instantes, se prontificou a dela fazer parte.



Por ser uma língua visual-espacial, a prática da Libras requer a utilização de diversos elementos corporais que formam e dão nuances às narrativas criadas, como por exemplo, expressão facial, expressão corporal e os sinais propriamente ditos e constituintes de uma gramática própria. Por esses fatores, a construção da atividade esteve atrelada à ativação e sensibilização dos corpos dos participantes.

Por meio de recursos teatrais como jogos de improviso e interação coletiva, a convidada estimulava os participantes a se colocarem em situações extra cotidianas, envolvendo, por exemplo, a descoberta de limites corporais e adentrando experiências muitas vezes desconhecidas por pessoas que não praticam atividades corporais e de elaboração cênica.



O que é a poesia, afinal?

Seria a poesia apenas a elaboração de palavras ordenadamente, via determinada métrica? E o que é um corpo poético? Quais seriam suas potencialidades, e será que existe, por ventura ou desventura, algum corpo não-poético? No decorrer da atividade, ficou evidente a potência poética de todos os corpos envolvidos no processo. Todo corpo é capaz de produzir narrativas, sejam elas dotadas de recursos falados ou não. Múltiplas narrativas e imagens surgiram, então, a partir da interação com objetos, com o chão, com as colunas do prédio e, certamente, com os outros participantes.

Seja por meio de recursos expressivos livres, seja a partir da gramática e da estrutura da Língua Brasileira de Sinais, todos puderam – e podem – trazer à tona uma pulsão poética via movimento corporal. Assim como na dança, a força motriz da poesia sinalizada é o gesto em movimento. É ele que constrói e desconstrói mundos, que dá nuances e camadas às mais diversas tessituras.

A poesia em Libras extrapola fronteiras no que tange a designação de linguagens artísticas. Perpassa elementos do teatro, da dança e da performance, reorientando e reelaborando tais elementos para a construção de uma linguagem única e em constante transformação. Certamente uma inspiração para aqueles e aquelas que atuam como poetas e poetisas, assim como para aqueles que se deparam com a poesia e a língua de sinais pela primeira vez.

Catherine Moreira é surda, poetisa, atriz e dançarina. Faz parte do Slam do Corpo, grupo do qual já foi representante nacional na disputa pelo Slam BR. Contadora de histórias em Libras, atualmente integra o grupo Êba e é cofundadora do grupo Transciativas.

#cultura surda #expressão corporal
#performance

Festa-performance-Brasil-abraço

por Thainá Nunes

MÚLTIPLO ANCESTRAL C/ LUCAS LIMA • 28 DE SETEMBRO DE 2019

Em comemoração à Semana de Luta da Pessoa com Deficiência, o **Múltiplo Ancestral** de setembro de 2019 ativou o andar térreo do CCBB RJ. Em parceria com o dançarino Lucas Lima, a atividade buscou desengessar os corpos de seus participantes, tornando-os instrumentos conscientes de comunicação e estreitando o contato com a cultura surda no mês em que ela é celebrada.

Encarada como uma oficina rápida de experimentação em dança livre, a ação propôs mesclar as noções de performance e Libras, usando alguns de seus sinais como possíveis elementos coreográficos, podendo ainda ser modificados por cada participante – ou intérprete.

Os sinais escolhidos e ensinados aos participantes, aliás, representavam bem aquela semana em especial. Selecionados de modo que dessem margem a assinaturas individuais no momento de atuação, serviram como ponto de partida à atividade os sinais referentes às palavras “festa”, “performance”, “Brasil” e “abraço”. Quatro palavras, quatro sinais e muitas formas de traduzi-las com o corpo. Para vivenciar a experiência, no entanto, era preciso deixar de lado, junto aos sapatos, um pouco da vergonha. E somente então subir ao palco.



Quer dançar?

Inicialmente tímido e curioso, o público começou a se aglomerar como plateia na expectativa de descobrir o que aconteceria ali. Os mais habituados ao espaço do CCBB RJ e suas ações educativas, principalmente aqueles acompanhados de crianças, se aproximavam dos educadores com algumas dúvidas. “O que vai acontecer hoje?”. “É pra criança?”. Em linhas gerais, as respostas eram quase sempre as mesmas, sugerindo aos integrantes do público observar e experimentar e ressaltando que a atividade era acessível a todas as idades.

Em cima do palco, enquanto se alongava, Lucas distribuía seu convite às pessoas que se reuniam no térreo do edifício: “Vem, é só tirar o sapato. Pode subir! Quer dançar?”. Nenhum dos convites, entretanto, era feito por meio da fala. Atraindo as pessoas pelo carisma, ele começava a aquecer seu corpo a partir de sinais quase sempre respondidos pelo público com outros gestos e expressões.

Adultos, jovens e crianças pequenas formavam o primeiro grupo. De início, parecia imprescindível enfatizar aquela ação como um espaço de visibilidade para a Semana de Luta da Pessoa com Deficiência. No decorrer das sessões, entretanto, chamar atenção para a razão inicial da celebração acabou tornando-se uma motivação secundária.

Pouco a pouco, os integrantes do público se mostravam cada vez mais independentes dos intérpretes para solucionar a barreira da língua, e a performance, que destacava as características de cada participante, rapidamente tornou-se um ato coletivo, tendo em vista a disponibilidade do público presente.

"Como ele percebe as músicas?"



Baixo-Zabumba-Vibração

Como num estalo coletivo, muitos participantes da ação se questionavam como era possível aquele rapaz ser dançarino. “Como ele percebe as músicas?”, se perguntavam. Enquanto isso, a cada encerramento de música, o pedido do convidado era para que os participantes tocassem o chão.

Nesse movimento de descer o corpo e posicionar as mãos sobre o tablado, o público acabou se surpreendendo com a possibilidade de sentir no piso a vibração dos ritmos do samba e do funk. Somente então puderam ver que também o convidado Lucas Lima era capaz de sentir tal vibração e, a partir dela, realizar passos e coreografias de acordo com o ritmo tocado.

Encerrada com um conversa mais próxima e desinibida entre o convidado e o público, a atividade chegou ao fim quando as pessoas visivelmente já se sentiam mais à vontade com os próprios corpos e a natureza descontraída da ação realizada. Conforme geralmente

acontece em ações educativas que envolvem Libras, a curiosidade se manifestou, ao final, em muitos e muitas das participantes. Mostrando-se interessados em aprender alguns sinais, parte dos integrantes do público conseguiram usar gestos para agradecer ao convidado pela experiência – algo que pode ser encarado como um significativo bônus para a atividade.

Essa edição do **Múltiplo Ancestral** deixou ainda mais evidente a importância de se promover e discutir questões de acessibilidade, sejam elas físicas ou atitudinais. E ainda reiterou, a partir da experiência vivida, que estabelecer um espaço confortável para essas trocas e discussões corresponde a uma estratégia fundamental e pertinente aos ambientes de museus e centros culturais.

Lucas Lima é dançarino e educador surdo. Originário da Zona Oeste, faz parte do Centro de Artes da Maré.

#cultura surda #dança #expressão corporal

Com os sinais

por Letícia Magalhães

COM A PALAVRA RENATA REZENDE • 15 DE JUNHO DE 2019



No dia 15 de junho, o CCBB DF recebeu mais uma edição do **Com a Palavra**, dessa vez em articulação com a exposição “A Beleza Sombria dos Monstros: 10 Anos de A Arte de Tim Burton”. Nessa edição, entretanto, tivemos um diferencial de grande relevância para o Programa CCBB Educativo – Arte & Educação: nossa convidada foi Renata Rezende, a primeira surda a mediar uma visita mediada. Renata é artista, surda, atriz, professora, performer e desenvolve trabalhos na área de cinema e teatro, além de participar do Movimento Surdo, com lutas pela educação bilíngue e os direitos dos surdos.

Ao longo do encontro, Renata trouxe ao público sua experiência como mulher surda e como artista, além de reflexões sobre representatividade. A atividade foi realizada integralmente em Libras, a língua de sinais brasileira, com tradução para o português. Desse modo, todas as informações e os contatos com os surdos eram feitos diretamente pela convidada, na sua língua materna.

Geralmente condicionados a dependerem de um intérprete de Libras para terem acesso a espaços culturais, os surdos e surdas puderam, ao longo desse **Com a Palavra**, se perceber dentro de uma exposição sem entraves de comunicação. Diferentemente de outras edições, o evento teve a presença quase integral de surdos, e os ouvintes presentes geralmente estavam acompanhando algum amigo ou parente surdo – o que nos mostrou a importância da inclusão e da representatividade em ambientes culturais como uma estratégia para incentivar a presença de públicos diversos em suas atividades.

Em sua visita à exposição, Renata explorou aspectos como tridimensionalidade e visualidade, associando os óculos 3D disponibilizados pela produção à múltiplas dimensões da língua de sinais e à própria cultura surda. Assim como os óculos 3D, também os sinais da Libras atribuem outras dimensões às imagens. Se os óculos dão vida às obras, a sinalização dá vida aos discursos dos surdos.

Buscando provocar reflexões sobre a importância dos estímulos visuais para a comunidade surda, a convidada comparou uma sala da exposição em que as luzes mudavam de cor continuamente à própria experiência no teatro, lembrando de situações em que as “deixas” para sua entrada em cena ou ainda para iniciar suas falas eram indicadas a partir da troca de luz. A mesma sala serviu também como oportunidade para o público refletir sobre os sentimentos que cada uma daquelas cores trazia, e pensar que, para além da monstruosidade aparente, o ambiente da exposição também podia ser percebido como um universo para se sensibilizar, se identificar e se reconhecer.

Participação e inclusão

Diante de participantes abertos e curiosos, a convidada apresentou algumas dinâmicas visando interagir com os participantes de modo afetuoso e individualizado. Para que os visitantes se expressassem, Renata pediu que eles transformassem as imagens da exposição em representações em língua de sinais, usando seus corpos como instrumentos. Um a um, os participantes compartilharam suas ideias sobre as imagens propostas, mostrando-se envolvidos pela estratégia de mediação. A partir dessa dinâmica, os surdos expressavam suas subjetividades usando a própria língua e efetivamente ocupavam aquele espaço.

No final da visita, o grupo pôde conversar também com Maycon, arte-educador surdo que integra a equipe do CCBB DF, para estabelecer mais trocas quanto à exposição e às especificidades de Tim Burton, em um momento de incentivo para que aquele público voltasse a visitar o centro cultural. O reconhecimento dos participantes em relação à fala da convidada nitidamente tocou a equipe, fazendo com que o encontro ultrapassasse a dimensão de uma conversa a partir da exposição e se estabelecesse como um momento de expressão e respeito à cultura surda.

Renata Rezende é surda, professora de Libras, atriz, mestranda e bacharel em Sistema de Informação e Letras/Libras. Foi a idealizadora da primeira edição do Festival Despetacular de Arte Surda, realizado em Brasília (DF). Tem importante atuação sobre a promoção de legendas em Libras nos filmes brasileiros exibidos no Festival de Cinema de Brasília entre 2007 e 2011, proporcionando a inclusão dos surdos como plateia.



COM A PALAVRA RENATA REZENDE
youtu.be/cFwCZRrLmjQ

#cultura surda #acessibilidade #Tim Burton



#audiodescrição

#biografia

#cinema

#cognição

#cultura surda

#dança

#deficiência visual

#descolonização

#direitos humanos

#diversidade

#educação museal

#educação para adultos

#educação social

#escrita

#formação docente

#futuro

#legendas

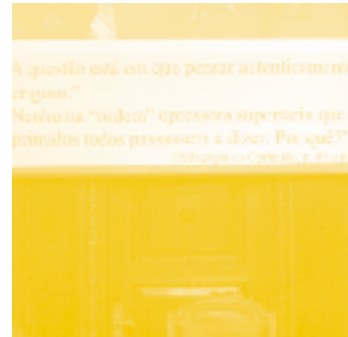
#mediação cultural

#objetos relacionais

#pedagogia

#políticas públicas

#solidariedade



Instituições & pertencimento



Estratégias e táticas de inclusão

por Douglas Ferreira e Tiago Cruz

PROCESSOS COMPARTILHADOS C/ BÁRBARA BARBOSA • 26 DE SETEMBRO DE 2019

Em uma tarde de quinta-feira, 26 de setembro, o CCBB DF recebeu a especialista em acessibilidade Bárbara Barbosa para um encontro do curso **Processos Compartilhados**, no qual a convidada abordou temas relacionados aos diversos recursos e meios para garantia de acessibilidade em espaços culturais. Por meio desses recursos, foram explanados as legislações que tratam sobre acessibilidade, em uma discussão de grande importância para todos aqueles que têm interesse em participar de editais de projetos culturais. Ao longo de sua apresentação, a convidada propôs uma ampla reflexão sobre a acessibilidade de espaços culturais, assim como ofereceu aos participantes a oportunidade de experimentar situações sociais bastante comuns a pessoas portadoras de deficiências físicas.

Em Libras, Bárbara iniciou sua fala com uma espécie de desabafo sobre as dificuldades de estar em eventos que não têm estruturas acessíveis em diversas instâncias, visto que, de um modo geral, as ações “com acessibilidade” passam por adaptações ao invés de serem devidamente pensadas a partir da diversidade de especificidades dos públicos. Atônitos, muitos dos participantes visivelmente não estavam familiarizados com a segunda língua oficial do Brasil e não entenderam o conteúdo que Bárbara estava comunicando.

Quando um dos participantes se mostrou preocupado com a possibilidade de todo o curso ser ministrado em Libras, a convidada explicou tratar-se de um exercício capaz de revelar como muitas pessoas surdas se sentem ao entrar em espaços nos quais sua língua não é viabilizada, e onde não se encontra intérpretes e tradutores de Libras.

Conversamos ainda sobre as dificuldades para encontrar lugares com acessibilidade em Brasília. Mesmo reconhecendo um movimento recente para a criação de ambientes inclusivos a pessoas com todos os tipos de deficiência, sobretudo àqueles com mobilidade reduzida, cegos, autistas e surdos, entendemos que tais medidas ainda se dão somente por meio de leis, projetos e políticas públicas.

Diante desse contexto, tais pessoas muitas vezes se sentem desmotivadas a frequentar espaços culturais, negligenciando experiências artísticas por receio de não se sentirem confortáveis ou incluídas frente em suas especificidades. Ao final da discussão, chegamos à importância da inserção desses grupos em instituições culturais, considerando como direitos desses sujeitos ocupar, transitar e permanecer em qualquer ambiente de maneira plena, digna e inclusiva.

Caminhando com os olhos vendados

A convidada propôs, a seguir, uma dinâmica que se constituiu da seguinte maneira: no primeiro momento, Bárbara pediu que as pessoas que usassem óculos ou lentes de contato se retirassem da sala, uma vez que, segundo ela, “a atividade não foi pensada para esse público”. Essa fala causou estranheza aos participantes, mas a intenção da convidada era justamente promover tal desconforto.

As pessoas que permaneceram dentro da sala foram, então, apresentadas à proposta da atividade, que consistia em um aprendizado sobre como guiar uma pessoa não vidente. Bárbara compartilhou com o grupo algumas orientações sobre a postura de uma pessoa que se propõe a guiar alguém cego: qual braço deve ser estendido, quais trajetos devem ser percorridos, quais caminhos devem ser evitados por conta de elevações e buracos etc. Depois dessas explicações, Bárbara foi ao encontro dos participantes “excluídos” da dinâmica. Ela perguntou o que eles tinham sentido ao serem deslocados de uma atividade devido a uma característica física, e o desconforto e o constrangimento foram sentimentos unânimes.

Passado esse momento, a convidada explicou a dinâmica para os participantes que até então esperavam do lado de fora, ressaltando que o objetivo principal era entender como abordar e se mostrar disponível àqueles que têm especificidades visuais, enfatizando que não se tratava de uma tentativa de compreender o lugar da deficiência dessas pessoas, mas de afirmar como pessoas sem deficiência podem facilitar os percursos de outras, caso sejam confrontadas por situações em que isso se faça necessário.

No terceiro e último momento da atividade, Bárbara colocou vendas nos participantes que usavam óculos ou lentes de contato, e os que tinham permanecido na sala agora teriam que guiar os participantes vendados, colocando em prática os conselhos dados no primeiro momento da dinâmica. Ao longo do trajeto, ambos podiam perceber e avaliar a acessibilidade arquitetônica oferecida pelo edifício, verificando, por exemplo, se o piso tátil levava a lugares úteis.

A esse respeito, Bárbara apresentaria mais adiante exemplos de algumas instituições que aplicam pisos táteis sem considerar os trajetos, explicando que muitas vezes a acessibilidade para pessoas cegas acarreta em desperdício de dinheiro, sobretudo quando não há um especialista da área para orientar e fiscalizar quais recursos estão sendo utilizados para oferecer acessibilidade.



Perspectivas de acessibilidade

No final da dinâmica, quando todos se encontraram novamente e sem vendas nos olhos, a convidada pediu que alguns participantes compartilhassem suas impressões sobre a atividade, apontando os sentimentos que os atravessaram ao longo da caminhada. Alguns falaram, por exemplo, que o formulário de inscrição da atividade poderia trazer campos onde as pessoas pudessem identificar e explicar suas especificidades, assim como a demanda por algum tipo de acessibilidade. Na visão do grupo, isso permitiria pensar cada evento a partir de demandas específicas, em vez de tratar as atividades como supostamente acessíveis.

Concordamos ainda que a acessibilidade começa em pequenas ações como essas, nos formulários de inscrição, a partir dos quais as instituições podem conhecer melhor seus públicos, suas especificidades e, assim, começar a planejar formas de oferecer inclusão. Entre as medidas discutidas, foram citadas ainda a contratação de guias-intérpretes e tradutores de Libras, assim como o aprimoramento de suas estruturas físicas para estimular o conforto de autistas, cegos e pessoas com mobilidade reduzida, entre outros.

Entendemos, juntos, que a acessibilidade começa no planejamento, e que ações como essas criam relações de afeto com quem precisa de atendimento, fornecendo acolhimento e senso de pertenci-

mento a esses locais, assim como estimulando a fruição afetiva e a vontade de se apropriar de espaços públicos que, por direito, pertencem a todos de maneira democrática.

Conversamos também sobre o conceito de desenho universal, ou ainda projeto universal, como também é conhecido. O desenho universal é o processo de desenvolver tecnologias ou produtos que venham a ser acessíveis para todos – e esse “todos”, para o desenho universal, engloba de fato todos os sujeitos, não fazendo distinção entre características físicas, de raça, gênero, sexualidade, classe social e habilidade sensoriais e físicas. O objetivo do desenho universal não é criar tecnologias acessíveis apenas para aqueles que necessitam de algum atendimento especial, mas tornar os ambientes acessíveis para todo os públicos, garantindo segurança e autonomia para quem for usufruir de determinados espaços culturais, e democratizando o acesso à cultura aos mais variados públicos. É importante considerar que cada indivíduo tem especificidades que o acompanham desde o momento em que sai de sua casa até o momento em que retorna, considerando planejamento, percurso, acesso e alimentação, entre outras atividades.

Por fim, a convidada nos apresentou alguns documentos que mostram as etapas necessárias para o planejamento de eventos, dentre os quais “Mudanças nos Procedimentos da Lei Federal de Incentivo à Cultura”, “Incluir Brincando: Guia do brincar inclusivo”, “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, “Acessibilidade nos Bens Imóveis: possibilidades e limites nos museus e centros culturais”, “Guia da Acessibilidade Cultural”. Todos esses documentos foram compartilhados com os participantes do curso, abrindo uma porta para o conhecimento daqueles que se interessam por acessibilidade, arte e cultura.

Bárbara Barbosa é especialista em acessibilidade em ambientes culturais, consultora e coordenadora de acessibilidade em eventos culturais, palestrante, CEO da Abayomi Produções e Acessibilidade e intérprete de Libras. Entre 2015 e 2017, foi Gerente de Inclusão e Acessibilidade na Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

#cultura surda #deficiência visual
#solidariedade

O corpo multissensorial

por Daniel Toledo

TRANSVERSALIDADES C/ VIRGÍNIA KASTRUP • 01 DE FEVEREIRO DE 2020



Já há alguns anos, a pesquisadora e professora Virgínia Kastrup, junto a estudantes de psicologia da UFRJ, vêm investigando táticas e estratégias experimentadas por equipes educativas de diferentes museus de arte e centro culturais – e mais especificamente as experiências relacionadas ao acesso de pessoas com diferentes tipos de deficiência visual ao conteúdo de exposições de arte. Convidada a conduzir um encontro do curso **Transversalidades** no CCBB RJ, Virgínia compartilhou com os participantes algumas de suas pesquisas em torno de conceitos-chave como cognição, deficiência, representação e invenção.

“Nessas pesquisas, eu trabalho sempre com temas cognitivos, ligados aos processos de conhecimento, atenção, aprendizagem, percepção, pensamento etc., entre pessoas com deficiência visual. E tenho feito um movimento de deslocar um pouco o problema da acessibilidade: não ficar apenas pensando na pessoa com deficiência, mas pensar que é preciso fazer transformações – em termos de produção de subjetividade, de transformação social – com as outras pessoas, com todos”, adianta a professora, antes de entrar propriamente na apresentação do conteúdo. Na sequência, Virgínia

colocou aos participantes dois problemas: “O que entendemos por cognição? E o que entendemos por deficiência – especialmente por deficiência visual?”

Interessada em contribuir para a construção de políticas de acessibilidade para museus, centros culturais, escolas e universidades, ela destaca a importância de rever tais conceitos, por vezes ainda calcados em perspectivas hierárquicas e assistencialistas. “Para politizar a discussão, precisamos colocar muito bem como a gente entende as formas de conhecer e as formas de estar no mundo das pessoas com deficiência”, analisa Virgínia. Segundo a professora, um passo importante é superar quaisquer práticas que subjuguem, a partir de uma visão “capacitista”, as experiências e percepções de pessoas com algum tipo de deficiência.

“Conhecer não é apenas representar um mundo dado, mas um processo de constituição subjetiva, de produção de subjetividade”

Da representação à invenção

A ideia de cognição, nos explica Virgínia, está ligada ao conhecimento e aos “processos de conhecer”, os quais são múltiplos e podem ser percebidos, a partir de várias perspectivas. “Existem muitos autores, hoje em dia, que questionam uma ideia mais tradicional que entende o conhecimento como a representação de um mundo pré-existente. Segundo esse modelo, uma pessoa com deficiência visual não conheceria corretamente o mundo, porque a maneira correta de conhecer seria a maneira visual”, pondera, chamando atenção a preconceitos geralmente associados a essa perspectiva.

Como possíveis contrapontos ao modelo de “representação”, Virgínia defende olhares que entendem os processos de cognição a partir da ideia de “invenção”, citando os filósofos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela como importantes referências. “Podemos entender o conhecimento como um processo inventivo, um processo criador, um processo de invenção de si e do mundo. Conhecer não é apenas representar um mundo dado, mas um processo de constituição subjetiva, de produção de subjetividade”, afirma.

“Segundo esses autores, o sujeito e o objeto não preexistem ao conhecimento: eles serão efeitos das ações de conhecer. Então, se tenho práticas cognitivas que utilizam muito a visão, vou desenvolver um sistema cognitivo em que a visão é mais importante. Se tenho práticas cognitivas que utilizam o tato ou a audição, vou desenvolver um sistema cognitivo diferente, mas que vai perceber coisas que normalmente nós, os chamados videntes, não conseguimos acessar”.

Da hierarquia à singularidade

A partir dessa oposição, Virgínia convida os participantes do encontro, em sua maioria professoras e professores, a refletirem sobre os caminhos mais comumente trilhados pelo ensino escolar. “Ensinar uma criança é transmitir informações sobre um mundo dado? Ou trabalhar na produção de subjetividade e na invenção do próprio mundo?”, questiona a pesquisadora, estimulando a renovação de perspectivas sobre as noções de conhecimento e aprendizado.

Em seguida, passamos a problematizar o próprio conceito de deficiência, tratado como um produto de opressivas estruturas sociais. “Quando comecei a trabalhar com deficiência visual, percebi rapidamente um modo de conhecer que não cabia na ideia de falta, de déficit, de deficiência. O mais importante é estudar o tato, a audição, o corpo multissensorial – e não o corpo sem visão”, contrapõe. A partir de então, segundo ela, a deficiência passa, então, a ser tratada como singularidade, e não como inferioridade ou falta.

“O grande desafio para a deficiência visual, no caso da experiência com a arte, é que a pessoa seja capaz de perceber através do tato, ou do seu corpo multissensorial, o espírito de uma obra, a questão que a obra está trazendo”, defende, fazendo referência ao conceito de acessibilidade estética.

Como provocação final aos participantes, Virgínia ressalta a importância de se trabalhar com grupos heterogêneos entre videntes e não-videntes, constituindo uma política de partilha, encontro e troca de experiências. “Você se relacionar com uma pessoa com deficiência é você se abrir para outros sentidos e tentar sair um pouco do que a gente chama de visuocentrismo. E quem é beneficiado com a inclusão? Todos”, sintetiza.

Virgínia Kastrup é pesquisadora, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP e ministra aulas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui experiência na área de Psicologia com ênfase em Psicologia Cognitiva, tendo atuado principalmente a partir dos temas: cognição, invenção, produção da subjetividade, aprendizagem, atenção, arte e deficiência visual.

TRANSVERSALIDADES C/ VIRGÍNIA KASTRUP
youtu.be/x-2BMWDGSO0

#deficiência visual #cognição
#mediação cultural

Acessibilidade em museus e centros culturais

por Guilherme Augusto

TRANSVERSALIDADES C/ SABRINA RIBEIRO • 26 DE SETEMBRO DE 2019

Educadora da Pinacoteca do Estado de São Paulo há 11 anos, Sabrina Ribeiro é surda e atua como artista visual, palestrante e pesquisadora. A experiência em diversos museus e instituições da área de arte e cultura a levou à especialização em Arte e Educação pelo Centro Universitário Senac – e também a estudar, durante o curso, em que medida os espaços culturais estão preparados para receber membros da comunidade surda. Na edição de setembro de 2019 do curso **Transversalidades**, ela abordou aspectos da pesquisa que vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos, oferecendo ao público do CCBB SP uma reflexão sobre a importância da acessibilidade para pessoas surdas em espaços de cultura e atividades de educação.

“Museus e centros culturais como o CCBB e a Pinacoteca são espaços criados para que as pessoas entrem em contato com a arte e, também, com a história do Brasil e do mundo. Nesse processo, o público frequentador adquire novos conhecimentos e estabelece uma conexão com a cultura. Portanto, **privar os surdos do acesso ao conteúdo presente nas exposições e acervos vai contra um dos propósitos básicos das próprias instituições: democratizar o acesso à cultura** e usá-la como instrumento educativo. Algo impossível de colocar em prática sem pensar a acessibilidade”, analisa.

Em sua pesquisa, Sabrina Ribeiro aponta que durante muito tempo os surdos foram considerados incapazes de se expressar e raciocinar. Em culturas baseadas na comunicação oral e escrita, sempre foi muito difícil para as pessoas compreenderem que um indivíduo não-ouvinte também é capaz de aprender e de se comunicar – usando, no entanto, recursos e linguagens cuja base é a visualidade.

“Desde os primórdios da língua de sinais, que surge nas comunidades de pessoas surdas, entende-se que as palavras serão articuladas essencialmente pelas mãos e percebidas através da visão. Essa noção se mantém até hoje, e é importante destacar que cada país possui a sua língua, na medida em que os signos e símbolos variam em cada cultura”, explica, trazendo como exemplos a Língua Americana de Sinais (ASL), a Língua Gestual Portuguesa (LGP), a Língua de Sinais Australiana (AUSLAN).

Reconhecimento e representatividade

Sabrina destaca a importância da cultura surda para a inserção de não-ouvintes na sociedade, assim como para o reconhecimento entre seus pares. “Ela é a maneira que o sujeito surdo tem de entender o mundo e também de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com percepções visuais que apontam para a definição de uma identidade surda própria. Isso significa que a cultura abrange as línguas, as expressões, as crenças, os costumes, os valores positivos e ainda os hábitos do povo surdo. Por que não trazê-la para dentro do museu e do centro cultural?”, questiona.

Em sua visão, é necessário que esses espaços sejam, além de acessíveis, convidativos e capazes de explorar o que entende como “potencial agregador”. Partindo da própria experiência, a convidada defende que a presença de uma educadora surda, por exemplo, faz com que o público não-ouvinte se sinta representado e mais à vontade para um centro cultural. Seja por meio de intérpretes presentes em visitas mediadas, ou então de vídeos que tenham tradução em Libras, são várias as estratégias que permitem ao público não-ouvinte compreender e acessar o que está disposto em galerias e museus.

"O objetivo é que esse educador se transforme num mediador de arte e cultura, se comunicando por meio da língua de sinais e, através da mediação, faça com que o público possa compreender o mundo da arte"



“A formação desses educadores deve ter como base a leitura de textos e também envolver a preparação de estudos que relacionem a língua natural do profissional (a Língua Brasileira de Sinais) e a língua portuguesa. O objetivo é que esse educador se transforme num mediador de arte e cultura, se comunicando por meio da língua de sinais e, através da mediação, faça com que o público possa compreender o mundo da arte”, explica.

Para a convidada, é a partir de estratégias como essas, a presença de pessoas surdas nas atividades do museu se torna, natural e efetivamente possível. “Sendo assim, as instituições passam a valorizar comunidade surda, construindo uma espécie de ponte entre o mundo da arte e a realidade da vida cotidiana. **Transformar o pensamento e a reflexão presente nas artes em uma experiência perceptiva visual tem o potencial de trazer para dentro dos espaços de cultura o desenvolvimento social e cultural almejado**, utilizando tanto a língua portuguesa quanto a Libras em todas as atividades – afinal, também é importante que ouvintes participem de atividades nas quais a língua interpretada é a dos surdos.”

Sabrina Ribeiro é artista visual, educadora, palestrante e pesquisadora. Pós-graduanda em Arte e Educação pelo Centro Universitário Senac, atua como educadora na Pinacoteca do Estado de São Paulo há 11 anos. Trabalhou como educadora em diversos museus, instituições e oficinas na área de arte e cultura da cidade de São Paulo.

TRANSVERSALIDADES C/ SABRINA RIBEIRO
youtu.be/qCoHx11fjh8

#cultura surda #mediação cultural
#educação museal

Os múltiplos caminhos da acessibilidade

por Daniel Toledo

TRANSVERSALIDADES C/ GRACIELA POZZOBON • 21 DE NOVEMBRO DE 2019



Realizado entre outubro e dezembro de 2019, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília, o festival Assim Vivemos destaca importantes obras audiovisuais contemporâneas que abordam, a partir de múltiplas perspectivas, o tema da deficiência. De modo pioneiro no país, o evento reúne criações documentais e ficcionais sobre personagens que enfrentam diferentes desafios físicos e intelectuais. Além disso chama atenção pela ampla disponibilização de recursos de acessibilidade em sua programação, oferecendo, em todas as sessões os serviços de audiodescrição, legendas e tradução em Libras, além de catálogos em braile. Diretora geral da mostra, cuja programação ainda inclui debates e oficinas, a atriz e pesquisadora Graciela Pozzobon foi convidada a conduzir o curso **Transversalidades** em novembro de 2019, durante a passagem do Assim Vivemos pelo CCBB DF.

Graciela Pozzobon iniciou o encontro trazendo algumas informações sobre sua trajetória profissional. Atriz, produtora, dubladora e narradora, a convidada conta ter se aproximado dos debates sobre inclusão e acessibilidade em 2002, quando teve a oportunidade de interpretar uma personagem cega em um curta-metragem universitário. Surpreendentemente, o filme teve grande circulação em festivais nacionais e internacionais, e foi na Alemanha que a equipe do filme teve contato com um festival totalmente dedicado à temática da acessibilidade, inspirando a iniciativa em solo brasileiro.

“Já naquela época, o festival tinha recursos de acessibilidade – porque não faz nenhum sentido você ter exibição de filmes sobre deficiência sem recursos de acessibilidade. Então tinha língua de sinais, legendas com indicação de ruídos, braile e audiodescrição – uma narração extra que descreve o conteúdo imagético de um produto para as pessoas cegas”, relata. Graciela conta que àquela altura, no entanto, não havia quem prestasse profissionalmente esses serviços no Brasil. Foi a partir de então, tendo em vista a realização da primeira edição do Assim Vivemos, que ela começou a aprofundar suas pesquisas sobre audiodescrição.

“Naquele momento, armamos o esquema de um casal, normalmente uma voz feminina e outra masculina, que durante o filme vão fazendo as falas de todos os personagens e mais a descrição de todo o conteúdo imagético do filme. A descrição entra nos espaços entre as falas dos personagens, para que a pessoa compreenda

“Muitas vezes, quando a gente fala em acessibilidade, a gente pensa em banheiro, em rampa, em ambiente – e não em conteúdo.

o que é fala e o que é descrição”, explica. Para cada filme exibido, são elaborados estudos, roteiros, ensaios, revisões e consultorias, até alcançar o resultado final.

Da intuição ao conhecimento

Se no início a criação dos roteiros se dava a partir de um processo bastante intuitivo, a cada nova edição a equipe do festival pôde encontrar alguns parâmetros para essa criação, reconhecendo diversidade de perspectivas que caracteriza o público com deficiência. “Concluimos, por exemplo, que uma pessoa que nunca viu tem uma compreensão do mundo muito mais conceitual do que visual. Ele entende o que é um pôr-do-sol, o que é uma montanha, mas não visualiza esses elementos. E que um outro rapaz, que tinha ficado cego aos 18 anos, tinha todo um elenco de conteúdo visual – quanto mais elementos visuais, mais ele montava na cabeça dele aquela cena que estava sendo descrita”.

Graciela ressalta que, quando comparada às regulamentações referentes à acessibilidade arquitetônica e à tradução em Libras, mais consolidadas, a audiodescrição precisa ser entendida como uma prática ainda bastante recente no contexto brasileiro. “Muitas vezes, quando a gente fala em acessibilidade, a gente pensa em banheiro, em rampa, em ambiente – e não em conteúdo. Isso é o que mais se vê, embora aos poucos os editais de produção em cinema e cultura em geral começaram a incluir a palavra ‘acessibilidade’. Mas ainda falta muita informação até mesmo para quem faz os editais”, analisa.

Mais adiante, a convidada problematiza a própria noção de “inclusão”, ressaltando a situação inicial de exclusão como um pressuposto que não deve ser reforçado. Em seu lugar, defende a ideia de “pertencimento”, a partir da qual os recursos de acessibilidade passam a afirmar a sociedade plural da qual fazemos parte – e à qual todos e todas, sem exceções, devem se sentir pertencentes.

“Se uma pessoa com paralisia cerebral, que tem dificuldade de caminhar, vai num ambiente onde não há as acessibilidades que ele precisa, a deficiência se acentua. Se essa pessoa vai para um ambiente com todos os elementos que ele precisa, essa deficiência diminui, e ele fica mais próximo da experiência dos demais”, exemplifica, ressaltando ainda a importância de considerar as dimensões coletivas – e não somente individuais – de qualquer tipo de superação. “Se eu preciso, da minha escola acessível, do teatro

acessível, essa superação não pode ser individual”, afirma, fazendo referência a uma frase do documentarista Daniel Gonçalves, portador de paralisia cerebral e autor de um dos filmes exibidos no festival de 2019, “Meu Nome é Daniel”.

Antes de abrir o encontro às perguntas do público, Graciela exibiu ainda três vídeos. Enquanto os dois primeiros trazem experiências de audiodescrição e acessibilidade realizadas no Teatro Municipal Carlos Gomes, no Rio de Janeiro, e também no tradicional desfile das escolas de samba do Carnaval carioca, o último, intitulado “Uma abordagem diferente”, retrata a rotina de uma escola inclusiva situada na pequena cidade de Piandimeleto, na Itália.

Como principais questões levantadas durante a conversa que encerrou o encontro, figuraram reflexões sobre o contexto educacional brasileiro, ressaltando, por exemplo, os abismos entre a legislação sobre a acessibilidade e a efetiva implementação dos respectivos recursos, assim como a importância da participação de familiares no contexto educacional de suas filhas e filhos, entendendo que muitos aprendizados devem se estender também aos adultos.

Graciela Pozzobon é atriz e audiodescritora. Desde 2003, dedica-se a produção, pesquisa e ensino da atividade de criação de roteiro e gravação de narração da audiodescrição em produtos audiovisuais, peças de teatro, exposições e outros produtos culturais. Dirige a Cinema Falado e a Lavoro Produções.

TRANSVERSALIDADES C/ GRACIELA POZZOBON
youtu.be/IC1M9968RLg

#cinema #audiodescrição #legendas

A linguística de corpos diversos

por Geancarlos Barbosa e Daniel Bruno

ATIVIDADE ESPECIAL C/ CORPO EM MOVIMENTO • 26 DE SETEMBRO DE 2019

O corpo de funcionários da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef), atuante na biblioteca do CCBB RJ, é composto por pessoas com deficiência intelectual e autistas, as quais prestam serviços de higienização e conservação dos livros do acervo. Como educadores do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação, tivemos nosso primeiro contato com a Andef em abril de 2019, a partir de uma visita à exposição “Dreamworks: uma jornada do esboço à tela”. A partir dali, surgiu o desejo de um contato mais próximo. Depois de algumas reuniões, iniciamos um projeto de criação de objetos relacionais para visitas educativas e mediadas às exposições de longa duração que integram a programação do centro cultural, “Galeria de Valores” e “O Banco do Brasil e sua História”.

Desde então, teve início uma jornada de encontros e atividades organizadas sempre em conjunto com a coordenação da Andef, de modo que pudéssemos explorar diferentes linguagens e conhecer melhor os envolvidos. Para alcançar a diversidade dessas pessoas em seus modos de ver, comunicar e experimentar o mundo, assim como estabelecer uma troca satisfatória entre as equipes, mostrou-se necessário um tempo alargado de trabalho, dividido entre doze visitas.

No decorrer das atividades, o contato se tornou cada vez mais intenso, encontrando na Semana da Luta da Pessoa com Deficiência uma oportunidade de gerar visibilidade para o trabalho desenvolvido pela Andef e também de tornar pública a sua parceria com o programa.

Começamos a pensar, em seguida, sobre como compor a agenda do dia do evento, atentando-nos para as origens esportivas da Andef. A partir dessas reflexões, levantamos a proposta de pensar o movimento e a expressão corporal em corpos mais diversos. Chegamos, então, ao grupo Corpo em Movimento, que reúne pessoas com e sem deficiência em espetáculos de dança. Após uma roda de conversa e uma visita à biblioteca do CCBB RJ, decidimos que o espetáculo seria o ponto de culminância do nosso encontro.

Corpos catalogadores do mundo

Realizada em uma tarde de quinta-feira, a roda de conversa foi iniciada com uma apresentação institucional da Andef, perpassando seu trabalho no CCBB RJ e as constantes trocas de conhecimentos com a equipe do programa educativo. Durante a ação, apresentamos ao público as atividades desenvolvidas ao longo da parceria, dentre as quais dinâmicas de experimentação e reuniões entre os educadores e os funcionários da Andef, tendo como foco o desenvolvimento de princípios conceituais e práticos para a criação de um objeto relacional.

Pontuamos ainda que a colaboração tinha como intuito contribuir para a identificação do grupo da Andef como público do CCBB RJ, ressaltando o interesse e a importância de compartilharmos, de modo contínuo, vivências junto a pessoas com deficiência intelectual. A partir da criação de um espaço de fala e escuta, pudemos conhecer suas vontades e percepções sobre o uso do espaço, assim como perceber e refletir sobre os desafios e as potencialidades dessas pessoas dentro do mercado de trabalho.

Enfatizamos também a relevância dessa experiência para a atuação profissional dos funcionários da Andef, entendendo a vivência e a experimentação de atividades artístico-pedagógicas como formas de ampliar suas possibilidades de atuação, seus repertórios e percepções visuais. Percebemos que a questão da desinstitucionalização está presente no mercado de trabalho como um todo, sendo muito comum que, quando empregadas, pessoas com deficiência fiquem extremamente restritas às suas funções e ambientes, sem poder circular ou mesmo acessar outras atividades e programações de espaços que frequentam diariamente.

Em seguida, apresentamos os métodos escolhidos para conduzir nossas práticas, baseadas na capacidade de alguns objetos de despertar memórias afetivas em diferentes públicos. A partir de objetos

capazes des provocar e carregar histórias e narrativas, pudemos, acessar temas e conceitos presentes nas exposições, alcançando sentidos que vão muito além do apelo visual.

Entre os métodos utilizados para armazenar objetos e memórias dos referidos espaços, foram citados o uso de pranchetas em visitas, assim como a criação de esculturas em porcelana fria, partindo de lembranças anteriormente acessadas nas exposições. A partir desse trabalho, podem surgir entendimentos sobre aspectos que geram interesse e ficam na memória de cada espaço, tornando-se possível perceber quais objetos de cada exposições se encaixam no campo de maior desejo e podem ser trazidos para a discussão como objetos relacionais.

Objetos rememoráveis

Como resultado destas criações e experimentações realizadas em colaboração com o grupo da Andef, assim como da catalogação de todo material, chegamos aos projetos escolhidos para orientar a produção dos objetos relacionais propostos para as exposições “Galeria de Valores” e “O Banco do Brasil e sua história”.

Intitulado “Acervo Portátil”, o primeiro deles corresponde a uma coleção de pingentes apresentados em um suporte com forma de chaveiro, representando objetos do cotidiano e considerando, nesse conjunto, objetos de uso, objetos de troca e também outros, de valor meramente simbólico.

Produzidos a partir do mesmo material tridimensional e resistente ao toque, os pingentes e o suporte formam um conjunto que permite aos educadores e educadoras carregarem o objeto durante as visitas. Em função das diferentes demandas e interesses de cada grupo, os pingentes podem ser retirados do suporte e ou ainda reorganizados. Entre os itens escolhidos para figurar entre os pingentes, elementos diversos como um peixe, um búzio, uma bala, um diamante, uma chave antiga, uma moeda, um cofre de porquinho, um coração, um peso de balança, uma cruz, um arco e flecha, um livro, um relógio, uma pena, cana de açúcar, uma câmera antiga, uma casa, um telefone celular e um grão de cacau.

O segundo objeto, inicialmente mais simples, recebeu o nome de “Caixa de Trocas”. Com dimensões de 40 x 20 centímetros, apoiada sobre um eixo rotatório e trazendo ainda duas pequenas portas nos lados, a estrutura permite que duas pessoas introduzam pequenos objetos dentro da caixa, estabelecendo surpreendentes trocas orientadas por indicações da equipe do programa.

Também ao longo da conversa, foram apresentados alguns protótipos feitos pelos funcionários usando porcelana fria, servindo como inspiração para a escolha dos objetos. Em sua continuidade, a ação se desdobrou em uma visita mediada à biblioteca do CCBB RJ, onde conhecemos o trabalho de conservação realizado pela equipe da Andef. Além disso, pudemos conhecer também os criadores dos objetos e das narrativas antes citadas, assim como acompanhamos procedimentos relacionados à conservação e à higienização de livros.

Os corpos ao redor

Finalmente, como arremate da atividade, fomos juntos até a sala de teatro, onde assistimos a uma apresentação do grupo de dança inclusiva Corpo em Movimento. A partir do espetáculo “Sensorium”, o grupo nos fez sentir nossos corpos em suas diferenças e semelhanças, além de perceber que sempre somos muito mais do que os outros acreditam que somos e podemos. Em cena, a partir de estímulos sensoriais, os dançarinos e dançarinas buscam evidenciar as múltiplas potências da dança num grupo que mistura pessoas com e sem deficiência.

Trazendo à tona sensações e sentimentos como superação, empatia e persistência, o espetáculo nos apresentou uma diversidade de corpos que refletem a inclusão, a luta pelo fim do preconceito e dos estereótipos associados às pessoas com deficiência. De igual modo, nos estimulou a buscar novas formas de enxergarmos os especificidades de cada corpo, elegendo sobretudo o respeito como caminho para essa importante tarefa.

A Andef é uma associação que busca inclusão social da pessoa com deficiência e que luta em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas reabilitações junto ao campo pessoal. Fundada em 1981, trabalha na reabilitação profissional e na profissionalização do portador de deficiência, com incentivo a arte, dança e esporte, tendo projetos como Esporte Performance e o Corpo em Movimento.

O Grupo de Dança Inclusiva Corpo em Movimento foi criado pela Andef há 20 anos, tendo ritmo, suavidades, beleza e plasticidade como fundamentos. Composto por 10 bailarinos, sendo quatro usuários de cadeira de rodas, o grupo destaca-se na proposição de uma imagem diferente da pessoa com deficiência, permitindo um redimensionamento social dos seus próprios corpos, reduto maior do estigma e do preconceito.

#objetos relacionais
#educação social #dança

Somos o que somos

por Paula Lobato

TRANSVERSALIDADES C/ JOÃO SIMÕES • 18 DE MAIO DE 2018



Convidado a conduzir uma edição do curso **Transversalidades** no CCBB SP, o artista, pesquisador e educador João Simões iniciou a apresentação lembrando do Dia Internacional da Luta contra a LGBTfobia, celebrado em 17 de maio. “Essa data se associa historicamente à retirada do termo ‘homossexualismo’ do hall de distúrbios mentais pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 e, conseqüentemente, à abolição desse termo que até então era utilizado pela imprensa como forma de retratar os grupos de pessoas homossexuais”. Contudo, como destaca João, a questão caminha ainda a passos lentos em relação às pessoas transexuais e travestis, já que a patologização desses grupos permanece na última atualização do CID, uma classificação estatística internacional de problemas e doenças relacionados à saúde.

Conforme destaca o artista, trata-se de um sistema que invisibiliza e emudece a voz de muitos grupos considerados minoritários, reforçando uma violência de Estado e da sociedade no país que mais mata LGBTs. “Vimos a morte de Marielle Franco, mulher negra lésbica, mãe, socióloga, feminista, militante por direitos humanos e política brasileira em um crime ainda não solucionado e também de Matheusa Passarelli, estudante de arte da UERJ, pessoa trans não-binária, um corpo estranho. Situações que nos expõem nossas fraquezas e vulnerabilidades diante dessas questões tão urgentes”, observa.

Como possível antídoto a esse cenário, João Simões traz exemplos de espaços e práticas que ressaltam a emergência de novos valores e atores sociais. “Apesar dos inúmeros golpes e terrorismos produzidos pelo Estado majoritariamente dominado por homens brancos heterossexuais, cisgêneros e fundamentalistas religiosos, vemos surgir um enorme número de pessoas pretas, indígenas, caboclas, quilombolas, gordas, macumbeiras, nordestinas, trans, lésbicas, bissexuais, assexuadas, bichas, com deficiência física, mulheres heterossexuais, e toda multiplicidade de corpos e pessoas ditas desviantes, periféricas e vulneráveis, que não estão dispostas a se submeter a ninguém”.

Cores e valores

“Cores e valores” é o nome de uma música dos Racionais MC’s, lançada em álbum homônimo no ano de 2014. É a partir dessa canção que João Simões propõe algumas discussões relacionadas a raça e gênero, especialmente dentro de um recorte da cultura e da arte. “As cores presentes na rima de Mano Brown, presentes também nos corpos de Matheusa e Marielle, nos fazem refletir sobre as questões de racialidade, assim como as cores da bandeira LGBT e da bandeira do orgulho trans nos trazem os movimentos de luta por equidade de gênero. Com a clareza política de algo que lhes foi negado, como o acesso básico às escolas, à saúde, à alimentação, à mobilidade e ao conhecimento de suas histórias, essas pessoas criam agora seus próprios mecanismos de geração de força, inventando novas maneiras de estar junto, de aprender, de trocar e de roçarem-se uns aos outros, com o desejo e o afeto que não lhes pareciam possíveis, quando nem mesmo acreditavam na beleza de seus corpos”, sintetiza o artista.

Co-criador da plataforma Explode!, Simões menciona a residência Explode! junto do Cidade Queer, projeto que aconteceu em 2016 e envolveu ações de diversos grupos pela cidade, promovendo espaços autônomos de segurança, acolhimento, coragem, reflexão e produção de conhecimento e cultura. “Existem muitos outros coletivos, não somente nos âmbitos da cultura e da arte. Muitos ligados ao poder público e distribuídos também nos demais estados do país. Espaços que se fortalecem e fazem emergir o que não se pode mais esconder ou guardar em relação a subjetividades periféricas, vulneráveis, minoritárias, tratadas como subalternas, negras, transviadas, sapatão, entre outras. São pessoas prontas para desfrutarem dos mesmos recursos e infraestruturas oferecidas pela cidade, até então limitadas a um saber, um corpo, uma classe social e uma cultura hegemônica específica”, analisa, reconhecendo um amplo movimento emergente.

O desafio anti-colonial

Nesses espaços autônomos dos quais fala João, os coletivos criam histórias distintas da narrativa colonial instaurada, rompendo a genealogia e a continuidade da cultura e do patriarcado branco médio-burguês. “São grupos que criam suas próprias narrativas, reconhecem suas histórias e redistribuem também nesse processo, a violência – termo cunhado pela pesquisadora Jota Mombaça. Para operar essa redistribuição, não bastaria apenas que aceitassem e representassem gentilmente a cultura periférica como parte do sistema; faz-se necessário liberar espaços e reduzir a participação de certos corpos, dando lugar a outros”, observa.

De maneira muito prática e objetiva, o que se propõe é a substituição de homens brancos, ricos e cisgêneros dos principais postos de direção e curadoria institucional. “A ocupação desses postos, naturalizada como neutra quando sabemos que não há sujeito neutro, é sintoma de um tipo específico de cultura e, conseqüentemente, da violência que reproduzimos entre combinações simbólicas, imaginárias e a efetivação desse projeto na cidade”, completa o artista.

Em seguida, João mostra um trecho de “O perigo de uma única história”, palestra da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie no TEDglobal. Em sua fala, a escritora nigeriana toca em um ponto que vai de encontro ao pensamento de Jota: “É assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é *nkali*. É um substantivo que livremente se traduz: ‘ser maior do que o outro’. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder”.

Mais adiante, o convidado volta a refletir sobre palavras de Jota Mombaça, citando uma passagem do texto “Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!”. “A luta da descolonização é sempre uma luta pela abolição do ponto de vista do colonizador e, conseqüentemente, é uma luta pelo fim do mundo – o fim de um mundo. Fim do mundo como o conhecemos. Como nos foi dado conhecer – mundo devastado pela destruição criativa do capitalismo, ordenado pela supremacia branca, normalizado pela cisgeneridade como ideal regulatório, reproduzido pela heteronormatividade, governado pelo ideal machista de silenciamento das mulheres e do feminino, e atualizado pela colonialidade do poder; mundo da razão controladora, da distribuição desigual da violência, do genocídio sistemático de populações racializadas, empobrecidas, indígenas, trans*, e de outras tantas”.

João Simões é artista, pesquisador e educador. É co-criador da plataforma Explode!, que pesquisa noções de gênero, raça e classe a partir de práticas artísticas e culturais imersivas em formatos variados, enfatizando a convivência, a escuta, o debate e a experimentação. Por meio dessas situações, busca instaurar, sugerir, imaginar e alargar o sentido de prática artística, espaços de aprendizagem, formação e cultura.

TRANSVERSALIDADES C/ JOÃO SIMÕES
youtu.be/xpFJnSsYo_4

#direitos humanos #diversidade
#descolonização

Ficções visionárias

por Guilherme Augusto

TRANSVERSALIDADES C/ BEATRIZ LEMOS • 15 DE AGOSTO DE 2019

Publicado na edição de nº 1018 do jornal Nossa Voz, da Casa do Povo (SP), “O nascimento de Urana”, de Jota Mombaça, não é um texto qualquer. Descrito como um exercício de ficção especulativa, parte de uma realidade imaginada com o objetivo de “contribuir para a composição de estratégias coletivas de resistência, luta e contraposição aos modos nefastos de atualização da violência distópica contra corporalidades trans e desobedientes de gênero”, escreve. Trata-se, portanto, de um manifesto/ocupação, bem como um convite para pensar outras formas de existência e coletividades possíveis.

Para a curadora e pesquisadora Beatriz Lemos, o texto é um exercício visionário e político de imaginação de realidades relativas às questões de gênero, ainda que não considere suspensas as “imposições do fundamentalismo cisgênero”. No curso **Transversalidades**, realizado no CCBB SP, ela promoveu uma oficina de leitura com professores e educadores para discutir o texto da ensaísta e performer Jota Mombaça e as possíveis interpretações suscitadas.

Com os participantes dispostos em roda, a discussão partiu da apresentação de cada um, levando em conta os seus lugares de fala e a maneira como se localizam politicamente na sociedade contemporânea. “Quando nos localizamos no mundo, outra perspectiva se abre e essa ‘identidade-identificada’ está presente em tudo o que se faz, nos discursos e vocabulários. Não é possível compreender a maneira como enxergo o mundo sem antes esclarecer esses atravessamentos.”

É a partir dessa localização no mundo que Beatriz Lemos atribui importância de “O nascimento de Urana”, escrito por uma pessoa não binária e auto-proclamada bruxa política. “É um texto feito a partir da dissidência desse corpo. Jota Mombaça é uma figura que fricciona os ambientes e as normatividades. É importante pontuar: é a partir deste lugar que ela está falando”, comenta.

Ao longo da leitura, feita em conjunto, os participantes chamaram a atenção para a maneira como Jota vislumbra a existência trans em um futuro distópico, apocalíptico e hiper-regulado. “A ascensão do Cistema, no terreno da política institucional, abriu caminho para a aprovação de leis nefastas, como a da Destransição Compulsória para pessoas trans sem diagnóstico e a da Renaturalização, que impunha às pessoas diagnosticadas como ‘transsexuais verdadeiras’ a implantação de microchips reguladores de comportamento, além de procedimentos violentos como esterilização involuntária e instalação de marcas hormonais por meio das quais as biopolícias podiam conferir se as taxas de hormônios de um determinado corpo estavam em acordo com as declarações médicas e jurídicas registradas para aquele mesmo corpo”, descreve uma das passagens do texto.

“Ela fala de um futuro não tão distante, em que há uma ideia hegemônica de Cistema, ligado à questão do cisgênero”, comenta Beatriz Lemos. “Nesse contexto, as pessoas trans têm acesso a doses de hormônios que as transformam em elementos da natureza. Isso mostra o quanto esse texto é um exercício de ficção com a intenção de extrapolar a questão de gênero. Já está num nível de reflexão que considera os corpos trans como não-humanos, que acabam por se tornar corpos-flor, extrapolando a ideia binária de mundo a que estamos submetidos.”

“Quando nos localizamos no mundo, outra perspectiva se abre e essa ‘identidade-identificada’ está presente em tudo o que se faz, nos meus discursos e vocabulários”



Autoficção biográfica futurística

Beatriz Lemos ainda destaca a relação da ficção especulativa produzida por Jota Mombaça com uma noção de autoficção biográfica situada em um contexto de futuro. “Ela descreve muito bem esse ambiente, esses seres e como essas pessoas vivem nesse mundo distópico. E ainda detalha como esse mundo atua: por meio de bombas, sirenes, corpos com sensores táteis. Por fim, ela, como personagem, vai se fundindo à terra”, explica.

“Com todos os sentidos permeados pela terra, mas sem ainda ser capaz de perceber onde estava, tentava com todas as forças captar sinais, frequências e informações sobre aquela explosão em pleno mar. Em pleno mar!!!”, escreve Jota, imaginando a instalação futura de grandes sociedades humanas em alto mar.

“Lá, onde as bases do Cistema foram abrigar-se das investidas da terra. O custo da suposta estabilidade dessas bases tinha sido precisamente a esterilização radical da vida marinha. O fundamentalismo cisgênero lia como ameaça toda forma de vida que não se resumisse ao seu projeto de mundo”, continua a artista.

Diante disso, Jota Mombaça escreve sobre um processo de paralisia atrelado à interrupção da existência de um corpo dissidente na sociedade imaginada. Trata-se, segundo Beatriz Lemos, de uma reação à violência dos olhares, da rejeição e do desafeto. “Ainda mais em uma situação em que a nossa existência não é tolerada ao outro. Sanar a paralisia, portanto, é ir sentindo o corpo, ir deixando o espaço de opressão, percebendo cada elemento do corpo de novo, como uma nova primeira vez”, sugere, retomando imagens de “O Nascimento de Urana”.

Beatriz Lemos é curadora e pesquisadora, mestre em História Social da Cultura pela PUC-RJ e idealizadora da plataforma de pesquisa Lastró – Intercâmbios Livres em Arte. Foi curadora do programa Bolsa Pampulha 2018/2019 (MG), da 3ª Frestas – Trienal de Artes (SP) e coordena o Grupo de Estudos Lastró na Casa 1. Em 2017, integrou a comissão curatorial do 20º Festival de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil e coordenou a residência artística Travessias Ocultas – Lastró Bolívia.

TRANSVERSALIDADES C/ BEATRIZ LEMOS
youtu.be/LxSO1O76hsw

#futuro #escrita #biografia

A dimensão pública da educação

por Guilherme Augusto

TRANSVERSALIDADES C/ JAQUELINE VENTURA • 15 DE JUNHO DE 2019

No Brasil, o processo educativo é frequentemente associado a crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio que, entrarão no ensino superior quando se tornarem jovens adultos. Limitada, essa noção exclui modalidades de ensino que atendem a outras faixas etárias, como defende a professora Jaqueline Ventura no curso **Transversalidades**. Mestre e doutora em Educação, ela convidou o público do CCBB RJ a uma imersão no universo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sem deixar de lado os entraves que impedem a sua plena realização.

Criada pelo Governo Federal e incluída na Constituição de 1988, a EJA é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, sendo destinada a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação em escolas convencionais na idade considerada “apropriada”. Em teoria, permite que o estudante retome os estudos e os conclua em menos tempo, possibilitando, dessa forma, sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.



“Nossos alunos são alunos como outros quaisquer e devem ser tratados como tal, não em menor conta”

“Na Lei, o conceito de Educação de Jovens e Adultos é o mais próximo do ideal, mas peca por não reconhecer a diversidade dos alunos que frequentam as aulas. Em geral, eles são sujeitos trabalhadores e pertencem aos grupos mais destituídos de direitos da sociedade brasileira, que ao longo de suas vidas não tiveram acesso à educação, mas também ao lazer e ao transporte de qualidade, por exemplo. Eles são um conjunto amplo, heterogêneo e pertencente à classe trabalhadora”, comenta.

Segundo a pesquisadora, ao enunciar que as aulas da EJA são um combustível para melhor inserir esses sujeitos no mercado de trabalho, a lei desconsidera o poder de emancipação inerente ao ensino e ao conhecimento. “Nossos alunos são alunos como outros quaisquer e devem ser tratados como tal, não em menor conta. Essa ideia reduz a educação à certificação, ou seja, às necessidades do campo econômico, com a negação do direito ao conhecimento. A EJA, portanto, se torna utilitária ao mercado, e somente a ele”, analisa.

Dessa forma, o campo da educação de jovens e adultos se torna a ponta mais frágil das questões que envolvem a educação pública brasileira, na medida em que atende a uma população invisível e marcada por desigualdades. Jaqueline Ventura ainda pontua que outras razões levam à precarização do ensino para jovens e adultos, a exemplo da limitação de carga horária, já que as aulas normalmente acontecem no período noturno, e da falta de infraestrutura física e organizacional das escolas para receberem alunos mais velhos.

“Nosso principal objetivo é contribuir para o aluno pensar de forma autônoma. Não ter um espaço como a escola para que ele possa estar presente, participar de dinâmicas coletivas e, sobretudo, ter contato com o professor impede uma série de etapas do desenvolvimento educacional.”

Função Social da EJA

Ultrapassando uma visão que reduz a educação ao atendimento de demandas do mercado de trabalho, a professora apresenta uma perspectiva ampliada sobre a experiência da escola. “O principal compromisso da Educação de Jovens e Adultos é promover a formação humana e o acesso à cultura em geral, de modo que os educadores promovam a consciência crítica e o desenvolvimento da autonomia intelectual, ou seja, o conhecimento com compromisso de formação libertadora e emancipadora”, pontua, ao falar sobre as funções da EJA.

“Uma sala de aula ocupada por somente oito alunos significa que ali estão oito indivíduos que têm direito ao acesso à educação, que não deve ser tratada como gasto ou investimento, e sim como direito”, continua.

Redução e precarização

Nos últimos anos, entretanto, Jaqueline Ventura tem notado a redução e precarização da oferta da EJA. “Em um contexto de retrocesso e mercantilização da educação, o financiamento público é estancado e regride, enquanto surgem uma série de cursos supletivos privados com foco na certificação e, muitas vezes, sem controle do Estado”, pontua. Para ela, a redução de recursos para a EJA leva o país a procurar saídas pouco eficientes, como os currículos restritos e o crescimento de ofertas de cursos de educação à distância.

“Nosso principal objetivo é contribuir para o aluno pensar de forma autônoma. Não ter um espaço como a escola para que ele possa estar presente, participar de dinâmicas coletivas e, sobretudo, ter contato com o professor impede uma série de etapas do desenvolvimento educacional”, aponta.

Jaqueline Ventura é mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). No período de 2002 a 2005, coordenou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Pública Municipal de Niterói. Atualmente é professora da Faculdade de Educação da UFF, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e coordena o Núcleo de Estudos Documentação e Dados em Trabalho e Educação (Neddate-UFF).

TRANSVERSALIDADES C/
JAQUELINE VENTURA
youtu.be/ZkdwmOz3BWI

#educação para adultos #formação docente
#políticas públicas

Educação de jovens e adultos

por Geovana Freitas

ATIVIDADE ESPECIAL C/ MARIA MADALENA TORRES • 14 DE NOVEMBRO DE 2019



Resgatar as memórias afetivas dos primeiros anos de escola, o prazer de voltar a usar um uniforme escolar, a satisfação ao comprar materiais que, nos tempos de criança, não podiam ser comprados devido a dificuldades financeiras. Essas, entre outras, são emoções comuns aos muitos adultos e adultas que, depois de anos afastados da escola, podem voltar aos estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Convidada pelo Programa Educativo CCBB – Arte & Educação a conduzir uma reflexão sobre o Dia Nacional da Alfabetização no CCBB DF, a professora Maria Madalena Tôrres participou em 1989 da fundação do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre). Por conta de sua vasta caminhada pela Educação Popular, recebeu em 2019 o título de cidadã honorária de Brasília. Maria Madalena é uma figura amante e moradora de Ceilândia (DF), cidade satélite localizada a 22km do centro da capital federal.

Conhecida por sua diversidade cultural, a cidade de Ceilândia figura entre as que têm maior número de imigrantes nordestinos no Distrito Federal, aspecto que pode ser entendido como um desdobramento dos processos de construção da modernista capital brasileira, em cujos planos não havia espaço para os trabalhadores que vieram para levantar seus pilares.

Ao longo da atividade, a educadora contou um pouco de sua trajetória na alfabetização de jovens e adultos por meio da pedagogia freireana. Trabalhando de forma recorrente a partir da linguagem fílmica, sua pesquisa resultou em 2018 na publicação do livro “O cinema como linguagem na alfabetização de jovens e adultos trabalhadores”.

Paulo Freire e a Educação Popular

Nascido em Pernambuco, Freire conviveu em sua infância com a massa trabalhadora, vendo de perto as dificuldades impostas pela miséria, que força, em muitas situações, crianças, mães e idosos a trabalharem em busca do sustento diário. Nesse contexto, a escolarização dificilmente pode ser prioritária, uma vez que até mesmo o acesso a escola demandava horas a pé, situação que ainda hoje é uma realidade em diferente regiões do país.

Educador conhecido nacional e mundialmente, Paulo Freire é inovador ao defender práticas educativas e concepções de educação que se propõem dialógicas, ou seja, passam necessariamente pelo diálogo e a não-hierarquização. Sendo assim, a educação deve chegar de igual modo a todos, e em urgência aqueles que foram usurpados da escolarização e são, por consequência, mais atingidos pela desigualdade social.

A sensibilidade do educador o levou, já adulto, como professor do Serviço Social da Indústria (SESI), a adequar constantemente sua metodologia de trabalho, criando estratégias inovadoras a partir de pesquisas e do cotidiano escolar. A alfabetização, para Paulo Freire, não se baseia no processo de descodificação dos códigos alfabéticos, sendo entendida como uma leitura que não se limita às palavras, devendo vir sempre acompanhada de leituras de mundo.

O reconhecimento das subjetividades

Como o próprio Freire diz: “A leitura de mundo antecede a leitura da palavra”. Dessa maneira, a decodificação dos códigos alfabéticos só pode acontecer de maneira crítica quando a leitura do mundo, ou seja, as experiências de vida do educando, são consideradas no decorrer do processo. Surgem daí as palavras geradoras: palavras que são percebidas no universo vocabular dos estudantes e que, por possuírem sentido subjetivo para o indivíduo ou para a comunidade, são vivas. Não se apresentam, como palavras, mas, como sentidos.

Outro ponto importante na metodologia proposta por Paulo Freire se relaciona ao sentido da coletividade, ou seja, aos sentidos afetivos que estão presentes em cada comunidade e que se evidenciam no que ele chama de “Círculo de Cultura”. O círculo consiste no encontro entre um educador e um grupo de alfabetizando, e a “cultura”, por sua vez, é construída a partir do compartilhamento de hábitos comuns, ancestrais e comunitários, na partilha das histórias de vida dos educandos, de situações que ocorrem no bairro e nos “causos” compartilhados entre o grupo. É nesses espaços que o educador vai observando e construindo propostas pedagógicas para cada turma, sempre a partir de suas experiências individuais e coletivas. Todos esses pontos da metodologia freireana partem dos princípios da subjetividade, uma vez que a escola, o educador e a prática pedagógica surgirão do educando e de sua leitura contextual.

“A leitura de mundo antecede a leitura da palavra”

O cinema na alfabetização de trabalhadores

O mais recente livro de Maria Madalena Tôrres é resultado de múltiplas pesquisas, ensaios e artigos sobre a linguagem do cinema em sua articulação com a educação, assim como deriva de seu trabalho de conclusão de curso, “Luzes, Câmera, Educação – O filme como intervenção pedagógica em sala de aula” (2002), de sua dissertação de mestrado, “O cinema – A língua escrita da realidade na alfabetização de jovens e adultos” (2005) e também de suas experiências com o projeto Cine popular: conhecimento e audiovisual, na cidade de Ceilândia.

Ao longo de sua fala, a convidada reforça a todo momento a importância dos movimentos populares como espaços unificados de educadores e educandos, reforçando o caráter coletivo da construção de sentidos de mundo que resulta e contribui para (e com) o processo de alfabetização.

Maria conta que ao longo da pesquisa acompanhou inúmeras aulas na EJA, observando especialmente como os educadores propunham filmes e de que modo essas escolhas dialogavam com os interesses e o cotidiano dos estudantes. A partir desse apanhado, a pesquisadora pôde perceber e sistematizar, em sua obra, diferentes estratégias por meio das quais a linguagem fílmica pode estabelecer pontes potentes de diálogo e de processos pedagógicos.

Maria Madalena Tôrres é graduada em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), especialista em Formação de Professores e mestre em Tecnologias na Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Foi sócia fundadora do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre) em 1989, e em 2019 recebeu o título de Cidadã Honorária de Brasília pela relevância de seu trabalho na Educação Popular.

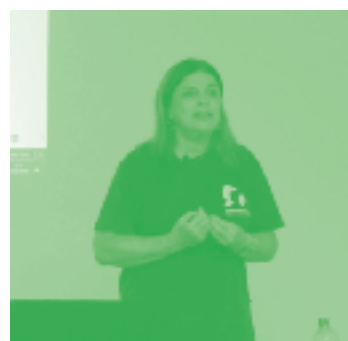
#educação para adultos #pedagogia #cinema



#ancestralidade
#arteterapia
#autismo
#autocuidado
#biografia
#colagem
#crianças
#educação social
#maternidade
#memória
#mulheres
#pintura
#psicologia
#saúde
#tempo



A importância do cuidado



Afetoterapia

por Guilherme Augusto

TRANSVERSALIDADES C/ ADRIANA FERNANDES • 04 DE ABRIL DE 2019

“Temos que potencializar a maneira como essa criança é abordada, para que isso aconteça de forma mais natural e próxima. É preciso que ela sinta o adulto como parte de seu universo.”

“Em caso de despressurização da cabine, máscaras de oxigênio cairão automaticamente. Puxe uma das máscaras, coloque-a sobre o nariz e a boca, ajustando o elástico em volta da cabeça, e respire normalmente. Somente depois de colocar a própria máscara, auxilie a criança ao seu lado”. Na edição de abril de 2019 do curso **Transversalidades** no CCB RJ, a fonoaudióloga e educadora parental Adriana Fernandes recorreu à típica locução usada em aviões para explicar o trabalho que desenvolve com crianças e jovens autistas.

Para ela, auxiliar uma criança autista em desenvolvimento deve necessariamente envolver um adulto que esteja bem consigo mesmo e, sendo assim, disposto a fazer as mais diversas concessões. “Seja qual for a perspectiva da criança, o adulto só vai receber uma resposta adequada se souber se posicionar bem o bastante como um exemplo a ser seguido. E isso depende de cada um”, analisa.

O principal método de cuidado, portanto, deve ser o encorajamento por meio do afeto, ou seja, “criar espaço para que a criança possa agir com o coração”. Segundo a fonoaudióloga, a ideia de que toda característica típica do autismo precisa ser mudada é uma falácia, assim como devem ser superados os tratamentos tradicionais oferecidos aos autistas. “Temos que potencializar a maneira como essa criança é abordada, para que isso aconteça de forma mais natural e próxima. É preciso que ela sinta o adulto como parte de seu universo.”

Disciplina positiva

A esse respeito, a Disciplina Positiva é uma grande aliada do trabalho clínico desenvolvido por Adriana Fernandes. Entendida como um programa cujo objetivo é encorajar crianças e adolescentes a tornarem-se responsáveis, respeitosos, resilientes e com recursos cognitivos para solucionar problemas do cotidiano, essa metodologia tem como principal característica buscar integrar a criança em seu próprio processo de aprendizagem de forma natural e saudável.

“De onde tiramos a ideia absurda de que para fazermos uma criança agir melhor, primeiro ela precisa se sentir pior? Os métodos que envolvem um motivador externo fazem com que ela nunca esteja satisfeita consigo. Portanto, ajudá-la a se sentir conectada, encorajar o respeito mútuo, ter a consciência de que tudo é aprendido e empoderá-la para as decisões que a vida traz é fundamental. Trata-se de um processo que ela mesma precisa desenvolver, de dentro para fora”, defende.



“Quanto mais elementos visuais, mais esse processo chama a atenção das crianças, e é muito importante que façamos esse tipo de associação. Isso ajuda a crianças a se expressarem, e elas só vão entender os códigos se os usarmos com elas”

Visualidades

Aproximar-se das crianças e dos jovens autistas por meio de brincadeiras e elementos visuais é, segundo Adriana, uma saída bastante usada e que gera sucesso no processo de aprendizagem. “Quanto mais elementos visuais, mais esse processo chama a atenção das crianças, e é muito importante que façamos esse tipo de associação. Isso ajuda a crianças a se expressarem, e elas só vão entender os códigos se os usarmos com elas”, explica.

No centro de toda essa discussão, afirma a educadora, está o afeto, que vincula o desenvolvimento psíquico às formas de compreensão alcançadas por crianças e jovens autistas. “Não se trata de fazer demais ou de menos pela criança. Se a ideia é empoderar, ela precisa ter os desafios, mas principalmente o suporte. Ela deve poder resolver esses desafios, que precisam ser vistos como uma oportunidade de aprendizado”, conclui.

Adriana Fernandes é fonoaudióloga e educadora parental em Disciplina Positiva. Além disso, é idealizadora do Projeto Afetoterapia e trabalha com atendimentos clínicos, consultorias escolares e orienta profissionais e famílias.

TRANSVERSALIDADES C/ ADRIANA FERNANDES
youtu.be/gON_M9qpCr8

#autismo #crianças #educação social

Desmistificar é preciso

por Rannaiê Granjeiro

ATIVIDADE ESPECIAL C/ THIAGO JUDAS • 15 DE FEVEREIRO DE 2020



Muita gente acredita que, diante de um processo patológico instalado no corpo, temos que buscar ajuda na medicina biológica, ou ainda na medicina biológica integrativa. Essa crença não deixa de ser verdade, sendo reconhecida inclusive pela medicina moderna, que a associa ao chamado processo de “saúde-doença”. Nesses processos integrativos, o que se necessita é uma equipe multidisciplinar cujo objetivo é tratar o indivíduo como um ser biopsicossocial.

Mas a que se referiria essa nova nomenclatura? Em linhas gerais, trata-se de afirmar que uma pessoa com um processo patológico não pode ser considerada somente segundo a patologia em si. Pelo contrário: deve-se levar em consideração os aspectos biológicos (genéticos, bioquímicos etc.), fatores psicológicos (estados de humor, personalidade, comportamento etc.) e fatores sociais (culturais, familiares, socioeconômicos, médicos etc.).

Essa nova abordagem em saúde prevê inclusive a arte, os hobbies e o lazer como alguns dos fatores que atuam sobre os processos de saúde-doença vividos por um indivíduo. Por esses e outros motivos, o CCBB SP recebeu em fevereiro de 2020 uma oficina de desenho com o tema “Prevenção ao Câncer Infantil”, ministrada pelo artista Thiago Judas. Ao longo da oficina, a mesma questão foi abordada de maneira simples como um meio de sintonizar e canalizar nossas energias para concretizar tarefas artísticas como a pintura.



Ressignificações

A atividade se iniciou com uma dinâmica de apresentação dos participantes. Depois disso, Thiago nos orientou sobre as forças e energias físicas que possuímos, usando para isso um vídeo explicativo sobre o processo de concentração e as capacidades associadas a essa habilidade. Entre os exemplos trazidos pelo vídeo, testemunhamos a ação de mestres japoneses que, em visível estado de concentração, fazem o corte de vários bambus com um único golpe de espada.

Posteriormente, os participantes do encontro se posicionaram em frente a uma folha em branco, munidos de pincel e tinta preta. A orientação do artista foi que fechássemos os olhos e nos concentrássemos no peso de nossos próprios corpos, tentando alinhar nossos centros de gravidade. Em seguida, Thiago nos aconselhou sobre o contato entre o pincel, a tinta e a folha: uma vez em contato com a folha, era necessário esperar uma fala do artista para começar o traço, e outra fala para poder afastar o pincel da superfície da folha. Após essa ação, foram observados com surpresa os diversos tipos de traços artísticos resultantes das mesmas diretrizes.

Diante dos resultados distintos alcançados a partir do mesmo procedimento, o artista nos orientou a resignificar os primeiros traços. Dessa vez, seria possível utilizar tintas de cores primárias. No decorrer da nova etapa, Thiago se mostrou atento ao trabalho

individual de cada pessoa: passou orientações, indagou os participantes sobre suas próprias criações, nos estimulou a transitar entre diferentes técnicas e evitar certa tendência que chamou de “robotização”.

Ao longo da atividade, fomos constantemente provocados a transformar nossas percepções sobre formas, traços, olhares e ações. A partir desses estímulos, encontramos múltiplas formas para que nossa energia modificasse a interpretação do mar de informações em que vivemos, superando supostas polaridades entre o que é bom ou ruim.

Tiago Judas é artista e ilustrador. Sua produção inclui desenhos, objetos e vídeos, além de histórias em quadrinhos. Em 2016, lançou pela o livro “Hídrico” (Editora Veneta), uma coletânea de suas HQ’s que reúne produções de 1998 a 2015.

#pintura #arteterapia #saúde

Um novo olhar para o autismo

por Guilherme Augusto

TRANSVERSALIDADES C/ IZABEL TAFURI • 24 DE ABRIL DE 2019



Celebrado anualmente em 2 de abril, o Dia Mundial de Conscientização do Autismo é uma data instituída pela ONU com o objetivo de divulgar informações sobre essa síndrome neuropsiquiátrica e reduzir a discriminação e o preconceito que a cercam. A fim de criar um espaço de reflexão sobre diferentes maneiras de lidar com o autismo, o CCBB DF recebeu a professora, psicanalista e pesquisadora Izabel Tafuri na edição de abril de 2019 do curso **Transversalidades**.

Especialista em autismo e em outros transtornos do desenvolvimento psíquico, a pesquisadora defende uma nova forma de olhar para a síndrome, a partir de saberes diversos. “Durante muito tempo, os profissionais responsáveis por tratar pessoas autistas estavam condicionados a um sistema que os prendia às noções restritas da medicina clássica. Hoje em dia, esses mesmos profissionais estão cada vez mais dispostos a transitar por outros campos do saber para lidar com a saúde mental, principalmente a das crianças”, diz Izabel.

Em sua visão, esse novo olhar permite que áreas como a educação e a psicologia, além da medicina, colaborem para a compreensão do autismo em crianças e também para o seu acompanhamento. Dessa forma, o transtorno passa a ser entendido a partir da articulação entre diversos conhecimentos em constante cooperação e sem uma hierarquia pré-definida.

“Essa é uma postura visionária que tem como objetivo não só a evolução do ser humano, mas também da sociedade como um todo. A cultura transdisciplinar se propõe a explicar o que está ao mesmo tempo entre, através e além das disciplinas. O médico e o psicólogo, por exemplo, precisam estar dispostos a ouvir o que os professores, com quem a criança passa a maior parte do tempo, têm a dizer, e o contrário também deve acontecer”, exemplifica.

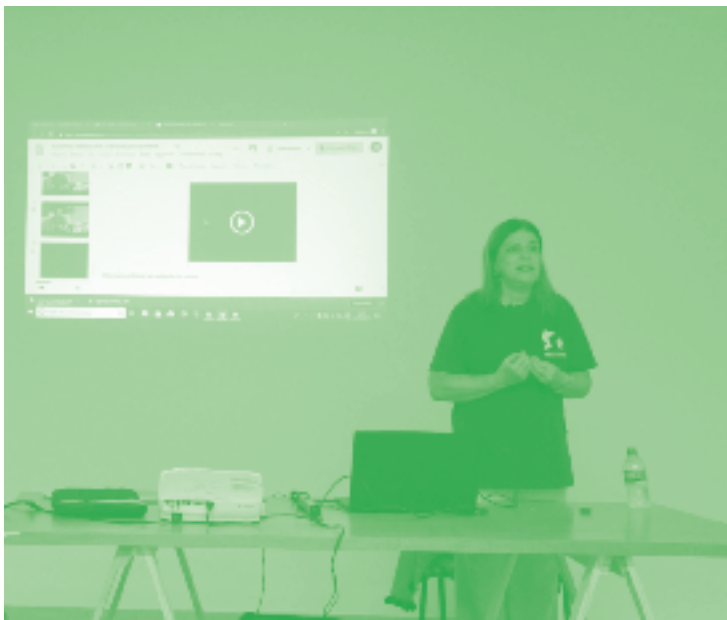
Múltiplos caminhos

Considerando que o autismo é uma síndrome pluricausal, a pesquisadora refuta a ideia de que o diagnóstico precoce é o único caminho possível para se ter um tratamento de sucesso. “Mesmo que houvesse apenas uma causa, não seria de grande ajuda. Um gene não é determinante da capacidade de evolução cognitiva de uma criança. O que os profissionais devem ter em mente é o que se pode fazer na atualidade”, afirma, buscando ampliar a visão geral sobre o autismo e seus caminhos de inclusão social.

Segundo ela, existem inúmeros casos de crianças que têm um desenvolvimento considerado “normal” na primeira infância e, mais tarde, passam a apresentar um comportamento desviante. Isso pode significar, por exemplo, que a criança criou vínculo com os pais, mas em algum momento passou ter sintomas associados ao autismo.

“Tachar essa criança como autista pode ser uma barreira para o seu próprio desenvolvimento. Ela merece, sim, mais atenção dos pesquisadores, mas, diferente de um bebê que desde o nascimento não apresentou o comportamento esperado, consegue se comunicar. Esses casos são os maiores motivadores de um olhar transdisciplinar, porque justificam que outras áreas do conhecimento podem ser tão ou mais importantes do que o atestado de alguma doença com indícios genéticos ou neurológicos”, comenta.

“Essa é uma postura visionária que tem como objetivo não só a evolução do ser humano, mas também da sociedade como um todo. A cultura transdisciplinar se propõe a explicar o que está ao mesmo tempo entre, através e além das disciplinas.”



A mimese como estratégia

Dentre as diferentes maneiras de identificar uma criança autista, Izabel Tafuri destaca o primeiro contato no consultório médico como uma situação determinante para o diagnóstico. Segundo ela, a grande maioria dos profissionais ainda não está disposta a realizar exames alternativos para compreender os pacientes. Dessa forma, quem em geral assume o diálogo durante a consulta são os pais, e a criança se torna coadjuvante no relato de seus próprios sintomas e comportamentos.

“Uma criança que apresenta sintomas de autismo, quando vai ao consultório, normalmente não responde aos estímulos e às perguntas do médico. A solução para isso é estar com a criança à moda dela. Se ela está deitada no chão, deitar no chão; se ela não está falando, ficar em silêncio. Por meio da mimese, da imitação dos gestos, ela vai se sentir parte de toda aquela situação”, defende.

Izabel Tafuri é psicóloga, psicanalista e Prof. Dra. em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em autismo e transtornos severos do desenvolvimento, é fundadora da Companhia Terapêutica – clínica transdisciplinar para crianças, adolescentes e adultos – e especialista em Acompanhamento Terapêutico de crianças autistas no processo de inclusão escolar, social e familiar.

TRANSVERSALIDADES C/ IZABEL TAFURI
youtu.be/DJ2SlvRC2MA

#autismo #crianças #psicologia

Primavera das memórias

por Geancarlos Barbosa

ATIVIDADE ESPECIAL C/ URS BIA BEDRAN • 22 DE SETEMBRO DE 2018

A primavera de 2018 floresceu trazendo para o Programa CCBB Educativo – Arte & Educação, no Rio de Janeiro, uma forma ainda mais abrangente e desafiadora da prática de educação não escolar. No segundo semestre daquele ano, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), da Prefeitura do Rio de Janeiro, e um de seus projetos, o Circulando, nos trouxeram uma proposta de experimentação das nossas práticas educativas dentro de Unidades de Reinserção Social (URS) com crianças e bebês acolhidos.

Circulando é um projeto da SMDS que visa apresentar os cenários culturais, turísticos e esportivos do Rio de Janeiro aos usuários da rede de proteção social do município. Desde o início da gestão do nosso programa, em abril de 2018, esse projeto já desenvolvia um contato constante para a realização de visitas educativas, assim como para a participação de seus beneficiários como público em eventos e oficinas realizadas dentro da nossa programação.

O acompanhamento da parceria e o desenvolvimento das ações ficaram sob responsabilidade do Grupo de Trabalho Infâncias (GT Infâncias), que se dividiu em duas equipes de três integrantes – nesse caso, formada pelos educadores Pablo Amorim, Mariana Moraes e por mim. Em colaboração com a coordenação da URS Bia Bedran, localizada em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, assim como de colaboradores vinculados a atividades realizadas na mesma unidade, como o projeto Contar, desenvolvemos uma proposta de imersão na memória e nas experiências vitais e cotidianas das crianças acolhidas pela instituição.

A escolha desse foco partiu de questionamentos trazidos pela própria equipe da URS, que se mostrou interessada pelas memórias deixadas nos e pelos corpos das crianças. Essa provocação nos despertou o desejo de que tais memórias pudessem ser vistas, registradas e acessadas na posteridade, tanto pela própria equipe, como também por outras pessoas que se relacionam com as crianças, a exemplo de antigos e futuros responsáveis.

Contatos, encontros e primeiros registros

O objetivo dessa parceria consistia na criação e na investigação de métodos de registro e arquivo de memórias, gerando um elo de formação compartilhada a partir da troca de experiências e conhecimentos entre educadoras e educadores da URS e do nosso programa. Dessa vez, entretanto, trabalharíamos com crianças com idades entre 4 meses e 3 anos, um público bastante diferente dos usuários habituais dos espaços do CCBB RJ. Logo nas primeiras reuniões sobre as práticas e seus públicos, entendemos a importância de que o trabalho fosse realizado em colaboração com as educadoras sociais que vivenciavam diariamente o trabalho na URS. Desde o início, ficou nítido que, por evocarem e se relacionarem diariamente com as memórias da crianças e bebês acolhidos, essas profissionais poderiam ser agentes de catalogação e salvaguarda dos materiais de registros do desenvolvimento do grupo de crianças.

As ações seguintes visavam, momentos de apresentação e entendimento mútuo sobre os diversos corpos presentes nesse trabalho, assim como sobre as formas e logísticas de ação dentro de cada um dos espaços. Para além disso, buscamos também identificar os intervalos existentes, dentro das respectivas rotinas de trabalho, para a produção de registros das crianças. A partir dessas percepções, as primeiras investigações práticas revelaram a fotografia como a linguagem mais utilizada por essas profissionais, nos levando a diferentes proposições de registros a serem feitos durante as atividades com as crianças e os bebês no CCBB RJ e na URS. O objetivo, naquele momento, era começar com uma linguagem de contato mais próxima e, depois, partir em direção a outras formas menos usadas para captar memórias.

A troca com as educadoras sociais, considerando nossas diferentes formações e aproximações em relação ao trabalho, enfatizou o caráter fortemente interdisciplinar das atividades.

Caminhos compartilhados

No que se refere à metodologia desenvolvida para o trabalho, optamos por intercalar ações de experimentação com reuniões de avaliação do processo pela equipe do CCBB RJ, as educadoras sociais e a coordenação da URS. Foi possível proporcionar, novas experiências para os pequenos dentro do espaço do centro cultural, como a sua participação em atividades para bebês e a realização de oficinas de criação de tintas naturais. Além de permitirem a aproximação do grupo, essas atividades fizeram com que o CCBB RJ pudesse ser identificado e ocupado como espaço de lazer, interação e aprendizado, tanto pelas educadoras sociais e suas famílias, como pelos bebês beneficiados pela instituição.

No decorrer de um ano de parceria, vários suportes diferentes foram experimentados, tais quais a escrita, o vídeo, o áudio e a pintura, entre muitos outros. Durante as conversas e ações, entendemos, que um eficiente modo de contribuir com os registros das crianças correspondia à evocação das memórias de infância das próprias educadoras. Com isso, as ações se tornaram um grande laboratório de experimentação multissensorial e multilinguagens, investigando as memórias dos pequenos, mas também das profissionais que os acompanhavam.

Ao longo desse período, usamos várias metodologias e suportes. Propusemos ao grupo, por exemplo, a produção de duas cartas: uma, para o seu “eu criança”, trazendo o que cada educadora gostaria de falar para si mesma, em outro tempo, e outra carta, para uma das crianças abrigadas, a qual poderia ser lida quando essas crianças alcançassem a idade adulta. Experimentamos também a fotografia, trabalhando com a produção de registros a partir de três “campos” de visão: em pé, sentado e deitado. Usando vídeos, registramos falas e sons produzidos pelos bebês e crianças junto às educadoras. Construímos ainda esculturas de porcelana fria, feitas com moldes criados segundo partes dos corpos dos bebês e crianças, assim como alguns experimentos em pintura, gerados a partir de carimbos com as mãos dos bebês no decorrer do seus processos de crescimento.

Mediar e aprender

Durante o longo período de parceria, não foram poucos os percalços enfrentados pela equipe, dentre os quais atrasos de pagamento das funcionárias da URS e condições precárias de trabalho, incluindo cortes na equipe e falta de materiais necessários às atividades. Diante desse contexto, houve cancelamentos e adequações metodológicas em nossos cronogramas, de modo que as ações só se concretizaram pela dedicação e o comprometimento pessoal da equipe da URS, que lamentavelmente testemunhou a interrupção do projeto em agosto de 2019.

A partir dessa experiência, ficou evidente para cada um de nós a importância de atividades educativas continuadas em nossa prática e formação como educadores. A troca com as educadoras sociais, considerando nossas diferentes formações e aproximações em relação ao trabalho, enfatizou o caráter fortemente interdisciplinar das atividades. Ao colaborarmos com a equipe da URS Bia Bedran, foi possível conviver com e entender melhor as práticas de cuidado e as pedagogias utilizadas naquele espaço, assim como ampliar nossas pesquisas em infâncias e desenvolvimento cognitivo, provocando um entendimento mais amplo sobre os diferentes públicos possíveis de um programa educativo.

A colaboração com a URS Bia Bedran funcionou também como um campo de experimentação constante de ações e metodologias pensadas para nosso trabalho, sobretudo em visitas educativas e mais especificamente nos Lugares de Criação, oficinas voltadas a crianças e famílias realizadas todos os fins de semana no CCBB RJ. A partir dessa relação continuada, pudemos ver até onde as ações davam certo, de que modos elas atingiam diferentes públicos e quais adequações metodológicas precisavam ser feitas para criar experiências mais acessíveis e democráticas. Ao desenvolver e experimentar práticas educativas continuadas dentro de um centro cultural, lado a lado com profissionais e públicos de uma Unidade de Reinserção Social para crianças, tivemos também uma grande chance de redimensionar a amplitude e as redes de nossa prática educativa não escolar, ultrapassando normas, paredes e convenções que vigoravam até então.

A Unidade de Reinserção Social Bia Bedran (URS Bia Bedran) encontra-se na rua Sorocaba, em Botafogo, e funciona em uma casa amarela de número 595. Seu público para acolhimento é formado principalmente por bebês e algumas crianças em situação de vulnerabilidade social. A instituição conta com uma equipe de mais de 24 pessoas, incluindo 13 educadoras sociais com capacitação concisa para com o desenvolvimento de empatia, afeto, cuidado e formação. Sua prática está baseada em pesquisas de desenvolvimento cognitivo da pediatra austríaca Emmi Pikler, baseadas no cuidado com a saúde física e no respeito pela individualidade de cada criança.

#educação social #crianças #memória

Mulheres presentes!

por Geovana Freitas

ATIVIDADE ESPECIAL C/ NEIVA FERNANDES • 08 DE MARÇO DE 2020

Em memória ao Dia Internacional da Luta pelos Direitos das Mulheres, recebemos no dia oito de março de 2020, no CCBB DF, a psicanalista e pedagoga Neiva Fernandes, certificada como professora internacional de *mindfulness* pelo Mindfulness Meditation Teacher Certification Program (MMTCP). Pensar nesse dia como um marco para os direitos das mulheres se afirma como um posicionamento político e um convite à reflexão sobre a situação atual das experiências femininas cis e trans no Brasil. Por se tratar de populações historicamente associadas ao cuidado de outras pessoas, um eixo importante dentro das discussões sobre o gênero feminino está relacionado ao autocuidado. Dentro dessa perspectiva, a técnica *mindfulness* se apresenta como uma contribuição à saúde mental das mulheres frente à rotina dupla que muitas vezes enfrentamos.

O Dia Internacional da Luta pelos Direitos das Mulheres, popularmente conhecido como Dia da Mulher, foi instituído pelas Nações Unidas em 1975 e atualmente é comemorado em mais de 100 países. Por sua popularidade e pela construção social vigente em nossa cultura, em que o feminino está atrelado ao delicado, à cisgeneridade, ao emotivo e ao sensível, a data é muitas vezes cercada de homenagens que celebram a capacidade feminina de assumir ações multitarefas, dentre as quais a maternidade e o cuidado com a beleza, deixando escapar questionamentos em torno dos motivos pelos quais mulheres são frequentemente submetidas a essa sobrecarga.

Há de se considerar também a falta de reconhecimento das diversas condições de ser mulher, lembrando que estamos inseridas em diversos contextos, escolhas profissionais, grupos étnicos, orientações sexuais e identificações de gênero, assim como em diferentes idades e grupos sociais. Pensar nessas variáveis talvez seja uma importante questão para se pensar o oito de março, identificando lacunas, possibilidades e diversidades, de modo a construir ações de enfrentamento à violência e ampliar o acesso a políticas públicas e pessoais de bem viver.

A importância do autocuidado

Ao longo do encontro, Neiva Fernandes trouxe uma reflexão a respeito de construções sociais que historicamente ensinaram as mulheres a serem “super-mulheres”, ignorando os males que essa rotina traz ao corpo físico e psicológico. Como possível antídoto a esse quadro, apresentou a técnica *mindfulness*, termo que poderia ser traduzido ao português como “atenção plena”. Neiva destaca a importância dessa atenção plena no cotidiano, em meio a um contexto que normaliza, frequentemente com o apoio das tecnologias digitais, estarmos sempre absorvidas e absorvidos por muitas tarefas. Ao nos preocuparmos com as próximas atividades a serem feitas, nos alinhamos à lógica da produtividade, mas a longo prazo isso pode gerar situações de ansiedade e esgotamento mental.

Como estilo de vida, o *mindfulness* busca um estado psicológico permanente de presença. Trata-se, em linhas gerais, de uma prática de meditação consciente e não religiosa que convida seus praticantes a responderem reflexivamente às situações cotidianas. Uma prática que, de acordo com estudos do Centro Mente Aberta da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), oferece benefícios à qualidade de vida de pessoas diagnosticadas com depressão, ansiedade e cardiopatias, assim como de indivíduos considerados saudáveis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como completo bem-estar físico, mental e social. Há, nesse sentido, perspectivas não ocidentais que consideram a saúde a partir de uma perspectiva holística, entendendo a importância da mente como fundamental motor para a saúde física e social incluindo, a espiritual. Esse é um entendimento cada vez mais aceito na sociedade atual, em que a cada dia ganham espaço técnicas alternativas para além da psicoterapia.



O tempo não precisa correr

A preciosidade desse encontro se deu principalmente pela potência da reflexão sobre nosso cotidiano, muitas vezes atropelado por uma correria que nos impede de trazer consciência e presença. Neiva Fernandes destacou alguns possíveis desdobramentos dessa automatização, dentre os quais a impaciência, a tristeza e, mais uma vez, a ansiedade. A partir de uma dinâmica participativa, foi possível tirar dúvidas, compartilhar experiências e ouvir relatos, em um processo que aos poucos foi nos costurando uns aos outros.

Diferente do que é veiculado popularmente, o estado meditativo proposto por Neiva Fernandes não nos convidou ao silêncio, mas a escutar o barulho, ouvir as movimentações das pessoas que circulavam dentro e fora da sala do programa educativo, percebendo dos pés a cabeça tudo aquilo que nos ocorria. Preocupações, dores, responsabilidades futuras: tudo vem à tona, e o *mindfulness* nos desloca ao papel de observadores.

A meditação com o público foi um momento especial, criando uma energia única em que mulheres, crianças e homens se sintonizam, juntos, ao momento presente. Durante um período de 20 a 30 minutos, fomos convidados a uma espécie de congelamento e, assim como acontece nos filmes de ficção científica, percebemos a possibilidade de pausar o tempo e só observar. A partir do *mindfulness*, pudemos experimentar uma pausa no tempo, fortalecer nossas próprias presenças e aceitar que o tempo não pára, mas, por outro lado, não necessariamente precisa correr.

Neiva Fernandes é psicanalista e pedagoga certificada como professora internacional de *mindfulness* pelo Mindfulness Meditation Teacher Certification Program (MMTCP), como condutora do Mindfulness-Based Stress Reduction Program (MBSR) e pelo Community Dharma Leaders Program.

#mulheres #tempo #autocuidado

Mães amplificadas

por Janine Magalhães

ATIVIDADE ESPECIAL C/ MILICA, LETÍCIA CAETANO & CELINA RODRIGUES • 11 DE MAIO DE 2020

Em ocasião do Dia das Mães, o Programa Educativo CCBB – Arte & Educação promoveu a roda de conversa “Mães Amplificadas”, tendo como objetivo discutir as múltiplas formas de maternidade. Para conduzir a conversa, foram convidadas ao CCBB RJ a historiadora Letícia Caetano, mulher negra, grávida de seu primeiro filho, e Celina Rodrigues, gestora do Centro Cultural Pequena África, no Rio de Janeiro, também mulher negra e duplamente mãe – além de ter uma filha, ela também exerce a função de Mãe de Santo e é conhecida como Mãe Celina de Xangô.

Quando as convidadas chegaram para a conversa, no entanto, notaram a presença de uma senhora no corredor do centro cultural. “Vi essa senhora, e ela me lembrou minha ‘iaiá’. Convidei para a conversa”, contou Celina, logo no início da atividade. A nova convidada era Milica, apelido que Maria Aurélia, de 84 anos, usa para se apresentar. Nós, educadoras do CCBB RJ, conhecemos Milica desde eventos anteriores, e sua fala, em tom bem humorado, sempre nos traz reflexões acerca do que é ser uma mulher negra idosa e como era ser mulher negra jovem em sua época.

Milica mora no Complexo da Maré e conta que, quando se sente sozinha, sai pra passear e descobrir novos lugares. Foi assim que ela chegou até o CCBB RJ, e sempre nos esbarramos quando ela está na fila de algum concerto musical ou exposição. A chegada da Milica trouxe algo que talvez não tivéssemos percebido tão claramente quando organizamos o evento: o fato de que não há como falar de maternidade sem dialogar com ancestralidade – e a sua presença materializava essa relação. A participação mexeu com o que havia sido combinado previamente com as convidadas, descentralizando suas falas, fazendo com que a roda de conversa se tornasse, de fato, uma roda.

Além de Milica, também se integraram à conversa algumas mães que acompanhavam seus filhos e filhas na sala ao lado, em mais uma edição do **Lugar de Criação**, atividade que funciona todos os fins de semana como uma oficina para crianças e famílias. Coincidentemente, a maioria das mães presentes eram também mulheres negras que puderam, então, se sentir à vontade para trocar experiências que somente mães, filhas e netas negras podem entender. Essas coincidências se mostraram muito positivas tanto para mim, que sou mulher preta, não tenho e nunca tive vontade de ter filhos num país tão racista, quanto para Cíntia, educadora que estava acompanhando o evento comigo, mãe negra que enfrenta todos os dias os desafios e as dores de criar uma criança negra.

Vivências compartilhadas

Durante a conversa, surgiram várias situações e frases que todas conheciam por terem passado com os próprios filhos e filhas – ou ainda escutado, pelo menos uma vez na vida, de suas mães ou avós. Dentre as situações citadas, as dificuldades para desembaraçar os cabelos crespos das crianças, assim como para lidar com o sofrimento de seus filhos e filhas, incluindo às vezes tratamentos químicos agressivos com a intenção de amenizar não só a dor de pentear, mas também as piadas racistas feitas pelos colegas na escola – o que nem sempre funcionava. Entre as frases lembradas ao longo da conversa, foi citado um recorrente aviso, muitas vezes transmitido de mãe para filha. “Você já é mulher, pobre e ainda é preta, tem que fazer tudo três vezes melhor, se não vai ficar para trás”, aviso que gera em nós um permanente estado de alerta, policiamento e intenso esforço para estar acima da média. Mas a troco de quê?

Pensando sobre a preocupação dessas mães em amenizar o sofrimento de seus filhos, Letícia trouxe à tona a pintura “A redenção de Cam”, realizada em 1895 pelo pintor espanhol Modesto Brocos. A obra se volta a questões raciais que, mais de cem anos depois, ainda estão presentes no cotidiano. A pintura retrata uma cena com duas mulheres, um homem e uma criança. Ocupando a parte esquerda, uma senhora negra de idade está em pé, com as mãos erguidas para os céus em um gesto de agradecimento. No centro, a segunda mulher, com tom de pele pardo, que podemos ler como sua filha, está sentada com um bebê no colo – talvez seu filho. O menino tem a pele bem mais clara, quase branca, igual a pele do homem que está também sentado à direita das mulheres. O fato do bebê ter nascido embranquecido aparece na pintura como uma redenção, como motivo de louvor para a avó, por vê-lo livre do martírio da escravidão que ela mesma carrega na pele.

Todas as mulheres na roda, que a essa altura incluía também algumas mulheres de mais idade, amigas de Milica, contaram já ter ouvido de algum parente que elas deveriam “clarear a família”, e algumas de fato o fizeram, também em busca de redenção, mesmo que nem sempre em um processo consciente. O próprio casamento de algumas delas foi assunto na conversa, incluindo relatos de que, quando jovens, o ato de casar era considerado como fuga de uma vida difícil para algo melhor, a depender do marido. Foi muito significativo ver que essas mulheres, hoje com 60 ou 70 anos de idade, vivem uma independência que só conseguiram

conquistar muito tempo depois. Penso que, quando usamos a palavra “empoderamento”, que hoje parece estar na moda, muitas vezes nos esquecemos dessas mulheres e do quanto elas lutaram e resistiram diante de uma geração ainda mais machista e patriarcal.

Maternidade solo

A conversa continuou com uma discussão sobre como é ter um filho homem negro e criá-lo na favela. Uma das mães presentes contou que, quando mais jovem, teve que cuidar de si e do irmão, porque a mãe, sozinha, trabalhava em jornadas absurdas para conseguir prover a família. Ela disse que se sentia em parte responsável pelo caminho perigoso escolhido pelo irmão, que naquele momento estava de saída da prisão por não conseguir “dar conta” de sua educação. Ser irmã e mãe dos irmãos mais novos é uma realidade muito comum entre as mulheres na periferia. Pessoalmente, me lembro que minha mãe me contou de dois abortos feitos antes de ter a minha irmã e a mim. “Seriam dois meninos. Dois homens negros. Como eu vou criar dois homens negros na Cidade de Deus?”, ela se perguntava. Em grande parte das vezes, afinal, a culpa sobre os caminhos escolhidos pelos filhos recai sobre as mães, que geralmente assumem sozinhas a responsabilidade pela educação das crianças.

Quanto à paternidade, que idealmente deveria ser equilibrada à maternidade, a conversa trouxe muitos relatos de abandono, tanto em relação aos seus parceiros como, em relação aos seus pais. Milica, por exemplo, nos contou de um episódio vivido quando era jovem e trabalhava na casa de uma família. Àquela altura, seu desejo era estudar, e a patroa sugeriu que ela procurasse um curso de enfermagem, disponibilizando-se a flexibilizar sua jornada de trabalho para que ela pudesse se dedicar ao curso. Milica conta que encontrou um curso gratuito e pôde, então, estudar. Quando faltavam seis meses para o curso terminar, ela precisava de um uniforme para o estágio final, mas o material custava caro, e ela não poderia pagar. Perguntou, então, para sua patroa se conseguiria um adiantamento, o que lhe foi negado. Sua única opção, então, foi pedir ao pai, de quem escutou: “Você é uma mulher preta. Isso é coisa de homem branco, não serve pra você”. Ela não pôde terminar o curso e muito menos perdoar o pai.



Outros assuntos relacionados à religião, educação e gênero também permearam a conversa, trazendo uma grande diversidade de experiências pessoais e geracionais. Pouco a pouco os muitos pontos em comum entre as participantes criaram um espaço acolhedor às pessoas e as narrativas ali presentes. Narrativas que se repetem e se resignificam com o tempo, mesmo dentro da multiplicidade do que é ser mãe.

Letícia Caetano é historiadora e educadora, dedica sua carreira à pesquisa das relações de mulheres negras na sociedade contemporânea. Grávida de seu primeiro filho aos 23 anos, encara o desafio de gerar um menino em um mundo sexista, buscando os aprendizados de suas falecidas mãe e avó.

Conhecida como Mãe Celina de Xangô, Celina Rodrigues é mulher negra, ativista, mãe de santo, gestora do Centro Cultural Pequena África na região Portuária do Rio de Janeiro e fundadora da Lavagem do Cais do Valongo.

#maternidade #ancestralidade
#biografia

Cuidar e cuidar-se

por Laís Flor

LUGAR DE CRIAÇÃO C/ CASA AURA E CLÁUDIA ANDRADE • 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Conheci a Casa de Apoio Aura ou somente Casa Aura a partir do brechó que ocorre na garagem do prédio da associação, situada no bairro Paraíso, em Belo Horizonte. Realizado durante a semana e também online, o bazar visa contribuir com a renda da casa, que há 20 anos se dedica a apoiar crianças e adolescentes com câncer e seus familiares. Mais tarde, tive contato com algumas crianças apoiadas pela Casa Aura em uma marcante visita que fizeram ao CCBB BH em setembro de 2019, na ocasião da exposição “Paul Klee – Equilíbrio Instável”. Soltas e divertidas, as crianças celebravam a possibilidade de frequentar um espaço de ampla circulação, interagindo com todas as possibilidades do ambiente, dentre as quais um painel com formas geométricas e algumas transparências em um retroprojeto.

Lembrado no dia 15 de fevereiro, o Dia Internacional de Luta contra o Câncer Infantil visa conscientizar a sociedade sobre a importância do diagnóstico precoce dos casos surgidos ainda na infância e na adolescência. Para realizar um evento em referência a essa data, convidamos, então, a Casa de Apoio Aura, constituindo a partir dali uma parceria mais profunda entre a instituição e o Programa CCBB Educativo – Arte & Educação. Após uma visita de parte da equipe do educativo à Casa Aura, acordamos que o encontro aconteceria no dia 13 de fevereiro, tendo como referência o Dia Internacional de Luta contra o Câncer Infantil, e consistiria em duas ações simultâneas: uma atividade interativa com jovens e crianças, combinada a uma roda de conversa com os familiares.

Para a atividade com jovens e crianças, optamos, em diálogo com o Grupo de Trabalho Acessibilidade e Inclusão, por retomar uma proposta já conhecida pelo público do CCBB BH e também por nossa equipe. Trata-se do **Lugar de Criação** “Corpo e Colagem”, ação em que priorizamos, a partir de estímulos táteis e sonoros, formas de interação mais amplas do ponto de vista sensorial. Como resultado final da atividade, produzimos algumas colagens com a intenção de transpor para o campo da imagem as sensações experimentadas durante a ação.

Terapia Comunitária Integrativa

Para a atividade com os familiares, recebemos pela primeira vez a arte-terapeuta Cláudia Andrade, coordenadora do projeto Abrigo, uma escola de aperfeiçoamento e cursos livres para cuidadores de idosos, abrangendo conhecimentos relacionados aos campos de fisioterapia, nutrição e terapia. Cláudia ofereceu ao público uma proposta de intervenção vivencial conhecida como Terapia Comunitária Integrativa (TCI). Praticada de forma horizontal e circular, a TCI procura instaurar um espaço que favoreça a fala e a escuta, sem julgamentos. No caso específico do encontro, o objetivo era gerar um ambiente no qual fosse possível partilhar experiências entre os cuidadores, permitindo ainda, a cada um deles, experimentar práticas terapêuticas para si mesmos. Conforme explica a própria arte-terapeuta, as rodas de TCI estimulam a reflexão a partir de informações sobre consciência corporal, inteligência emocional, auto-amor e atenção plena, “construindo pontes entre corpo, mente e alma”.

Realizada em uma tarde de quinta-feira, a roda teve início com uma atividade de estimulação corporal, usando música e dança como forma de relaxar os corpos e descontrair um pouco o grupo que participaria da ação – composto exclusivamente por mulheres. Logo começamos a rir juntas e fomos convidadas a nos apresentar, fazendo referência, com um gesto, a algo que gostássemos de fazer. Por exemplo: por gostar de tocar percussão no Carnaval, fiz no ar o movimento de quem toca um instrumento.

Cláudia nos mostrou, em seguida, algumas possibilidades de temas que poderiam conduzir a conversa, entre os quais teríamos que escolher algum. O tema escolhido foi “A tristeza da criança refletida no cuidador”, consonante ao propósito da roda: dar voz às cuidadoras e promover, entre elas, o auto-cuidado.

Pudemos perceber que as cuidadoras de crianças e jovens com câncer dividem experiências muito semelhantes, pois apesar da individualidade de cada caso, há certos padrões nas situações a partir dos relatos: o abandono paterno, a solidão das cuidadoras e das próprias crianças. Em sua grande maioria, as mulheres presentes eram mães das crianças e, muitas vezes, seus únicos pontos de apoio. A partir de relatos emocionados e emocionantes, pudemos entender, que o cuidado exclusivo com a criança frequentemente se torna o único ou principal objetivo dessas mães, de modo que manterem-se fortes para seus filhos e filhas era uma preocupação comum a todas elas.

Mulheres, mães, cuidadoras, pedagogas

No decorrer da conversa, Cláudia nos disse ainda que, caso alguém se lembrasse de uma canção, poderia cantá-la. Entretanto, foi somente no final do papo, enquanto fazíamos um abraço coletivo, que uma canção surgiu, e, juntas, cantamos a música “Como uma onda”, de Lulu Santos. Constituiu-se, ali, um momento espontâneo e extremamente emocionante, embalado por palavras de superação, crença no amanhã e consciência de que nada dura pra sempre. “Tudo passa, tudo sempre passará”.

No fim da roda, Cláudia propôs algumas ativações corporais recomendadas para momentos de tensão: uma espécie de “acupuntura sem agulha”, em que, ao estimular pontos específicos no corpo, podemos nos lembrar de sensações eventualmente esquecidas. O estímulo começa no alto da cabeça, depois, entre a boca e o nariz e, por último, no queixo. Ao mesmo tempo em que os movimentos eram realizados, falávamos frases que remetem ao autocuidado, servindo como incentivos para cada uma de nós.

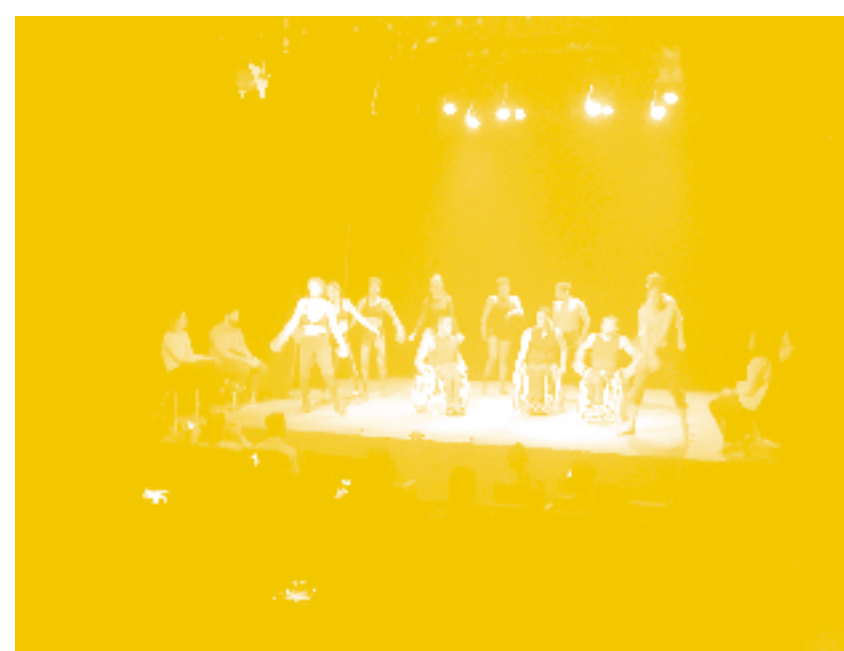
Poder ouvir todos os relatos e estabelecer um contato mais íntimo com aquelas mulheres certamente me sensibilizou para a questão do cuidado e sobretudo do cuidado de si. O encontro me fez pensar em como esse deslocamento é importante, uma vez que, durante as atividades de mediação, estamos lidando o tempo todo com a escuta.

A escuta, portanto, é um instrumento importante do nosso trabalho como educadores e mediadores. É somente quando escutamos os outros e outras que aqueles sujeitos se colocam com suas peculiaridades diante de nós, para além de qualquer situação que estejam enfrentando. Dessa experiência, realizada em colaboração com a arte-terapeuta Cláudia Andrade e as mulheres apoiadas pela Casa Aura, fica certamente como aprendizado a força que cada uma delas tem para enfrentar seus dias. Seja como mães, cuidadoras ou pedagogas, são mulheres incríveis.

A Casa de Apoio Aura, tem origem em 1998, com a fundação da Associação Unificada de Recuperação e Apoio (Aura), uma entidade sem fins lucrativos que realiza um trabalho de suporte global voltado para o público infanto-juvenil com câncer e seus familiares. Desde 2000, a associação mantém o espaço Casa Aura, situado no bairro Paraíso, em Belo Horizonte.

Cláudia Andrade atua como coordenadora, terapeuta e consultora no projeto Abrigo – escola de cuidar e autocuidar, que oferece cursos livres de aperfeiçoamento para quem é cuidador. Sua missão é levar saúde e equilíbrio a todos os envolvidos: cuidadores, familiares e comunidade. A escola não possui endereço fixo, mas as ações são realizadas em Sabará (MG).

#mulheres #colagem #saúde #autocuidado



Para acessar, chegar não basta

por Cauê Donato, Pompea Tavares, Tatiana Arantes e Valquíria Prates

Quem são as pessoas que visitam os CCBs? Visitar uma instituição cultural é o suficiente para se tornar seu público? Para responder ou pensar sobre estas perguntas, é preciso ter em mente que falar de público implica falar de acesso e diversidade. São vários aspectos que abarcam essas questões, como por exemplo a diversidade cultural e a pluralidade da sociedade brasileira, as diferenças entre pessoas de variadas faixas etárias, regiões da cidade, formações, experiências de vida, as deficiências físicas ou intelectuais que podem constituir uma pessoa, a comunidade linguística à qual pertencem, os impactos da mobilidade urbana nos deslocamentos para acessar a instituição, as formas de acesso simbólico, o uso de tecnologias assistivas e o cuidado com a acessibilidade arquitetônica, sendo necessário disparar processos de reflexão, formação e estratégias – pensamento, conhecimento e ação.

Dentre as múltiplas propostas formativas e espaços de reflexão e diálogo do Programa CCB Educativo – Arte & Educação, desenvolvemos estratégias e tecnologias educativas para lidar com os diversos aspectos do acesso e da diversidade a partir das potências da arte e da educação como manifestações culturais, por meio da criação de grupos de trabalho e pesquisa com ciclos anuais, chamados Grupos de Trabalho (GTs).

A criação dos GTs como forma de organizar as produções e trabalhos teve início com a participação da primeira coordenadora nacional do programa CCB Educativo – Arte & Educação, a educadora Gleyce Kelly Heitor, que implantou o programa e nele permaneceu por um ano. Com a chegada de Valquíria Prates e o amadurecimento dos educadores e estagiários após um ano de programa, os GTs assumiram a pesquisa como sua função principal, visando organizar os saberes e conhecimentos acumulados ao longo das práticas de mediação cultural. A viabilização de trocas de saberes entre os grupos, por sua vez, constituiu-se como responsabilidade dos coordenadores pedagógicos locais Amanda Cuesta e Cauê Donato (SP), Maria Clara Boing (RJ), Pompea Tavares (BH) e Tatiana Duarte (DF).

A esse respeito, cada grupo de trabalho é formado por um educador e geralmente três educadores estagiários, que trabalham com a orientação da coordenação pedagógica em torno de diferentes aspectos de um tema. Em cada cidade de realização do programa, foram criados quatro GTs: Acessibilidade, Infâncias, Outros Saberes, Práticas artísticas e pedagógicas.

No GT Acessibilidade, são pesquisadas e desenvolvidas propostas e referências em torno da participação e dos públicos a partir de reflexões sobre variadas questões de acesso e envolvimento. Sua contribuição para o programa reside no estudo da experiência do visitante que toma parte na programação dos CCBs, buscando minimizar barreiras físicas, atitudinais ou de linguagem.

O GT Outros Saberes, por sua vez, busca lidar com a educação patrimonial e a mediação cultural a partir de saberes de diversas áreas que estão implicados nas manifestações artísticas e culturais, contemplando estudos decoloniais, de gênero, aspectos da interseccionalidade e as complexidades na busca pela prática dos direitos humanos. Estes estudos são a base para nossa busca por elementos para investirmos nas formas de equiparação de oportunidades de acesso cultural que integram os princípios e práticas de democratização da cultura.

No GT Infâncias são estudadas as crianças e seus contextos culturais, a criança como produtora de cultura, culturas de infância em diferentes tempos e contextos locais, brincadeiras e outras manifestações culturais para a criança, práticas intergeracionais, elementos do ensino das Artes na Educação Infantil e Ensino Fundamental I da educação formal, além de questões urgentes que envolvem a infância a ser preservada e cuidada culturalmente – como, por exemplo, formas de minimizar o impacto do consumo voltado a este público e de tomar consciência sobre a exploração e o abuso de crianças, entre outros.



Por fim, no GT Práticas Artísticas e Pedagógicas, os educadores e estagiários se dedicam a estudar as especificidades das artes visuais, em paralelo às possibilidades pedagógicas do ensino-aprendizagem em artes, com foco na educação não formal realizada em instituições culturais e em práticas de pedagogia artística convencionais e não-convencionais.

No encontro destas pesquisas, com elementos variados, são desenvolvidas as atividades e ações do programa, contemplando não apenas intenções, conteúdos e reflexões, mas especialmente os modos de fazer mediação cultural de forma acessível e plural a partir de estratégias contextuais.

Importante lembrar que esse trabalho, que acontece portas adentro dos educativos de muitas instituições culturais, é estruturante, essencial, demorado, acumulativo e pode se tornar invisível caso não existam registros e metodologias claras de pesquisa para construção de memória de um programa. Um trabalho de dedicação extenuante, por vezes permeado por conflitos e disputas, dissensos e consensos, que consome tempo e recursos para a criação de

proposições que se tornam protótipos e levam ao desenvolvimento de protocolos e formas de atuação. Tais esforços, no entanto, se tornam visíveis nos variados tipos de atividades realizadas com os públicos, viabilizadas pela escolha e organização de conteúdos, materiais e métodos.

Muita reflexão e trabalho precisam ser feitos diariamente para assegurar a contribuição de um programa educativo ao fortalecimento e enriquecimento do patrimônio cultural de um país. A cultura é o elemento fundamental na construção de sociedades democráticas que buscam a paz e a equiparação de oportunidades, valorizando o ser humano e seus direitos de pluralidade, diversidade e acesso. Cada vez mais, mediadores culturais trabalham para garantir tudo isso.

#acesso #diversidade #mediação cultural

“Me explica rapidinho?”

por Valquíria Prates, em colaboração com Cauê Donato, Tatiana Duarte e Pompea Tavares

Um descompromissado passeio cultural de uma família no fim de semana. Uma pesquisa de campo realizada por estudantes que visitam uma exposição. Um curso de formação em processos artísticos. Uma visita a outra exposição, desta vez acompanhada por um artista convidado. Vivências artísticas em ateliês de criação. Um encontro entre educadores e professores. A celebração de uma festa junina. Uma conversa em clima de roda de samba. Uma oficina com raizeiras do cerrado. Uma aula-show de batuque de umbigada. Você saberia dizer o que há em comum entre todas essas atividades?

Começemos por uma das respostas possíveis a essa pergunta: podemos dizer que são todas atividades de mediação cultural, relacionadas à arte educação e ao patrimônio cultural, passíveis de serem realizadas em instituições culturais.

As outras respostas certamente variam segundo as inúmeras razões que podem levar cada pessoa a tomar parte nesse tipo de programação, assim como a partir do quanto cada um frequenta instituições dedicadas à cultura, seja na própria cidade onde vive ou durante viagens de férias, estudos ou trabalho. Enquanto para muitas pessoas essas ações integram um tipo de lazer cultural, para outras, trata-se de oportunidades de formação em arte e educação.

Para nós, que pensamos em escrever este texto e nos reunimos para conversar sobre tudo isso, o que existe em comum entre todas essas atividades e ações é o fato de serem propostas e realizadas por mediadores culturais: grupo de profissionais do qual fazemos parte – tendo atuado, juntos, entre 2018 e 2020, no Programa CCBB Educativo – Arte & Educação. Concebido e realizado pelo JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia, esse programa foi realizado entre 2018 e 2020 nas quatro sedes do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), situadas em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Antes dessa experiência, havíamos trabalhado de muitas maneiras diferentes, em geral integrando projetos e programas educativos de instituições culturais que podem ser públicas ou privadas. Atuamos em museus, centros culturais, galerias, bibliotecas, arquivos e em outros espaços. Encontramos, diariamente, durante as programações que realizamos, muitas pessoas de todas as idades, com variados repertórios culturais e contextos de vida. Podemos fazer mediações de obras de artes visuais, livros, dramaturgias, peças de dança, edifícios, ruas e praças, assim como de receitas culinárias, costumes, histórias, jogos, brincadeiras, práticas artísticas, áreas do conhecimento, coleções e tantos etceteras que podemos deixar aqui um espaço para sua imaginação completar.

Alguns de nós trabalham exclusivamente em exposições de arte, outros, fazendo mediações de leitura. Há também os que realizam caminhadas e jornadas de mediação em espaços de interesse patrimonial. Muitos mediadores e mediadoras fazem um pouco de cada coisa, incluindo também atividades de criação e frequentemente o trabalho simultâneo em mais de uma instituição.

Talvez por isso muitas pessoas associam nosso trabalho à figura de outros profissionais das área da cultura e do turismo, em especial o “guia de museu”, ou ainda da educação informal (como, por exemplo, o “recreador de atividades para crianças”). Entretanto, embora as atividades que realizamos possam se parecer com as propostas desses profissionais (que também desempenham importantes papéis no âmbito cultural), parece ser importante conhecer um pouco mais sobre as especificidades das ações que acontecem em programas educativos. Ao coletivizar essa percepção, podemos entender melhor o que somos capazes de fazer juntos quando nos encontramos nas atividades e ações de programas educativos, tomando contato com diferentes formas de fazer, olhar e falar sobre nossa época e nossas vidas, estabelecendo diálogos com os variados campos da arte, da cultura e do patrimônio.

Para ilustrar alguns episódios “baseados em fatos reais”, escolhemos três dentre as perguntas mais frequentes na abordagem de mediadores que atuam como educadores em espaços culturais de diferentes cidades brasileiras, tendo como referência recorrentes relatos em seminários e encontros de profissionais da área. São elas: “Onde fica a atividade para crianças?”, “Esse museu tem guia?” e, finalmente, “Pode me explicar rapidinho?”.

Propomos abordar a mediação cultural por meio destas perguntas em diálogo com breves definições e colocações elaboradas por duas especialistas da área, as professoras Rejane Galvão Coutinho e Miriam Celeste Martins. Primeiro: mediar é uma ação, e profissionais da arte, da cultura e da educação podem fazer mediação. Segundo: a mediação é um conceito que delimita uma área do conhecimento.

Em cada reflexão, buscaremos apontar os acontecimentos e redes de pessoas que trabalham para disponibilizar diferentes tipos de ações, atividades, propostas e visitas para pessoas de todas as idades e com interesses variados.

“Onde fica a atividade para crianças?”

É comum recebermos visitantes com crianças, bebês ou jovens em espaços culturais. Esses visitantes procuram geralmente por programações e espaços em que possam participar à própria maneira, “sem incomodar os demais adultos”, seja ao brincar ou simplesmente falar um pouco mais alto. São eles, geralmente, que nos trazem a pergunta: “Onde fica a atividade para crianças?”, disparada logo quando nos identificam como profissionais do “educativo” a partir de nossas camisetas, aventais e crachás – ou ainda de sinalizações que costumam indicar as atividades de ateliê de artes.

Como também acontece nos CCBBs, o público de museus e outras instituições culturais é extremamente diverso. Nas grandes cidades, costuma ser o mesmo público que frequenta shopping centers, cinemas, playgrounds e livrarias. Em muitos destes lugares, no entanto, existem espaços dedicados exclusivamente a crianças, conhecidos como “espaços kids”. Trata-se, em linhas gerais, de espaços de recreação, onde atuam profissionais dedicados a elaborar e praticar estratégias e metodologias para entreter, divertir e ocupar pessoas de diferentes idades, geralmente em seus momentos de ócio e tempo livre. Na recreação de crianças, portanto, a intenção de disponibilizar atividades como brincadeiras, jogos e desenhos para colorir tem mais a ver com o entretenimento e a diversão do que propriamente com a reflexão e a participação crítica. A ideia, em suma, é que as crianças possam se divertir enquanto seus responsáveis tenham tranquilidade para fazer compras ou se entreterem outros espaços e atividades, a exemplo de restaurantes e festas em buffets.

Quem busca esse tipo de serviço em instituições culturais, por outro lado, provavelmente irá se frustrar. Embora as pessoas possam se entreter e até vivenciar momentos divertidos durante as programações dessas instituições, ali nossas intenções e motivações costumam ser outras.

Quando criamos um espaço para atividades e vivências artísticas em ateliês e salas de trabalho, nossa intenção não é oferecer o serviço de ficar com as crianças para que os adultos possam fazer outras atividades. Ao contrário: promovemos atividades dialógicas e reflexivas, em que vivências de experimentação e descoberta se desdobram a partir de exercícios e conversas mediadas por um educador.

Mediar, neste contexto, é o trabalho de quem elabora uma proposta para que outras pessoas possam estabelecer contato com elementos da arte e da cultura, conversar a partir assuntos e temáticas intencionais e promover, com isso, a participação de todos os envolvidos. Interessa-nos, a esse respeito, criar situações em que adultos e crianças possam se comunicar e trocar experiências a partir de suas histórias, opiniões, repertórios, contextos e possibilidades. Ou seja: criar oportunidades para que conheçam algo juntos, conheçam outras pessoas, estabeleçam contato com outros modos de pensar e viver, de aprender a conversar, abrindo-se a ouvir opiniões diversas e exercitar a empatia.

Por isso, ao longo das atividades de ateliê criadas pelo Programa CCBB Educativo – Arte & Educação, cada participante foi convidado a explorar, na companhia de seus amigos e familiares, uma série de exercícios e processos de criação em artes. Tais exercícios podem se dar na forma de desenho, pintura, modelagem, vídeo, fotografia, instalação, colagem e outras linguagens visuais, mas também a partir de narrativas, histórias, literatura, circo, teatro, dança, música e outras manifestações do nosso amplo patrimônio cultural material e imaterial, como receitas e cantigas, por exemplo.

Nesses processos de mediação, a proposta é que famílias e grupos de amigos se envolvam juntos em vivências coletivas e tomem contato com materiais e modos de fazer arte, mas também com as múltiplas histórias da arte e da cultura, articulando e expressando suas descobertas e opiniões. E sim, pode ser muito divertido tomar parte de encontros que podem, de fato, entreter em meio a tempos de lazer cultural.

“Esse museu tem guia?”

A pergunta “Esse museu tem guia?” guarda em suas entrelinhas pelo menos duas expectativas: primeiro, a de que a pessoa está visitando um museu, e segundo, de que alguém irá guiá-la. Entretanto, nem sempre a pessoa está visitando um museu quando procura por alguém que a oriente.

Dentre as instituições onde mais comumente atuam os mediadores culturais, estão museus e centros culturais, como é o caso dos CCBBs. Um museu é “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2016, p.64). Um centro cultural, por outro lado, se dedica a reunir variadas atividades relacionadas ao campo da cultura, garantindo espaços de convivência, de encontro e de lazer. Considerando as dinâmicas do campo cultural, especialmente a partir de aspectos econômicos e de atratividade pública, pode haver, sem dúvida, museus com ambientes semelhantes aos de um centro cultural – e vice-versa. Os programas educativos, portanto, atuam a partir da natureza de cada instituição, estruturando suas estratégias de mediação cultural em diálogo com as programações que entram e saem de cartaz.

As instituições culturais, sejam museus ou centros culturais, lidam ainda com processos que ambicionam dar visibilidade à ampla diversidade de manifestações, valores, representações, modos e costumes sociais. O que diferencia uma instituição de outra são as escolhas feitas por seus agentes administrativos e curatoriais: o que querem mostrar, que tipos de manifestação artística desejam colocar em evidência, quais assuntos querem abordar, com quais públicos desejam desenvolver relacionamentos etc. Nesses casos, os programas educativos podem se tornar um elo forte e importante para a relação com os diversos públicos que acessam cada instituição.

Em relação aos profissionais que atuam no âmbito das exposições de artes visuais, há ainda mais ruído. Se o público busca por um guia, é importante considerarmos o que se espera desse encontro e o que se entende a partir dessa procura. Dia após dia, continuamos testemunhando as seguintes cenas: "É você o guia do museu?", pergunta um homem, procurando uma visita guiada. Enquanto isso, do outro lado do saguão, uma mulher se dirige ao recepcionista: "Onde eu encontro um educador?". Logo mais chega um grupo: "Quem é o nosso monitor na exposição?". É curioso perceber que todos podem estar à procura da mesma pessoa: alguém que explique, converse, mostre, acompanhe e guie.

Essa confusão entre os termos e seus usos tem profunda relação com os caminhos do desenvolvimento de uma perspectiva educacional e pedagógica das instituições culturais, em especial os museus, desde o século XIX até os dias atuais. Relaciona-se também ao fato de que esse processo de descoberta das possibilidades de experiências educativas não se dá de forma linear e equiparada, mas segundo movimentos lentos de transformação das práticas, variando de acordo com cada comunidade, cidade, estado, país e continente.

Guias, monitores, educadores e mediadores seguem existindo e atuando em diferentes instituições culturais. O que nos interessa, então, é pensar sobre o que os distingue e porque alguns espaços elegem uma nomenclatura ou outra – já que não existem, entre essas palavras, sinônimos idênticos.

Na atualidade, os guias são profissionais cuja formação está ligada à área de Turismo e podem, eventualmente, especializarem-se em museus. Instituições culturais não costumam contratar guias, entretanto recebem esses profissionais quase que diariamente em suas exposições. Em linhas gerais, tais profissionais orientam grupos interessados em conhecer informações sobre as mostras e os próprios lugares, sem ênfase em perguntas reflexivas ou no diálogo em torno de repertórios e pontos de vista que não se res-trinjam ao que está sendo exibido.

Os monitores de exposições, por sua vez, podem também ser chamados de orientadores de público, sendo comumente profissionais responsáveis por informações ou setores pontuais de uma exposição ou instituição cultural. Geralmente atuam em espaços específicos e não circulam pela exposição, dedicando-se à oferta de informações de cunho objetivo e uso imediato: questões sobre o local, a programação ou a exposição, por exemplo.

Educadores, por fim, são os profissionais de programas educativos como o que realizamos entre 2018 e 2020, nas quatro sedes do CCBB. Implicados em processos pedagógicos ou artístico-pedagógicos (no caso dos arte educadores), lidam comumente com estratégias e modos de ensinar e aprender oriundos da educação em museus e da educação patrimonial, reconhecendo a diversidade e a possibilidade de aproximação com públicos de todas as idades.

Dentre os que se identificam como educadores e arte educadores, um grande grupo de pessoas se reconhecem ainda como mediadores de arte ou mediadores culturais. Essas nomenclaturas trazem, frequentemente, uma intenção que influi na maneira de desempenhar o próprio trabalho junto ao público: entre os que se entendem como mediadores, percebe-se um nítido interesse em conversar (falar e ouvir, em exercício de empatia) e produzir, a partir dessa conversa, interações e vivências que permitam a circulação dos sentidos culturais, “em um processo ativo de negociação de saberes e experiências, no qual todas as partes trabalham em conjunto para produzir interpretações compartilhadas”. Ou seja: a construção dos sentidos e do conhecimento não recai exclusivamente nas informações proferidas pelos mediadores ou educadores, mas a partir do acúmulo e da sobreposição de repertórios, seguindo pactos de participação e confiança assumidos logo no início da atividade, seja ela uma visita ou qualquer outro formato de programação mediada.

Assim, ao participarmos de uma visita guiada a uma exposição, um guia tende a nos apresentar a exposição e nos informar sobre artistas e obras, lidando sobretudo com informações históricas, artísticas e sociais relacionadas ao que é exposto. Se encontramos um monitor, por outro lado, podemos perguntar a essa pessoa informações gerais sobre a mostra, tais quais a localização de suas partes, obras e artistas.

Diferentemente, quando estamos com educadores, podemos tomar parte em visitas que aplicam recursos da educação ou da arte educação para aprofundar o contato do visitante com as obras. Acessamos, portanto, não apenas as informações organizadas pelo educador ou educadora, mas também participamos de vivências de leitura de imagem, interpretação e criação que favorecem uma aproximação em relação a obras, artistas e contextos.

Por fim, na companhia de mediadores, os visitantes podem participar, por exemplo, de visitas que funcionam como conversas coletivas, nas quais o que é dito por qualquer pessoa pode contribuir para determinar a construção do percurso. Movimenta-se, nesses casos, um amplo conjunto de informações e posicionamentos críticos acerca de assuntos e temas relacionados à mostra e à pesquisa curatorial que lhe deu origem, assim como às obras e aos artistas em exposição. A própria exposição, aqui, serve um ponto de partida, e um importante compromisso dos mediadores é presenciar as possíveis interpretações e construções de sentido de todos os envolvidos, estabelecendo contato com informações oficiais, obras, aspectos expografia e referências relacionadas aos temas em foco.

Estabelece-se, nesse ponto, um nítido contraste entre as visitas mediadas e as visitas guiadas, que têm a exposição como ponto de chegada e o compromisso exclusivo com a entrega de informações oficiais, também acessíveis em catálogos, textos de canais especializados e outros tipos de comunicação oficial de cada mostra.

Neste sentido, é importante ressaltar que não existe um tipo de visita que seja melhor ou pior. Aqui, a escolha a ser feita tem a ver com a consciência de escolher que tipo de experiência de visita você prefere – e, a partir de então, considerar que dificilmente alguém que se identifica como mediador ou educador realizará uma visita do tipo guiada, por considerar que se tratam de funções e modos de atuação bastante diferentes. E vice-versa.

Conhecer previamente essas distinções pode ser crucial para uma escolha adequada sobre o tipo de vivência que você gostaria de ter em cada exposição, sobre que profissional procurar e onde encontrá-lo. Se quiser o trabalho de um guia, talvez precise se dirigir a agências de turismo, assim como buscar audioguias e outros recursos de comunicação das exposições. Se precisar de ajuda para se localizar dentro dos espaços expositivos, busque um monitor. Entretanto, se quiser conversar sobre a exposição ou percorrê-la com outras pessoas, em um grupo, o que você precisa é de um educador ou um mediador.

“Me explica rapidinho?”

Geralmente, quando escuta esta solicitação em forma de pergunta, um educador ou mediador pode se mostrar paralisado ou titubeante. Na maior parte dos casos, não se trata de insegurança, mas de um momento em que muitas possibilidades passam por sua cabeça em uma fração de segundos. O que está em jogo, afinal, é a árdua tarefa de escolher o quê “explicar rapidinho”, diante de atividades e exposições tão complexas como "Vaivém", que resulta de uma pesquisa de doutorado sobre as redes de dormir na cultura e na arte brasileiras, ou ainda de "Egito Antigo – do cotidiano à eternidade", que reúne um generoso acervo de arte egípcia da Antiguidade, com obras vindas de um museu italiano. Ambas estiveram nos CCBBs entre 2018 e 2020, e nos apresentaram grandes desafios – e estímulos – de mediação.

“Explicar”, aliás, não é uma palavra que saboreamos com frequência em trabalhos de mediação cultural, muito embora trabalhemos com explicações em nossos processos formativos. Argumentação, reflexão crítica e diálogo em torno de informações são, por sua vez, algumas das estratégias que usamos sempre que nos solicitam alguma “explicação”. Entretanto, quando vindo do visitante de uma exposição, o verbo explicar, amarrado ao adjetivo “rapidinho”, tende a tornar visível uma recorrente vontade de conhecer algo “sem precisar de uma aula”.

Se, no decorrer dos séculos XVI e XVII, os gabinetes de curiosidades tinham seus conservadores como responsáveis por sua salvaguarda e apresentação, o passar do tempo nos conduziu à gradual substituição daquelas estruturas por mostras temáticas, criadas a partir de reagrupamentos dos mesmos objetos e informações por categorias, em processos geralmente conduzidos por historiadores e curadores.

Foi apenas na segunda metade do século XX, entretanto, que os processos educativos em museus se tornaram fundamentais para as relações entre as exposições e seus públicos, ao mesmo tempo em que a própria comunicação se tornou “o princípio motor do funcionamento do museu”. Tal conjuntura permitiu que a mediação cultural tivesse sua função estabelecida em programas e serviços educativos, sendo que as próprias instituições passaram a fazer mediação ao se tornarem capazes de desempenhar sua plena comunicação, a partir de uma dinâmica que “facilita a compreensão de si em cada visitante”.

Em outra esfera, conforme citado há pouco, muitas pessoas vão às instituições culturais buscando guias que ofereçam orientações e pequenas palestras itinerantes sobre o espaço e o conteúdo de cada local. Tais experiências, no entanto, estão associadas a práticas do Turismo, dentre as quais a construção de roteiros turísticos que muitas vezes compreendem visitas em museus.

Essa ideia de guia surge antes mesmo da ideia de Turismo, cujas origens formais remontam ao século XIX. As coleções eclesiásticas do Medievo, assim como os gabinetes de curiosidades da Idade Moderna, eram frequentemente acompanhados por especialistas que permitiam a uma seleta elite cultural visitas de apreciação e aprendizado nos espaços das coleções – até então particulares de príncipes ou da Igreja. Nesses casos, as visitas eram guiadas por especialistas e tratadas como se fossem palestras, incluindo múltiplos dados, aspectos históricos e informações adicionais oriundas de pesquisas.

Com o advento dos museus, no século XVIII, os guias que até então detinham o saber e o transmitiam em palestras tiveram suas características valorizadas e ganharam novas incumbências. Ao contrário das antigas coleções particulares, os museus eram abertos ao público, incluindo todos os cidadãos.

Além disso, desde seu início, as instituições museológicas são vistas como importantes espaços de educação. Mas que tipo de educação? Ora, no século XIX estava em alta a construção das identidades nacionais, bem como a busca por construir uma única versão da história, em que cada sociedade pudesse dar conta de representar o desenvolvimento de toda a raça humana. Na atualidade, isso não é mais um consenso, pois sabemos que todas sociedades têm a mesma importância, mas com estruturas sociais e processos históricos distintos.

Por isso, em torno dos anos 1900, muitos governos se interessavam por ensinar o povo sobre a história das nações, buscando criar sentimentos de pertencimento. Ao longo dessa construção, os museus tiveram um papel fundamental, e a educação realizada nas instituições consolidou-se como uma das estratégias responsáveis por dialogar com os públicos – sendo, a partir de então, conduzida por outros profissionais que não mais os especialistas nos diferentes acervos.

Naquele momento, a educação passou a ser entendida como sinônimo de "instrução", atuando como ferramenta de controle social. Não cabia, àquela altura, qualquer questionamento das informações oferecidas por guias e professores, e nem mesmo dúvidas eram encorajadas. Aos visitantes de museus, cabia escutar e observar.

Assim como a escola, como instituição formal de ensino, se desenvolveu e buscou novas metodologias, a exemplo das pedagogias críticas do século XX, também a educação nos museus pôde refletir sobre as próprias práticas e propor novas ideias, experiências e vivências. Desse contexto, surgem novas maneiras de fazer mediação entre obras e públicos.

Pesquisadoras brasileiras como a professora Ana Mae Barbosa tiveram e ainda têm grande importância para esse debate, dentro e fora do país. Ao buscar novas maneiras de fazer, o museu busca, essencialmente, novas maneiras de se relacionar, em um exercício que visa ampliar o acesso e as possibilidades de conversa com diferentes públicos, sem nunca desconsiderar sua diversidade.

Percebemos, assim, o longo trajeto que nos trouxe até os programas educativos das primeiras duas décadas dos anos 2000: uma jornada de pelo menos dois séculos de costumes e experiências acumuladas pelas instituições culturais que se relacionam com pessoas (seus públicos), sempre repensando as próprias funções sociais e os próprios modos de fazer.

A regularidade e a participação dos públicos, para além de especialistas e conhecedores das Artes, tende a se fortalecer com a continuidade de práticas educativas capazes de expandir as funções de uma instituição cultural. Para além de compartilhar seus espaços, acervos e equipamentos, tais instituições passam a atuar como produtoras e circuladoras de saberes, pautas, agendas e conhecimentos de públicos diversos.

Se, antes, o papel de museus e instituições culturais como os CCBBs podia se restringir a "explicar" seus acervos, programações ou mesmo a ampla produção artística contemporânea, hoje isso já não é suficiente nem necessário, uma vez que a internet e as redes sociais podem facilmente suprir a demanda por informação de consumo rápido.

A informação está por toda parte, em formatos e linguagens variadas. Neste começo de milênio, o trabalho institucional da mediação é criar situações de participação e uso da informação, a partir de atividades que se inserem na esfera pública para a circulação de ideias, práticas, repertórios e valores, destacando, por exemplo, a importância do reconhecimento e da visibilidade da diversidade das manifestações culturais.

Na mediação cultural, aprendemos e ensinamos modos de fazer juntos, ao buscar caminhos de participação e colaboração em encontros, vivências e experiências entre pessoas de contextos diversos, por vezes antagônicos e apartados.

As práticas da mediação cultural vêm reconhecendo nos exercícios de empatia a importância do dissenso, que não precisa se manifestar exclusivamente como confronto ou conflito, mas sobretudo como a compreensão de que precisamos saber aprender e conversar com qualquer pessoa, constantemente reconhecendo e partilhando opiniões, pontos de vista e ideologias diversas, em meio a sociedades de relações cada vez mais complexas.

Aprender a conversar é um ato cultural extremamente revolucionário. Um ato que implica o aprendizado da escuta com honestidade e generosidade, podendo nos levar a atitudes e ações de solidariedade em relação a outros e outras. Honestidade, generosidade e solidariedade, aliás, são valores culturais sem os quais nenhuma família, comunidade, cidade ou país pode avançar, melhorar e crescer, construindo uma noção de justiça que só se faz possível a partir da busca por uma verdadeira equiparação de oportunidades.

Considerações finais

O Programa CCBB Educativo – Arte & Educação é um projeto criado pela equipe do JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia, patrocinado pelo Banco do Brasil via Lei Federal de Incentivo à Cultura, a partir de um processo de seleção via edital público. Entre 2018 e 2020, este programa é realizado nos Centros Culturais Banco do Brasil (CCBBs) localizados nas cidades de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Um minucioso processo de acompanhamento de pesquisa integra o trabalho realizado pelos educadores e estagiários, que registram em fotografias e relatórios escritos as especificidades das atividades realizadas. O material integra um arquivo geral de práticas de mediação do programa, salvaguardado pelo JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia.

A partir da orientação e do acompanhamento das equipes nacionais de coordenação pedagógica, com o apoio da direção geral e artística do programa, esse arquivo serve posteriormente como base para a investigação, a elaboração de textos, processos de formação e estudos realizados por todo o grupo de educadores e educadoras atuantes no Programa CCBB Educativo – Arte & Educação.

Para contextualizar nosso âmbito de atuação, é importante destacar que falamos a partir de um projeto cíclico, elaborado por uma instituição cultural independente e realizado nos espaços de quatro centros culturais criados por um banco público-privado, patrocinado via edital público, com aporte de recursos possibilitado via lei de incentivo à cultura. O projeto se realiza por meio de ciclos anuais.

Em nossa equipe, somamos cerca de 120 pessoas trabalhando de forma direta com o programa: profissionais dedicados às práticas e às programações de cada cidade, além dos que se dedicam à comunicação, design, administração e recursos humanos. Somados a

esses, há ainda colaboradores convidados para ações abertas ao público geral e para atividades de formação de educadores, profissionais de interpretação em Libras e funcionários de equipes de apoio e serviços atuantes nos centros culturais, em diálogo diário com nossas equipes.

Em cada cidade, um coordenador local faz a gestão e a curadoria da programação junto da direção geral e artística. O núcleo diretamente ligado aos educadores é composto por uma equipe de coordenação pedagógica, com quatro coordenadores que atuam localmente nos CCBBs das cidades de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa equipe trabalha em diálogo com os coordenadores locais, com a coordenadora pedagógica nacional e com a diretoria geral e artística do programa.

Cabe à equipe de coordenação pedagógica, local e nacional, trabalhar de forma integrada em todos os polos de atuação do programa, planejando, projetando, revisando, avaliando e pesquisando junto às equipes. Também faz parte das atribuições da coordenação pedagógica desenvolver processos formativos e de orientação para todos os profissionais mencionados acima, à medida em que estão envolvidos nas atividades do programa direta ou indiretamente, na interface com educadores ou públicos externos.

Ao nos definirmos como um Programa que desenvolve Projetos, ressaltamos que o trabalho de nossa equipe não se restringe exclusivamente à realização de visitas como forma de mediação. O Programa CCBB Educativo – Arte & Educação se dirige a todos os públicos, considerando atividades e protocolos específicos e afirmativos. Nossas ações e atividades contemplam crianças, jovens e adultos; famílias, professores e estudantes da comunidade escolar e universitária (educação formal); clientes e usuários do Banco do Brasil e seus centros culturais; educadores, agentes sociais e outros profissionais da educação não-formal ou de projetos sociais; pessoas com deficiência, organizações não-governamentais e integrantes de movimentos sociais; comunidade artística e profissionais dos campos da arte e da cultura; colaboradores de equipes de apoio, prestadores de serviços e funcionários dos CCBBs.

O Programa CCBB Educativo – Arte & Educação tem como valor fundamental a transversalidade dos processos pedagógicos, curatoriais e artísticos, afirmada por meio de partilhas, trocas culturais e da garantia ao acesso amplo e inclusivo ao patrimônio em sua diversidade e pluralidade. Ou seja: as ações ocorrem em consonância com a programação proposta pelos CCBBs, mas com vetores locais, protagonismo dos educadores/mediadores culturais nas propostas das atividades, bem como a participação de convidados para interlocução com os mesmos e com públicos diversos.

Para além das exposições, a mediação cultural realizada está amplamente capilarizada em outros setores do centro cultural, mas também na programação do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação, com atividades específicas para professores (como a Semana do Educador e os cursos **Transversalidades**) e para estudantes, críticos, museólogos e afins.

Os processos contínuos de organização, formação e atuação da equipe são preocupações que orientam nossas programações. Sempre que possível, buscamos ainda estabelecer momentos de conversa entre educadores, convidados externos e outros profissionais que atuam nos CCBBs – a exemplo de trabalhadores da limpeza e da segurança, assim como bombeiros civis e ascensoristas. Tais conversas geralmente têm como enfoque assuntos estudados pela equipe, como memória, infâncias, patrimônio cultural, acessibilidade, história da arte e arte contemporânea.

Em um programa educativo, muitos conceitos estão ligados a vivências cotidianas, pois para além de arte e educação, atuamos em diálogo com uma série de conhecimentos (inter)relacionados que constantemente permitem a ampliação do olhar de cada educador.

Para nós, está evidente que a formação, no que diz respeito à construção e criação por meio da partilha de ideias e saberes, é um aspecto fundamental como prática do encontro "portas adentro", entre a própria equipe. É durante esses processos que podemos potencializar os vetores comuns e específicos que caracterizam o grupo – seja em relação a temáticas abordadas por uma exposição em cartaz, em torno de práticas que constituem o profissional educador(a) em uma instituição cultural, dos processos de evidênciação das diferenças em cada modo de praticar a mediação, ou ainda dos aspectos que fazem cada encontro com o público nos modificar e transformar a mediação em um diálogo profícuo de ideias e reflexões.

Tais reflexões encontram base na própria equipe de trabalho. Quanto mais multidisciplinar for a equipe, ou seja, quanto mais variadas forem as formações e experiências pregressas dos educadores que a compõe, melhor será o caminho para frutificar discussões a partir de diferentes perspectivas e análises, contextos e acúmulos de saberes, fortalecendo o próprio corpo coletivo do programa e ampliando as possibilidades de conexão com os públicos diversos, uma das principais razões de ser dos programas educativos de instituições culturais.

#instituições culturais #mediação cultural
#educação museal

Alexandra Duarte é formada em jornalismo pela UFMG e atua como produtora cultural desde 2011, já tendo trabalhado com cinema, artes visuais e gastronomia. Acredita na escrita como fio condutor dos afetos.

Cauê Donato é museólogo, atuando com ênfase em Museologia Social, Ecomuseus, Educação Museal e Pesquisas em processos de Mediação Cultural. Foi educador social e mediador em instituições sociais e culturais. No Programa CCBB Educativo – Arte & Educação desde 2018, foi educador, produtor e, atualmente, coordenador pedagógico do CCBB SP, gerenciando a equipe de educadores e pesquisando sobre mediação cultural, com foco em patrimônio cultural e educação patrimonial.

Daniel Bruno é educador, gravador, ilustrador e músico de vez em quando. Atua diretamente com a área de acessibilidade desde 2018 e tem se especializado na área de educação bilíngue (Português-Libras), trabalhando propostas que envolvem jogos e suas potencialidades pedagógicas. Foi educador do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB RJ.

Daniel Toledo é mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e desenvolve pesquisa sobre *site-specificity*, descolonização e crítica da modernidade. Atua como dramaturgo, pesquisador e crítico em artes cênicas, performance e artes visuais. Foi repórter cultural, redator e colaborador do Jornal O Tempo, em Belo Horizonte, entre 2010 e 2015. É membro-associado do JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia desde 2011 e atuou como coordenador editorial do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação.

Fauston Della Flora é estudante de Artes Cênicas na Universidade de São Paulo (USP). Investiga a sobreposição de diferentes linguagens artísticas, sobretudo dança e teatro, assim como manifestações populares como o Cavalo Marinho e outras danças de matrizes afro-brasileiras. Tem experiência em espaços educativos formais e informais, com passagem pelo Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB SP.

Francisca Caporali é fundadora e coordenadora artística do JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia. Há 10 anos coordena residências artísticas, workshops, publicações e exposições, além de desenvolver projetos autorais. Mestre em Artes (MFA) pelo Hunter College, em Nova Iorque, e em Comunicação Audiovisual para Mídia Interativa pelo Mecd, em Barcelona. Atualmente é coordenadora geral e artística do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação.

Geancarlos Barbosa é educador, bacharel e pesquisador em artes formado pela Universidade Federal da Bahia. Atua em educação museal desde 2012, pesquisando o corpo e suas linguagens, as várias formas de infâncias e práticas em acessibilidade. Atualmente é educador do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB RJ.

Geovana Freitas é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cursando atualmente especialização em Arte, Cultura e Educação pela Unicesumar. Atua desde 2015 no campo da arte-educação, como educadora pelo SESC Araraquara e pelo CCBB DF, onde esteve à frente do Grupo de Trabalho infâncias. Em 2013 fundou e coordenou o coletivo Café das Pretas, se desdobrando em ações como o Sarau das Pretas e outras ações culturais e políticas voltadas ao aquilombamento de ideias e à escrita de novas narrativas sobre a mulher negra em diáspora.

Guilherme Augusto é assistente de comunicação no Programa CCBB Educativo – Arte & Educação e graduado em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela UFMG.

Hélio Alves de Melo Neto é graduado em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), pós-graduado em Libras e Educação de Surdos pelo Centro Universitário Internacional (Uninter) e em Gestão de Empreendimento em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas. Graduando de Licenciatura em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é ainda professor de Libras da Associação de Surdos de Minas Gerais (ASMG), em Belo Horizonte. Foi educador estagiário no Programa CCBB Educativo Arte & Educação no CCBB BH.

Janine Magalhães é mulher negra, educadora, artista e artesã. Graduada em Artes Visuais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pós Graduanda em Ensino de Artes Visuais pelo Colégio Pedro II. Atua no Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no Rio de Janeiro.

Laís Flor de Oliveira é estudante de Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Interessa-se pelo campo da museologia social e acessibilidade. Foi estagiária do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação, no CCBB BH, integrando o Grupo de Trabalho Outros Saberes.

Letícia Magalhães é estudante de Licenciatura em Libras-Português do Brasil como segunda língua, na Universidade de Brasília (UnB). Acredita em um mundo em que o amor prevalece, sensibiliza pessoas e floresce sorrisos no rosto de quem quer o bem. Nasceu em Brasília, onde atuou como educadora estagiária no Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB DF.

Luana Cavalcante vive em Brasília. Iniciou sua carreira na fotografia em 2013 e realizou várias exposições desde então. Atualmente desenvolve experimentações em linguagem fotográfica autoral, com enfoque em auto-retratos. Atuou como arte-educadora do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB DF.

Paula Lobato é arquiteta e urbanista graduada pela UFMG. Trabalha como assistente editorial da revista Piseagrama, integra o coletivo Cozinha Comum e é uma das organizadoras da Banca, espaço dedicado a publicações independentes localizado em Belo Horizonte.

Pompea Tavares é graduada em Comunicação Social e Artes Plásticas, pós-graduada em Marketing pela PUC-Minas, com ênfase em Marketing Cultural, e mestre em Artes na linha de pesquisa Processos de Formação, Mediação e Recepção (UEMG). Atua como mediadora cultural há 13 anos em diversos museus e centros culturais de Belo Horizonte. Foi Diretora de Linguagens Museológicas da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e atualmente é coordenadora pedagógica do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB BH. Em suas pesquisas, se dedica ao estudo da mediação cultural como ferramenta de educação em contextos institucionais e sociais.

Rannaiê Granjeiro é indígena em contexto urbano, educadora, agente de projetos sociais (SENAC/Aclimação), graduanda em Fisioterapia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do coletivo indígena Pindorama, atua no campo de pesquisa do processo de desenvolvimento cognitivo/físico da infância e vida adulta, assim como em saúde mental, gestão autônoma da medicalização e em processos de saúde-doença, visando o indivíduo biopsicossocial. Foi educadora estagiária do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação.

Samantha Moreira é artista, curadora e gestora cultural. Fundadora do Ateliê Aberto, em Campinas (SP), e do Chão SLZ, em São Luís (MA), e integrante do JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia. Participou do 32º Panorama da Arte Brasileira no MAM SP, Rumos Artes Visuais Itaú Cultural, Temporada de Projetos Paço das Artes. Atua juntamente como espaços independentes parceiros no Brasil e no exterior. Atualmente é coordenadora geral e artística do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação.

Thainá Nunes é graduanda em História da Arte pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi educadora estagiária do Programa CCBB Educativo Arte & Educação, onde integra o Grupo de Trabalho Acessibilidade e Inclusão, com pesquisa voltada para Libras e Cultura Surda.

Tiago Cruz é bailarino, arteiro e arte-educador do programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB DF. Pedagogo formado pela Universidade de Brasília, é pesquisador das relações entre imagem, educação, relações raciais e contemporaneidade.

Tatiana Duarte é coordenadora pedagógica do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação no CCBB DF. Mestre na linha de pesquisa Educação em Artes Visuais pela Universidade de Brasília (UnB), cursou Licenciatura e Bacharelado em Artes Plásticas na mesma instituição. É especialista em Arterapia em Educação e Saúde. Tem experiência em Educação em Artes Visuais na área de Saúde e Social, assim como na formação de professores do curso de Licenciatura em Artes Visuais (UnB), modalidade à distância, como professora tutora. É criadora, professora e gestora do Ateliê Habitat, oferecendo cursos, workshops e oficinas, e desenvolve poética com principal ênfase no corpo, participando de exposições artísticas desde 1998.

Valquíria Prates é pesquisadora, educadora e curadora. Fundadora da AVE e da _quadrado projetos_, atua como colaboradora de museus, bibliotecas, universidades, escolas e instituições culturais realizando programas de educação, mediação e formação, fazendo curadorias de exposições e organizando publicações. No Instituto de Artes da Unesp, pesquisou processos de trabalho coletivo na tese “Como fazer junto: a arte e a educação na mediação cultural”. Atualmente é colaboradora do MIS SP, do MuBE (SP), da Casa do Rio (AM), do Instituto Usiminas e do JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia (MG), onde atua como coordenadora pedagógica nacional do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação.

Coordenação Geral/Artística

Francisca Caporali
Samantha Moreira

Coordenação Pedagógica,
Acesso e Participação

Valquíria Prates

Coordenação de Gestão

Júlia Mesquita

Coordenadores

Marcio Harum (SP)
Mateus Mesquita (BH)
Pablo Lafuente (RJ)
Yana Tamayo (DF)

Coordenação de
Comunicação

Sarah Matos

Assistente de Comunicação

Guilherme Augusto

Estagiária de Comunicação

Júlia Duarte

Coordenação de Design

Gabriel Figueiredo

Design

Marcio Gabrich

Assistentes de Design

Artur Souza
Caio Rodrigues

Coordenação Editorial

Daniel Toledo

Produção Executiva

Alexandra Duarte

Assistentes Financeiros

Gustavo Carvalho
Francescole Oliveira

Assistente de Departamento

Pessoal

Eduardo Pereira

Estágio Administrativo

João Delgado

Assessoria Jurídica

Oliveira Lima S.I. Advocacia

Coordenação Pedagógica

Cauê Donato (SP)
Maria Clara Boing (RJ)
Pompea Tavares (BH)
Tatiana Duarte (DF)

Coordenação de Produção

Camila Pires (DF)
Ligia Giudici (SP)
Marianne Giuliano (RJ)
Ualace Miliorini (BH)

Auxiliares Administrativos

Camila Santos (BH)
Jessica Lopes Tavares (SP)
Pablo Amorim (RJ)
Welma Cardoso Soares (DF)

Educadores (BH)

Jéssica Cruz
João Paulo Andrade
Milton Lira
Pedro Ton

Estagiários (BH)

Ana Batista
Dyego de Souza
Isabel Falabella
Isabella Machado
Izabella Coelho
Laís Flor
Lucas Jesus
Maicon Corleone
Tamires da Mata
Thiago Barbosa
Thomás Bastos
Wendel Francis

Educadores (DF)

Débora Passos
Geovana Freitas
Luana Cavalcante
Tiago Cruz

Estagiários (DF)

Bruna de Oliveira
Douglas Ferreira
Isadora Godoy
Junior Fernandes
Marcela Villa Real
Mari Lotti
Milca Orrico
Maria Alves
Nina Maia
Pedro Seixlack
Raiany Capreta

Educadores (RJ)

Cintia Ricardo
Daniel Bruno
Geancarlos Barbosa
Janine Magalhães

Estagiários (RJ)

Agrippina Cândido
Arthur Queiroz
Giselle Magioli
Gustavo Barreto
Jonathan Araujo
Juliana Costa
Lia Soares
Michelly Santiago
Nelson Almeida
Sheila Azevedo
Thainá Nunes
William Araujo

Educadores (SP)

Andréa Lalli
Gabrielle Martins
Juba Duarte
Pedro Ricardo

Estagiários (SP)

Bárbara Alves de Matos
Gabriel Cardoso
Marcela Lima Cunha
Maristely Souza
Matheus Alves Sampaio
Rannaie Pankararé
Raquel Tanaka
Victor César

Assessoria de Imprensa

A Dois Comunicação (RJ)
Agência Fervo (SP)
Conteúdo Comunicação (DF)
Doizum Comunicações (BH)

A toda equipe da DIMAC e Banco do Brasil.

A todas as equipes do CCBB BH, CCBB DF, CCBB RJ e CCBB SP.

A todas as equipes parceiras que atuam conosco nos CCBBs.

A todos os artistas que estiveram conosco nas programações e atividades do programa.

A Dois Comunicação, Adelante Comunicação, Agência Fervo, Agência Gallo, Agnes Antunes Felipe, Agrippina Candido, Viegas Pequeno, Alexandra Duarte, Alice de Lima Nin Ferreira, Amanda Campos de Freitas Candido, Amanda de Fatima Cuesta, Amanda Ehrhardt Cherici Nogueira, Ana Amelia Goncalves Batista, Ana Cristina Bruno Soares, Ana Julia Pontual Kehl, Ana Luisa Cruz Nunes, Ana Paula Valvassori Bittencourt, Anderson Silva de Matos, Andrea Lalli De Freitas, Andrei Thomaz (Maldelbrot Estúdio), Angelica Yonghui Wenjun, Arthur Queiroz Serra de Castro, Artur Souza, Barbara Alves de Matos, Beatriz Antunes Fonseca, Bitu Cassundé, Bruna de Oliveira Martins, Caio Rogrigues, Camila Pereira Pires, Camila Santos Cardoso, Cauê Donato Silva Araujo, Cinco em Ponto, Cintia Maria da Cunha Ricardo, Clara Lobato Buganeme Pereira, Constantin de Tugny, Conteúdo Comunicação, Cristiane Farias Pereira, Daniel Bruno Nogueira, Daniel Toledo, Daniella Domingues, Daphny Gineta Paloma Lima, Davi da Silva Vasconcelos, David Castro Almeida, Debora Elise de Almeida, Debora Ester Sharon Passos Teixeira, Doizum Comunicações, Douglas Ferreira da Silva, Dyego Henrique Machado de Souza, Eduardo Pereira, Emanuelle Santos Feitosa, Emerson Prata, Erika Lemos, Estúdio Cajuina, Fabiola Alessandra Rodrigues, Fauston Henrique Della Flora Zandona, Fernando Henrique Freitas e Silva Derzie, Flavia Santos Sant Anna, Francescole Oliveira, Francisca Caporali, Gabriel Alexandre dos Santos, Gabriel Cardoso Gonzaga, Gabriel Figueiredo, Gabriela Queiroz Freire, Gabrielle dos Santos Martins, Geancarlos Nascimento Barbosa, Geovana Cristina Pereira de Freitas, Giovanna Costanza Araujo Palatucci, Giselle Magioli Fernandes da Silva, Gleyce Kelly Heitor, Guilherme Augusto, Guilherme Augusto Rodrigues Gomes, Gustavo Barreto de Oliveira, Gustavo Carvalho, Helio Alves de Melo Neto, Isabel Falabella Ricaldoni, Isabella Machado Alberti, Isadora Godoy Lopes, Isadora Maria Figueiredo Vitti, Izabella Coelho de Souza, Izabella Lucia Costa Amorim, Janine Bispo de Magalhaes, JDL. Acessibilidade na Comunicação, Jeniffer Leocadio Silva, Jennyfer Hellyenai Araújo de Miranda, Jessica Danuza Goncalves Cruz, Jessica Lopes Tavares, Joao Henrique Machado Delgado, João Paulo Andrade da Silva, Jonathan Araujo Barreto de Souza, Jonathan Machado da Fonseca, Jose Arnaldo Fernandes Junior, Julia Duarte da Cunha, Júlia Mesquista, Júlia Vasconcelos, Juliana Costa de Souza, Juliane Duarte Prado, Jurandy Valenca Perciano, Kalinka Carmo Campos Lopes Batista, Karoline de Araujo Carvalho, Katalina Farias Carneiro Leao, Kawany Tamoyos Silva e Sousa, Keila Salvador, Kerson Lucio de Freitas dos Santos, Laís Flor de Oliveira, Laís Pinheiro de Moraes, Laura Januzzi Millo, Leo Passos, Leticia Matos Magalhaes, Lia Soares da Silva, Ligia Goncalves de Oliveira Giudici, Lorena Franca Araujo, Loreнна Oliveira Lima, Luana de Souza Cavalcante, Lucas Eustaquio Vieira de Jesus, Lucas Ferreira da Silva, Lucas Mendes Menezes, Luciana Teixeira de Vasconcellos, Luísa Barbosa Severo, Luiz Torres, Maicon Jefferson da Cruz, Marcela Lima Cunha, Marcela Rossiter Lima Costa, Marcela Villa Real Franco Tavares, Márcio Gabrich, Márcio Harum, Marcos Lou Ogawa Freire, Maria Clara Baldez Boing, Maria da Guia Carolina Rodrigues Ribeiro, Maria Eduarda Krasny de Souza da Silva, Maria Karoline Alves de Sousa, Mariana Moraes Graça Pereira, Marianne Giuliano, Marina Brasil Barbosa, Marina dos Anjos Verzutti Fonseca, Marina Maia Nobre de Figueiredo, Maristely Souza da Silva, Mateus Mesquita, Matheus Alves Sampaio, Mauricio Ferreira Borges Junior, Maycon Marques Calasancio, MBM Contabilidade e Consultoria Michelly Regina Vicente Santiago, Milca Maria Orrico da Conceicao, Milton Eduardo Lira, Mohamed Azambuja, Monique Raiane Mendes Chagas, Natasha Carvalho Baur, Nelson Almeida da Silva, Nina Lavezzo de Carvalho, Pablo Amorim da Silva, Pablo Lafuente, Paula Lobato, Paulo Vinicius Lima Batista, Pedro Ricardo Cunha Silva, Pedro Seixlack Veloso de Melo, Pedro Siqueira de Almeida da Cruz, Polyana Lourenço, Pompea Auter Tavares, Ra.mov Filmes, Rafael Jose Bandeira da Penha, Rafael Lima (Oliveira Lima S.I. Advocacia), Raiany Carvalho dos Anjos, Raíssa Leão, Rannaie Granjeiro da Silva, Raquel Mitie Tanaka, Renan Ribeiro de Figueiredo, Ricardo Mehedff, Robson de Souza Romano dos Santos, Rodrigo Batista Ferreira da Silva, Rosane Lucas, Rosely Lucas, Samantha Moreira, Sarah Matos, Sheila Garcia de Azevedo, Sillas Henrique de Paula, Stephanie Oliveira da Silva, Tamires Lorena da Mata, Tassiana Rodrigues Carneiro Vaz, Tatiana Duarte Menezes, Tatiana Richard, Tayná Leoncio Silva, Thainá Nunes Vieira, Thalita Mendes Moreira, Thalita Passos Produção, Thiago Matheus Viana Barbosa, Thomas Bastos Loes, Tiago Augusto Ferreira da Cruz, Tiago Batistone de Lima, Ualace Durvilho Miliorini, Valquíria Prates, Vanessa da Silva Santos, Victor Cesar Costa, Victor Velú Fonseca Zaiden Soares, Vivian Belloto, Viviane Cristina Pinto, Wellington Pedro, Welma Cardoso Soares, Wendel Francis Gomes Silva, Wesley Machado da Silva, William Araujo Barreto de Souza, Yana Tamayo, Zaika Dos Santos.

Supervisão editorial

Francisca Caporali, Samantha Moreira e Valquíria Prates

Organização e edição

Daniel Toledo

Coordenação de design

Gabriel Figueiredo

Projeto gráfico

Caio Rodrigues

Revisão

JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia

As fotografias que integram esta publicação são de autoria da equipe do Programa CCBB Educativo – Arte & Educação e profissionais contratados para o serviço de documentação, com direitos autorais cedidos ao JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia.

Daniel Toledo (org.)

Cadernos de mediação cultural: Caminhos de pertencimento

Belo Horizonte: JA.CA, 2020.

82p.; 25x36cm

(Cadernos de mediação cultural; 4)

ISBN:

1. Mediação cultural. I. Toledo, Daniel (org.). II. Série

JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia

Rua Vitória, 886

34000-000

Nova Lima, MG

Rua Tomé de Souza, 810 – Sala 202

30140-130

Belo Horizonte, MG

www.jaca.center



Educativo



Realização

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL